



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

MAURICÉLIA FRANCISCA DE SOUSA

**NEGOCIAÇÃO, RESISTÊNCIA E LIBERDADE: RELAÇÕES ENTRE SENHORES E
ESCRAVOS NA VILA DE CAJAZEIRAS DOS ANOS DE 1864-1871.**

CAJAZEIRAS-PB

2014

MAURICÉLIA FRANCISCA DE SOUSA

**NEGOCIAÇÃO, RESISTÊNCIA E LIBERDADE: RELAÇÕES ENTRE SENHORES E
ESCRAVOS NA VILA DE CAJAZEIRAS DOS ANOS DE 1864-1871.**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura Plena em História, do Centro de Formação de Professores, da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para a obtenção do título de licenciada em História.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Ceballos

CAJAZEIRAS-PB

2014



Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Denize Santos Saraiva Lourenço - Bibliotecária CRB/15-1096
Cajazeiras-Paraíba

S725n Sousa, Mauricélia Francisca

Negociação, Resistência e Liberdade: Relações entre
Senhores e Escravos na Vila de Cajazeiras dos anos de,1864-1871/
Mauricélia Francisca de Sousa.

Cajazeiras, 2014.

81f. : il.

Bibliografia.

Orientador: Rodrigo Ceballos.

Monografia (Graduação) - UFCG/CFP

1. Escravidão. 2. História Social. 3. Paraíba do Norte.
 4. Senhores e Escravos – Cajazeiras – Paraíba.
- I. Ceballos, Rodrigo. II. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU- 326 (813.3)

MAURICÉLIA FRANCISCA DE SOUSA

**NEGOCIAÇÃO, RESISTÊNCIA E LIBERDADE: RELAÇÕES ENTRE SENHORES E
ESCRAVOS NA VILA DE CAJAZEIRAS DOS ANOS DE 1864-1871.**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura Plena em História, do Centro de Formação de Professores, da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para a obtenção do título de licenciada em História.

Aprovado em: ____ / ____ / ____

Banca examinadora

Prof. Dr. Rodrigo Ceballos (Orientador)

Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Osmar Luiz da Silva Filho

Universidade Federal de Campina Grande (Membro)

Prof. Ms. Isamar Gonçalves Lôbo (Membro)

Universidade Federal de Campina Grande

Profª. Ms. Viviane Gomes de Ceballos (Suplente)

Universidade Federal de Campina Grande

Profª. Drª. Rosilene Alves Melo (Suplente)

Universidade Federal de Campina Grande

Dedico aos meus avós:

Manoel Antônio de Sousa (*In memoriam*)

Maria Joana de Sousa (*In memoriam*)

José Francisco de Sousa (*In memoriam*)

Severina Alves de Sousa

Aos meus pais: José Francisco Filho

Francisca Maria de Sousa

por todo amor e dedicação que sempre me deram.

Aos meus irmãos: José e Francisco pelo apoio

quando eu mais precisei.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por seu infinito amor por mim. Ele sempre providente em minha vida, me guiou por uma de minhas grandes paixões: A História.

A Nossa Senhora, por sempre interceder por mim, ouvindo minhas preces nos momentos das maiores aflições.

Aos meus pais, José Francisco e Francisca Maria, baluartes da minha vida, que me transmitiram valores tão raros nos dias de hoje. Ensinarão-me a ser a pessoa que sou! Serei eternamente grata por tudo, pelo apoio, amor, dedicação e pelo cuidado a mim transmitido. Aos meus dois irmãos, José e Francisco, pela ajuda, cada qual a seu modo. Muito obrigada!

Aos professores do Curso de História, por todo o ensinamento transmitido. Foi muito gratificante a vivência com cada um de vocês. Um ressaltado especial ao professor Paccelli (*In memoriam*), do qual sinto muita saudade!

Ao meu orientador, Professor Dr. Rodrigo Ceballos, que não deixou que eu desistisse de meu tema. Por meio de seu incentivo, críticas e observações, hoje compreendo de forma mais relevante a Escravidão e estou cada vez mais encantada pela vida desses homens e mulheres. Negros e negras que construíram a história desse país. Muito obrigada!

Ao professor Isamar Gonçalves Lôbo, pela contribuição com as fontes desse trabalho, sem elas eu não chegaria a lugar algum. Grata!

Aos funcionários do Cartório Antonio Holanda em (Cajazeiras), que me receberam muito bem, me deixando à vontade para realizar a pesquisa.

Aos funcionários do Centro de Formação de Professores, que sempre me trataram com respeito e profissionalismo.

Aos meus queridos amigos da turma 2009. 1: Adriana Salviano, Airton Barbosa, Cícera Nunes, Daiany Gomes, Daniela Vieira, Ilsa Estrela, Ionara Cavalcanti, José Alex, Jessé Moreira, Jozielison Martins, Kamilla Dantas, Girlene Terto, Gerlândia Gouveia, Gerlândia Nascimento, Harlanne Krislen, Helena Taveira, Maria José, Mary Gomes, Marquiline Barbosa, Nadja Claudino, Patrícia Alves, Régia Paula, Robenilson Lisboa, Tatiana Pessoa e Zenilton Elias, sou grata pela amizade, pelos maravilhosos momentos quando jogávamos conversa fora, que ríamos dos nossos sofrimentos, com trabalhos, seminários e provas. Nunca esquecerei os momentos agradáveis e felizes. O tempo que passamos juntos foi o momento de maior crescimento intelectual para mim, pois sempre aprendemos uns com os outros. Cada um de vocês me transmitiu algo que sabe. E isso, não tem preço.

Meu agradecimento e carinho mais que especial a alguns destes que no decorrer desse tempo se tornaram parte de minha alma, já sabido ser a amizade um amor que não morre. Foi e é muito bom conhecer e ter compartilhado momentos mais que especiais com vocês: Nadja Claudino, obrigada pelo incentivo, pelas correções deste trabalho e por sempre acreditar em mim. Sou grata pela tua amizade. A você Girlene Terto, por ser meu xodó, negra linda que sempre enxergou em mim uma amiga para todas as horas. A você Gerlandia Nascimento, pelo apoio quando eu mais precisei e por ser doce e gentil sua amizade é importante para mim. A você Helena Taveira, pela amizade, pelos momentos bons e não tão bons assim, você sabe do que estou falando. Nesses momentos percebi o quanto precisávamos uma da outra.

Enfim, a todos e a todas que de alguma forma contribuíram para a concretização deste trabalho. Meus sinceros agradecimentos.

*Lá na úmida senzala,
Sentado na estreita sala,
Junto ao braseiro, no chão,
Entoa o escravo o seu canto,
E ao cantar correm-lhe em pranto
Saudades do seu torrão...*

*"Minha terra é lá bem longe,
Das bandas de onde o sol vem;
Esta terra é mais bonita,
Mas à outra eu quero bem!*

Castro Alves

*Liberdade é uma palavra que o
sonho humano alimenta, não há
ninguém que explique e ninguém
que não entenda.*

Cecília Meireles

RESUMO

A década de 1980, no Brasil, foi um marco para a historiografia sobre a escravidão. Neste momento os historiadores passaram a dar voz aos escravos e os mesmos foram considerados sujeitos históricos. Isto foi possível graças ao suporte apresentado pela História Social que apresentou outros aspectos para nosso *métier*: o estudo de pessoas anônimas, que muitas vezes foram deixadas à margem dos acontecimentos pela macro-história, mas que na realidade participaram ativamente em seu meio social. Dessa forma, este trabalho objetiva realizar uma discussão historiográfica sobre as vertentes que analisaram o escravo no Brasil de diferentes maneiras. Analisamos na Paraíba do Norte o lugar social do cativo, demonstrando que todo o silêncio em torno dos mesmos não foi viável porque foram agentes de suas vidas e contribuíram de forma digna para a construção dessa província, participando como agentes do momento conflituoso na segunda metade do século XIX. Foi realizada uma análise do espaço chamado sertão e, dessa forma, verificamos que nesse lugar as relações escravistas também se desenvolveram. Elencando o lugar de sujeitos históricos procuramos através das fontes cartoriais oficiais encontradas no cartório Antônio Holanda (Cajazeiras) analisar as diversas relações que os escravos estabeleceram com seus senhores, pelo viés da resistência e negociação para adquirir sua liberdade na Vila de Cajazeiras nos anos de 1864 a 1871 do Oitocentos. Através dessas fontes, compreendemos como se deu a escravidão na Vila de Cajazeiras na segunda metade do século XIX.

Palavras-chaves: História Social, Paraíba do Norte, Escravidão, Vila de Cajazeiras, Negociação.

ABSTRACT

The decade of 1980, in Brazil, was a milestone in the historiography of slavery. At this time historians began to give voice to the slaves and they were considered historical subjects. This was possible thanks to the support presented by the Social History, which showed that other aspects of our *métier*: the study of anonymous people, who were often left on the sidelines by the macro-history, but actually actively participated in their social environment. Thus, this work aims to conduct a historiographical discussion of the aspects that analyzed the slaves in Brazil in different ways. We analyzed in Paraíba do Norte the social place of captivity, demonstrating that all the silence around them was not feasible because they were agents of their lives in a dignified manner and contributed to the construction of this province, participating as agents of conflicting moments in the second half of the nineteenth century. An analysis of the space called sertão was performed and, thus, we find that in this place the slave relations also developed. Relating the place of historical subjects we seek through official sources found in the Notary Antônio Holanda (City of Cajazeiras) analyze the various relationships that slaves settled with their masters, by the bias resistance and negotiation to acquire their freedom in the Village of Cajazeiras in the years 1864-1871. Through these sources, we understand how was slavery in the Village of Cajazeiras in the second half of the nineteenth century.

Keywords: Social History, Paraíba do Norte, Slavery, Village of Cajazeiras, Trading.

LISTA DE FIGURAS

- Figura I. Mapa da Província da Paraíba no final do século XIX.....38
- Figura II. Mapa do Estado da Paraíba. Podemos perceber pelo ponto em destaque a cidade de Cajazeiras situada no interior do sertão paraibano.....48

LISTA DE TABELAS

- Tabela I. Documentos encontrados no Cartório Antonio Holanda em Cajazeiras.....55
- Tabela II. Variação preços dos escravos, açúcar e café no Oitocentos na Bahia (em reis).62
- Tabela III. Preços mínimo e máximo de escravos na Bahia (em reis).....63
- Tabela IV. Variação dos preços dos escravos na Vila de Cajazeiras (em reis).....63

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 RELAÇÕES ESCRAVISTAS NO BRASIL IMPERIAL: O SISTEMA NO FIM DO SÉCULO XIX	17
1.1 Escravidão, economia e sociedade no final do século XIX.....	20
1.2 Escravos e suas várias representações na historiografia brasileira	23
2 ASPECTOS PARTICULARES DA ESCRAVIDÃO NA PARAIBA NO FINAL DO SÉCULO XIX	35
2.1 Os escravos e o esquecimento por parte da historiografia paraibana.....	39
2.2 O espaço chamado sertão, a terra mais distante do litoral	44
2.3 A Cajazeiras no sertão paraibano	48
3 SENHORES, ESCRAVOS E LIBERDADE NA VILA DE CAJAZEIRAS	52
3.1 Senhores e escravos: uma relação possível.....	52
3.2 Na Cajazeiras do sertão: a compra e venda de escravos	60
3.3 Liberdade em Cajazeiras: Um ideal possível	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS	79
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

A escravidão no Brasil durou três longos séculos. Durante este período, muitos homens, mulheres e crianças sofreram as agruras do cativo. Em fins do século XIX, os escravos estavam cada vez mais lutando e resistindo ao sistema, mostrando seu lugar de agente histórico, de pessoas que conhecem o meio que vivem e às injustiças a que estão submetidas; são capazes de criar estratégias de escape, de fuga, tudo em busca de uma vida sem cativo, uma vida de liberdade.

Sobre a escravidão no Brasil, existem muitos trabalhos elencando o lugar de sujeito histórico ao escravo que veio da África ou aqueles nascidos no Brasil. Depois da década de 1980, esses estudos vieram apresentar outra visão do escravo e é o que veremos ao longo do trabalho. Muitos historiadores e pós-graduandos brasileiros vêm apoiando-se nas ideias do historiador britânico Edward P. Thompson que se utiliza da História Social para dar voz àqueles personagens históricos que ficaram muito tempo no anonimato por serem marginalizados, e não pertencerem aos interesses de uma elite intelectual.

No Brasil os inúmeros trabalhos sobre a escravidão se dividem entre aqueles que retratam o escravo como sujeito histórico e outros que anulam esse lugar de participação ativa na História do Brasil. Em nossa composição utilizaremos muitos dessas obras que dão ao escravo a autoria de sua própria vida. Historiadores que, como Thompson, trabalham com essa História Social para mostrar o lugar de homens e mulheres que souberam elaborar estratégias de sobrevivência, que possuíam uma cultura, que não estavam alheios ao mundo que conheciam.

Dentre os autores, destaco neste trabalho Solange Pereira da Rocha (2007), Luciano Mendonça de Lima, (2006), Ana Paula da Cruz Pereira de Moraes (2011), Wlisses Estrela de Albuquerque Abreu (2011), Sidney Chalhoub (1990), Kátia Queirós de Mattoso (1990), Maria da Vitória Barbosa Lima (2010). Ele(a)s contribuíram de forma significativa para nossa compreensão do lugar de agentes históricos dos escravos, pois nos apresentam pessoas que de alguma forma souberam criar estratégias, elaboraram modos de viver, para dessa maneira alcançar seus objetivos. Esses historiadores nos apresentam histórias de homens e mulheres que resistiram à escravidão da melhor forma possível, fosse ela a negociação, a fuga ou mesmo o embate que alguns escravos exerceram contra seus senhores no tribunal. Os escravos não estavam alheios a seus direitos, principalmente em fins do século XIX; não

estavam à mercê da própria sorte, pois sabiam pensar e recriar momentos favoráveis onde sua luta pudesse ser consolidada.

Esses historiadores pertencentes à nova historiografia refutaram as ideias e teorias elaboradas por autores “clássicos”, tais como: Nelson Werneck Sodré (2002), Caio Navarro de Toledo (1997), assim como o pensamento elaborado pelos membros do ISEB Instituto Superior de Estudos Brasileiros. As ideias refutadas são aquelas que por muito tempo persistiram na historiografia brasileira: a de que os escravos não foram agentes históricos, mas parte integrante da economia e de uma cultura local voltada somente para o trabalho. Esses autores negam o lugar de sujeitos dos escravos, pois os mesmos como economicistas só se importavam com o crescimento da economia. Para eles não importava a pessoa do escravo, importava o seu trabalho, se estava contribuindo para o desenvolvimento do Império. Já Gilberto Freyre (2006), que foi um dos autores brasileiros mais lidos, tanto por brasileiros como por estrangeiros, foi sempre questionado pela maneira como abrandou as relações senhores e escravos, tentando amenizar a violência que persistiu na escravidão. “Importante destacar que Freyre não negou a violência do sistema escravista, mas sua posição tendeu a minimizar esse aspecto da relação social no Brasil [...]” (ROCHA, 2007, p. 27).

A escolha deste tema foi uma busca incessante por conhecer a história da Vila de Cajazeiras no final do Oitocentos: quem eram seus habitantes, como viviam os escravos, personagens principais deste trabalho, pessoas que lutaram e que resistiram obtendo a sua liberdade. É importante ressaltar e vamos compreender como se deu a escravidão na segunda metade do século XIX e como agiram os escravos nesta Vila. Buscamos elencar seu lugar de vivência, quais meios os mesmos praticaram para elaborar suas estratégias de sobrevivência, de luta contra o sistema escravista. Procuramos desfazer a visão da história tradicional, isto é, de que esses homens e mulheres foram pessoas passivas, que não confrontaram contra o sistema que lhes tirava a dignidade de seres humanos.

Analisamos, neste trabalho, a Vila de Cajazeiras nos anos de 1864 a 1871 do Oitocentos, onde encontramos fontes documentais oficiais que nos darão uma ideia de como se desenvolveu a escravidão no citado período. Encontramos no cartório Antônio Holanda (Cajazeiras) as fontes para nossa pesquisa. Vale salientar que nem todas as cartas que possuímos foram encontradas no dito cartório. Algumas delas nos foram apresentadas por Marli Gomes de Sousa Venceslau, atual aluna do Curso de História. A discente teve a oportunidade de ter contato com essas fontes em 2005, quando fazia o Ensino Médio e participou do Programa de Iniciação Científica para alunos do Ensino Médio (PIBIC-EM). Ao todo, a documentação consta de cartas de alforria, cartas de compra e venda de escravos,

cartas de doação, hipoteca, permuta e distrato. Dessa forma, analisamos as fontes bibliográficas com as fontes documentais para mostrar o lugar de sujeitos históricos dos escravos que habitavam essa Vila. É possível através dessas fontes encontrar esses agentes que por muito tempo ficaram esquecidos da história do Brasil e da Paraíba.

Nos documentos encontramos escravos e escravas denominados crioulos, cabras, pardos, mulatos, um cativo denominado fula e outro denominado caboclo. Informações quanto à idade, *status* civil, sexo, preço. Modos de alforria que, na Vila de Cajazeiras, se constituíram de três formas: cartas de alforria “sob-condições”, cartas de alforria doadas e cartas de alforria compradas.

As fontes se constituíram para nós um desafio constante, a começar pelas cartas de alforria e compra de escravos que estavam com Marli Gomes de Sousa Venceslau. A mesma possuía cópias transcritas de cartas de alforria e de compra e venda de escravos dos anos de 1865 a 1867. Enfrentamos dificuldades porque não tivemos acesso às cópias originais, e isso nos deixou em dúvida quanto à autenticidade de alguns nomes que não pudemos compreender ou foram mal transcritos. Isso se constituiu uma preocupação. Mas acreditamos que conseguimos trabalhar ao máximo as informações que delas surgiram para o enriquecimento da pesquisa e a recuperação do lugar de sujeito histórico dos escravos na sua relação com o senhor. As outras fontes encontradas e fotografadas datam dos anos de 1864 a 1871, todas do livro de notas de 1864.

O exercício da leitura dessas fontes se constituiu um desafio para nós porque foi algo novo, o qual nunca tínhamos feito ao longo da graduação. Precisamos enfrentar este desafio para conseguirmos dar respostas aos nossos questionamentos. Não devemos negar que apesar de trabalhoso, foi muito gratificante desnudar um pouco do universo da Vila de Cajazeiras nos anos 60 do Oitocentos. O historiador encontra-se feliz ao estar fazendo aquilo que lhe dá prazer. Tivemos todo o cuidado para não nos desviarmos de uma realidade ali existente, pois dessa forma conseguiríamos dar voz aos fatos. Foi gratificante encontrar homens e mulheres que resistindo souberam elaborar estratégias de vida, negociando com o senhor sua liberdade porque não se aceitavam cativos e sim pessoas que mereciam a liberdade de ir e vir.

O contexto social da escravidão envolveu muita violência, resistência e negociação. Os negros escravizados não se aceitaram como tal, e segundo Lima (2010B), resistiram de todas as formas possíveis, fossem elas: fugas, homicídios, suicídios e a negociação. Os negros mantiveram diversas relações com seus senhores em busca de sua liberdade. Dessa forma, problematizaremos as diversas relações que os escravos podiam estabelecer com seus senhores para no momento certo conseguir sua liberdade, que acreditamos, era o objetivo

maior de todo cativo. A escravidão tirava do escravo toda a dignidade humana e o direito de ser livre e, portanto, quando possível, os mesmos iriam fazer de tudo para consegui-la.

Dessa forma, o objetivo principal deste trabalho é verificar que tipos de relações e resistência o escravo que habitou a Vila de Cajazeiras do Oitocentos praticou no cotidiano diário para se ver livre do sistema escravista. Sendo assim, buscamos compreender a forma de resistência praticada pelos mesmos nessa Vila do Oitocentos. Verificaremos também as práticas de liberdade demonstradas nas cartas de alforria desta localidade.

No primeiro capítulo analisaremos o contexto social e econômico que o Império brasileiro estava enfrentando devido a mudanças sociais, econômicas e políticas que envolviam principalmente a mão-de-obra escrava e, conseqüentemente, sua mudança para outra forma de mão-de-obra: o trabalhador livre. Não discutiremos a mão de obra livre, mas o contexto que se desenvolveu ao longo da segunda metade do século XIX para a eliminação da escravidão. O Império na segunda metade do século XIX estava envolto em conflitos e, segundo Lima (2006), encontrava-se dividido entre aqueles que desejavam manter a escravidão e os que queriam adotar o capitalismo como força econômica. Faremos também uma discussão sobre as várias correntes historiográficas, que apresentaram os escravos de diversas maneiras, tanto como ser passivo, rebelde ou “coisa”. Faremos uma contraposição entre esses autores e os da nova historiografia que adotam a História Social como suporte para desmistificar a figura do escravizado como aquele que só agia por rebeldia ou, até mesmo, o que não tinha a capacidade de compreender seu lugar de cativo e reagir à isso. Mostraremos que os novos historiadores, depois da década de 1980 no Brasil, restituem ao escravo seu lugar de sujeito histórico.

No segundo capítulo será feita uma análise sobre a escravidão na Paraíba, problematizando o lugar de destaque dos escravos nessa sociedade no fim do século XIX. Abordaremos o esquecimento historiográfico que os escravos sofreram por parte da história tradicional da Paraíba, não os colocando nem sequer como participantes da construção dessa sociedade. Analisaremos o espaço chamado sertão como um lugar distante que representou segundo Moraes (2011), um local onde sonhos podiam ser realizados. Homens e mulheres em busca da conquista do seu lugar de domínio. Dentro desse sertão vamos encontrar a história da Vila de Cajazeiras nos anos de 1860.

O terceiro capítulo se constituirá na análise das fontes encontradas no cartório Antonio Holanda (Cajazeiras), tais como: cartas de compra e venda, cartas de alforria e outras. Procuraremos mostrar o lugar de agente histórico dos escravos que não aceitaram de forma passiva a escravidão. Identificaremos quais variáveis, tais como preço, idade, sexo,

statuscivil, foram importantes para sua venda nessas terras. Analisaremos os tipos de relações que podiam se estabelecer entre os senhores cajazeirenses e seus escravos. Levantamos alguns tipos de resistência que os escravizados podiam articular para conseguir sua tão sonhada carta de alforria. A liberdade tão almejada!

Por fim, ao abordar a História Social para o sertão da Paraíba e para os escravizados, procuraremos desfazer algumas lacunas e mostrar a participação dos escravos nessas terras, a contribuição dos mesmos para a própria vida. Dar voz àqueles que ficaram por muito tempo à margem da história paraibana e brasileira.

CAPÍTULO 1 RELAÇÕES ESCRAVISTAS NO BRASIL IMPERIAL: O SISTEMA NO FIM DO SÉCULO XIX

O século XX foi marcado por um intenso debate com relação à figura do escravo no Brasil e qual o papel desempenhado pelo mesmo na batalha contra a escravidão. Houve várias correntes historiográficas que apresentaram o escravo de diferentes maneiras: falou-se muitas vezes do escravo passivo, do escravo rebelde, do escravo “coisa”. Hoje no Brasil as leituras mais conhecidas e estudadas trazem a afirmação de que o escravizado foi um sujeito histórico que contribuiu para alcançar sua liberdade e novas maneiras de viver suas vidas.

Dessa forma, este primeiro capítulo compõe-se de uma discussão historiográfica onde procuramos entender o contexto conflituoso pela qual passava o Oitocentos, um momento de muitas mudanças econômicas, políticas e sociais. Procuramos também desmistificar a figura do escravo como ser passivo, simples rebelde, ou mesmo o escravo “coisa”, trazendo assim discussões historiográficas recorrentes da História Social que dão ao escravo o lugar de agente histórico. Traremos dessa forma vários autores e suas correntes historiográficas para fazer uma discussão acerca da imagem do escravo na historiografia brasileira, apresentado-os como pessoas que possuíam uma cultura de acordo com o pensamento elaborado por Edward P. Thompson. Abordaremos em especial o final do século XIX para entender quais recursos os escravos podiam possuir para irem em busca de uma vida mais digna.

A Historiografia veio se modificando ao longo dos séculos, os historiadores em sua busca incessante pelos saberes da História, foram buscando novos caminhos para elucidar sua curiosidade quanto ao passado. Segundo Vainfas, a história das mentalidades encontrava-se acuada por muitas críticas e o refúgio encontrado pela mesma foi à chamada Nova História Cultural. Esta história acabou por trazer novos objetos de estudo, possibilitando assim estudar a cultura, o cotidiano das pessoas populares. A mesma veio contribuindo com novas possibilidades para se contar a História dos esquecidos que foram deixados à margem pela Macro História. Essa Nova História Cultural ainda segundo Vainfas (2002, pp. 56-57) vai tentar resgatar o lugar social de determinadas classes, apresentando novos métodos para a investigação histórica.

A chamada *nova história cultural* não recusa de modo algum as expressões culturais das elites “letradas”, mas revela especial apreço, tal como a história das mentalidades, pelas manifestações das massas anônimas: as festas, as resistências, as crenças heterodoxas. Em resumo, a nova história cultural revela uma especial afeição pelo informal, sobretudo pelo *popular*.

Essa história cultural conforme nos informa Vainfas é tecida de uma pluralidade muito importante, pois permite aos historiadores encontrar novos caminhos para elucidar a história. Uma via muito importante é a História Social que está na nova História Cultural. A História Social foi considerada um marco para historiadores que buscam trabalhar com esse tipo de história. Luciano Mendonça de Lima em sua tese “Cativos da Rainha da Borborema, Uma História Social da Escravidão em Campina Grande, Século XIX” (2008), nos informa que “Convém lembrar que a história social surgiu no contexto político e intelectual dos anos 1950/1960[...]” (LIMA, 2008, p. 22), e como nos informa Rocha (2007), foi inaugurada na década de 1980 no Brasil. Segundo Ronaldo Vainfas (2002, p. 66), seu principal representante é Edward P. Thompson, que elaborou uma nova história social britânica.

[...] Thompson se lançou ao estudo das *resistências* das classes subalternas procurando valorizar atitudes e comportamentos que, aparentemente insignificantes, eram no fundo reveladores de uma identidade social em construção.

Ainda segundo Vainfas (2002), Edward P. Thompson teria considerado que as classes subalternas têm uma cultura, não dependendo dessa forma das classes dominantes para construir uma identidade social repleta de valores próprios. Dessa forma Thompson contribuiu de forma significativa para a história social ao tratar do cotidiano de pessoas simples que construíram uma história. Como diz Luciano Mendonça de Lima (2008, p. 23) “Não por acaso, Thompson começa a sua empreitada restituindo aos homens a condição de sujeitos sociais e históricos, a partir da categoria do agenciar humano”. Percebemos que ambos, Vainfas e Lima, concordam quanto ao papel que Thompson possui para a historiografia social.

A partir dessa perspectiva de História Social em auge na década de 1980 no Brasil, o cotidiano de sujeitos históricos anônimos foi sendo desnudado, havendo assim um real interesse dos historiadores, segundo Vainfas, pela cultura popular, como ocorreu com os escravos, que considerados de uma “classe inferior,” podiam a partir desse momento, ter seu cotidiano revelado pela historiografia.

“A História Social da Escravidão é uma vertente historiográfica que sofreu fortes influências dos historiadores sociais ingleses preocupados em alargar as perspectivas da narrativa histórica e seus atores sociais” (SILVA, 2010, p. 11). Esse marco foi de suma importância para a historiografia, permitindo que novos temas, abordagens, e novos objetos

fossem trabalhados pelo historiador, possibilitando ao mesmo encontrar novos paradigmas para a história. Segundo Vainfas, uma das vertentes que se uniu a essa nova História Cultural e Social foi a micro-história que surgiu em meados das décadas de 1970 e 1980 através de um intenso debate intelectual, onde esse novo campo de estudos alargou a visão dos historiadores quanto à cultura dos anônimos.

Segundo o italiano Carlo Ginzburg, considerado o maior representante dessa corrente historiográfica, no seu clássico livro “O queijo e os vermes” (1987), existiam diferenças de níveis culturais nas sociedades que eram consideradas civilizadas, e ainda segundo ele, isso foi se definindo ao poucos, como antropologia, folclore e história do comportamento dessas determinadas classes.

“Todavia, o emprego do termo *cultura* para definir o conjunto de atitudes, crenças, códigos de comportamento próprios das classes subalternas num certo período histórico é relativamente tardio e foi emprestado da antropologia cultural. Só através do conceito de “cultura primitiva” é que se chegou de fato a reconhecer que aqueles indivíduos outrora definidos de forma paternalista como “camadas inferiores dos povos civilizados” possuíam *cultura*. (GINZBURG, 1987, p. 16-17).

Podemos observar pelo que diz Ginzburg, que os povos que muitas vezes não foram reconhecidos pela historiografia como possuidores de uma cultura, na realidade a possuíam. Essas classes chamadas camadas inferiores, tinham suas crenças, suas lutas, suas atitudes, dando-nos a entender que apesar de serem pessoas desconhecidas da história, elas foram agentes que participaram ativamente desse processo.

Os estudos sobre a escravidão expandiram-se, e a História Social contribuiu para o conhecimento da cultura de agentes e sujeitos históricos de “classes inferiores”, os escravos estavam postos nessa categoria. Os historiadores a partir desse momento buscaram compreender o cotidiano, as lutas, e o meio social em que viveram, compreendendo assim os escravos como agentes sociais que protagonizaram também uma história, a história que por muito tempo ficou esquecida, ou que, simplesmente foi posta a margem, como se os escravos não tivessem participado da mesma¹. Os escravos participaram da história, e se envolveram em várias relações com o senhor, desde o cotidiano mais simples ao enfrentamento direto contra o sistema que na grande maioria das vezes desejava oprimir.

¹Para compreender de forma significativa o silêncio e o esquecimento que a historiografia proporcionou aos escravos, assim resultando numa grande desvalorização dos mesmos para a história ver LIMA (2006).

1.1 Escravidão, economia e sociedade no final do século XIX

Robert Conrad em seu livro “Os últimos anos da escravatura no Brasil” (1978), nos diz que a escravidão persistiu no Brasil de forma impressionante, indo até o século XIX, isso devido ao fato do país possuir grande número de escravos e não possuir outra forma de mão de obra. O escravo era de suma importância porque praticava todos os tipos de trabalho, fosse no campo ou na cidade. Dessa forma a escravidão “[...] era de extraordinária importância econômica e social até mesmo em áreas onde não havia café” (CONRAD, 1978, p. 6). Wlisses Estrela de Albuquerque Abreu, em sua dissertação “Senhores e Escravos no Sertão: Espacialidades de poder, violência e resistência, 1850-1888” (2011), também nos diz que os escravos trabalhavam em todos os setores, demonstrando e contribuindo para a riqueza de seus senhores, mostrando assim o poderio desses senhores do sertão.

A escravidão no Brasil segundo nos informa Conrad, permaneceu por muito tempo devido, tanto pela geografia do país, como ao grande número de escravos que aqui existiam, sendo assim: “Em tais sociedades, a escravatura era considerada essencial e a filosofia antiescravista foi rejeitada” (CONRAD, 1978, p. 4). Dessa forma a grande maioria de senhores de escravos não desejava o seu fim, e isso acabou por gerar muitos conflitos nessa segunda metade do Oitocentos. Conrad nos informa ainda que o Brasil estava ligado à escravidão não somente por meios econômicos e políticos, mas por certo tradicionalismo herdado do período colonial. Vemos que Luciano Mendonça de Lima (2006, p. 21) também nos informa quanto ao processo conflituoso que marcou a segunda metade do século XIX, pois o país passava por um momento de constantes mudanças tanto pela via econômica quanto política.

Nas últimas décadas do século XIX, as questões que afetavam o Império eram outras. Modificações de natureza econômica, política e cultural começavam a modificar mais intensamente as base (sic) de sustentação do Estado e da sociedade escravista brasileira. A década de setenta pode ser tomada como um marco divisório neste processo, que, no limite, vai redundar no colapso de suas grandes instituições, a saber: a escravidão e a monarquia.

Percebemos na fala de Lima, que o meio social e político do Oitocentos estava impregnado de mudanças que culminariam para o fim de ambas as instituições, a escravidão e o Império, e que isso acarretaria ao Brasil uma mudança enorme, pois novos acordos seriam feitos, novos grupos ainda segundo Lima seriam formados, dando espaço para novas relações

entre as classes e grupos, que lutariam para não perder seu prestígio nem sua força de trabalho. Entre esses grupos, estava a classe senhorial que conforme Sodré (2002) possuía muito poder e estava disposta a fazer valer sua vontade: “O traço principal da fase que se encerra com a primeira metade do século XIX é a consolidação da classe senhorial no poder” (SODRÉ, 2002, p. 268). Vemos em Sodré o grande poder que a classe senhorial possuía no início do século XIX, mesmo com esse poder consolidado as contradições existiam. Estavam sempre em busca de crescer, lucrar e não desejavam mudanças, pois isso acarretaria perdas dos benefícios que por muito tempo já possuíam. Vemos que as contradições se tornaram mais nítidas na segunda metade do século XIX quando se intensificam os debates sobre manter a escravidão ou introduzir o trabalho assalariado. “No centro desse debate estava a problemática das relações de trabalho e suas múltiplas implicações, pois essa era uma questão que atravessava e dividia o cotidiano daquela sociedade tanto horizontal como verticalmente” (LIMA, 2006, p. 28).

Na análise de Lima, observamos que a classe senhorial estava dividida, com relação à nova forma de trabalho, pois isso acarretaria mudanças de cunho político, econômico e cultural, já visto ser o escravo utilizado desde os primórdios do surgimento do país. A classe senhorial segundo Sodré era fiel à monarquia (SODRÉ, 2002, p. 241), porque desejava manter-se no poder, tendo em vista assemelhar o Brasil com países da Europa, dessa forma:

Tal fidelidade persistirá até fins do século XIX e esta vinculada ao desejo de evitar alterações políticas- que é um traço característico da classe senhorial brasileira, na época. [...] No fundo, para aquela classe, tratava-se de exercer o seu domínio sobre a extensão territorial que recebera da Colônia.

Vemos em Sodré que a classe senhorial tinha o interesse de manter-se no poder com toda a extensão de terras que conquistaram ao longo dos séculos, dessa forma, adentrar o trabalhador livre no lugar do braço escravo acarretaria mudar toda uma dinâmica que o país conhecia.

Segundo Conrad (1978) a pressão britânica para que o comércio de escravos fosse destituído acelerou o declínio do sistema escravista no Brasil². Esse comércio já se encontrava abalado por todas as mudanças que o país estava passando. Dessa forma,

Na segunda metade do século XIX, as alterações no campo de trabalho aceleraram-se. Ocorre, nesse campo, a concomitância de duas saídas para o

²Robert Conrad faz uma descrição de como a imposição britânica atuou para extinguir o comércio de escravos em terras brasileiras. (CONRAD, 1978, pp. 30-34).

progressivo abandono do trabalho escravo, cuja rentabilidade, nas novas condições do mercado mundial e mesmo do mercado interno, torna-o anacrônico: - acelera-se a transição de novas áreas a etapa da servidão; - acelera-se o avanço de novas áreas a etapa do trabalho livre (SODRÉ, 2002, p. 270).

Observamos na análise de Nelson Werneck Sodré (2002), que a escravidão estava se tornando obsoleta, e que isso estava prejudicando a economia do país. O Brasil estava se tornando atrasado com relação a outros países que não mais adotavam a escravidão, mas o capitalismo como forma de crescimento para a economia.

A condenação do tráfico negreiro, estabelecida pelo avanço capitalista no mundo, é assinalada, nas áreas coloniais americanas desde o processo de independência. Continuará de pé e tenderá a efetivar-se pela força, qualquer que fosse a resistência oposta pela classe senhorial ligada ao trabalho servil (SODRÉ, 2002, p. 271).

Percebemos pela fala de Sodré que não importava as resistências por parte de senhores de escravos, esse sistema estava fadado a desaparecer em pouco tempo, logo o trabalho livre iria se incorporar ao Brasil. Um país com padrões escravistas só tenderia ao enfraquecimento tanto econômico quanto político, por isso a luta incessante de ingleses em implantar o capitalismo. Um fator interessante sobre a escravidão no Brasil era o prestígio que os senhores possuíam por ter escravos. Segundo Conrad, a escravidão era mais do que uma instituição econômica, “[...] a propriedade de escravos não só era lucrativa, como também elevava o *status* do proprietário aos olhos dos outros. Havia uma espécie de satisfação pessoal inerente à propriedade de escravos [...]” (CONRAD, 1978, p. 15).

Aproveitando-se desse momento de mudanças econômicas e políticas pelo qual o império estava passando, a elite branca buscava manter seus interesses e não perder seus prestígios, mesmo que a escravidão acabasse, pois por muito tempo o sistema escravista foi o motor da economia brasileira, segundo Sodré (2002). Também nesse momento, os homens pobres buscavam melhorias de vida. Segundo Lima, mesmo sendo os mais explorados e sofridos com a situação de conflito que adentrava o Império, eles aproveitaram-se desse momento, assim como os escravos, para conseguir novos direitos, os escravos desejavam a liberdade. Veremos que, o mesmo Lima (2006, p. 38) nos informa sobre a luta e os desafios enfrentados por pessoas livres pobres desse período.

Por sua vez, as camadas populares eram as que mais sofriam com a situação então reinante. Se as elites tinham a quem apelar, os de baixo estavam muitas vezes entregues a própria sorte. [...] Quer dizer, para tentar manter os lucros das décadas anteriores, os plantadores de “ouro branco” aumentaram o plantio para compensar a queda dos preços, o que, como veremos, significou mais exploração para pobres livres e escravos.

Podemos observar que dentro desse contexto social, econômico e político pelo qual passava o Oitocentos, segundo Lima, os pobres e os escravos eram os que mais sofriam, por isso as revoltas, as lutas constantes desses agentes sociais que não aceitavam a situação reinante naquele momento. “Só que esses homens pobres não se subordinaram tão facilmente à nova lógica do tempo e do trabalho. Daí suas várias formas de resistência a esse processo” (LIMA, 2006, p. 39).

Os escravos participavam ativamente desse processo de mudanças, enxergando segundo Lima, um momento que lhes pareceu favorável para conseguir consolidar sua luta. Nesse contexto eles poderiam aumentar suas lutas pela liberdade. Pois em meio às reviravoltas a liberdade poderia estar próxima. Essa liberdade foi causa de lutas de muitos abolicionistas que estavam determinados a extinguir a Escravidão do país.

Podemos perceber que a segunda metade do século XIX, foi um momento repleto de mudanças que contribuíram para o fim da escravidão e para uma mudança econômica, política e cultural que viria transformar o país, passando assim de Monarquia a República, de trabalhadores escravos a mão de obra livre. Foi um processo sempre conflituoso, onde as elites buscaram não perder seu poderio, e onde os mais necessitados, segundo Lima, eram os que mais sofriam por tanto desajuste na economia e política do país. Dentre esses sujeitos históricos, estavam os escravos que também se envolveram em revoltas como nos diz Lima, pois estavam em busca de uma vida mais digna e de serem considerados não mais “coisas”, mas pessoas, que sabiam o que desejavam e que trilhariam um novo caminho pela frente.

1.2 Escravos, e suas várias representações na historiografia brasileira

É sabido que os estudos sobre a escravidão ampliaram-se muito a partir da década de 1980. Nesse momento historiográfico “[...] os escravizados são considerados sujeitos históricos” (ROCHA, 2007, p. 23). Esses homens e mulheres foram capazes de lutar e resistir não se sujeitando passivamente, como nos diz Rocha, aos interesses de seus senhores. A historiografia está recuperando o papel do escravo na História, suas ações e suas formas de

resistência. O escravo, foi visto de várias maneiras pela historiografia, e hoje, ao serem considerados sujeitos históricos deixa-se para trás duas ideias que segundo Rocha repercutiu por muito tempo nos estudos sobre a escravidão os escravos não foram pessoas passivas e nem foram rebeldes, foram agentes históricos que tiveram toda uma lógica de lutas contra a escravidão.

Um dos primeiros autores a escrever sobre o Brasil e sobre o cativo foi Gilberto Freyre, um sociólogo que influenciou o pensamento brasileiro acerca da formação da nação. Sua obra mais conhecida “Casa-Grande e Senzala” (2006) foi uma das mais lidas e pesquisadas tanto por autores brasileiros como estrangeiros, pois trata da forma de como se pensar o Brasil, e o cotidiano do negro na relação com seu senhor. Segundo Rocha (2007, p. 27), Freyre, tentou em seu ensaio amenizar essa relação, não negou a violência sofrida pelos escravos, mas a colocou de forma branda dando a entender que:

Nesse livro, foram lançadas, também, as ideias seminais que originaram a conhecida tese de que a escravidão em terras governadas pelos lusos se transformou numa instituição em que negros e brancos viveram em harmonia, de forma que teria prevalecido uma relação “confraternizante” entre esses dois grupos sociais.

Podemos perceber que Gilberto Freyre acabou por influenciar muitos estudiosos com sua tese de que os portugueses eram senhores bondosos que conviviam em harmonia com o escravo. O livro “Casa grande e Senzala” teve seus críticos dentro e fora do Brasil, só que essas críticas começaram a aumentar, segundo Rocha, no final da década de 1950, quando alguns escritores estrangeiros e brasileiros passaram a questionar e a desmistificar a ideia do senhor bom. Um exemplo que Rocha cita em sua tese é a “escola paulista”, ela foi a precursora no Brasil contra as ideias de Freyre. Ainda segundo Rocha, os estudos recorrentes dessa escola passaram a analisar a escravidão e conseqüentemente a relação senhor e escravo, como sendo violenta mostrando dessa forma, a exploração que os trabalhadores escravos sofriam no cativo, eles argumentavam que negros e brancos não conviveram em harmonia e que no Brasil existiu uma grande discriminação racial.

A nova historiografia, que faz uma leitura da cultura e do cotidiano escravo, além de fazer uma crítica às ideias de Freyre, também faz uma crítica aos autores do Instituto Superior de Estudos Brasileiros o ISEB. Caio Navarro de Toledo (1997), nos diz que o ISEB foi um Instituto criado por João Café Filho no dia 14 de Julho de 1955, e tinha como objetivo alicerçar um pensamento brasileiro, contar uma história brasileira nos moldes que eles

acreditavam ser o correto. Essa instituição tratou o escravo somente pela via econômica, não lhe dando um lugar social, mas sendo considerados como uma mercadoria de grande valor que contribuiu para a economia da nação brasileira.

Freyre no seu livro *Casa Grande e Senzala* (2006) apresenta o escravo como um ser cultural, que não se opôs aos abusos sofridos no cativo, e retrata-o presente no cotidiano do brasileiro em todos os aspectos, principalmente na casa grande.

Na ternura, na mímica excessiva, no catolicismo em que se deliciam nossos sentidos, na música, no andar, na fala, no canto de ninar menino pequeno, em tudo que é expressão sincera de vida, trazemos quase todos a marca da influência negra. Da escrava ou sinhama que nos embalou. Que nos deu de mamar. Que nos deu de comer, ela própria amolengando na mão o bolão de comida. Da negra velha que nos contou as primeiras histórias de bicho e de mal-assombrado. Da mulata que nos tirou o primeiro bicho-de-pé de uma coceira tão boa. Da que nos iniciou no amor físico e nos transmitiu, ao ranger da cama-de-vento, a primeira sensação completa de homem. Do moleque que foi nosso primeiro companheiro de brinquedo (FREYRE, 2006, p. 367).

Vemos que o escravo descrito por Freyre é um ser que aceita de forma passiva a escravidão, não rejeitando esse sistema, aceitando se sujeitar aos interesses de seus senhores sem questionar. Freyre deixa evidente que as escravas faziam a vontade do senhor se entregando aos mesmos de forma branda. “Não era o negro, portanto, o libertino: mas o escravo a serviço do interesse econômico e da ociosidade voluptuosa dos senhores” (FREYRE, 2006, p. 402).

O Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o ISEB, possuía outra visão da escravidão e conseqüentemente da figura do escravo na sociedade. Em seu livro “ISEB Fábrica de ideologias” (1997), Caio Navarro de Toledo faz uma análise dos representantes do ISEB, demonstrando assim a ideologia como marca daquela instituição.

Se no caso, de certas instituições pode-se, através da análise, desvendar o caráter ideológico de que se revestem suas atividades, programas e formações teóricas, no caso do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) tem-se a ideologia consagrada como marco definitivo e apanágio da instituição (TOLEDO, 1997, p. 25).

Podemos perceber pela fala de Toledo que aos representantes do ISEB, cabia um único pensamento, o da ideologia, que não dava lugar a outras formas ou maneiras de pensamento, e o que os mesmos escreviam era considerada a “verdade” para o país, não poderia haver questionamentos.

Segundo Toledo, o ISEB formado por muitos intelectuais, propunha um “pensamento brasileiro” onde a ideologia não estaria presente, mas não foi isso que aconteceu, estando seus representantes impregnados dessa ideologia.

Se a expressão “ideologia do desenvolvimento” nunca aparece nos estatutos e regulamentos gerais do ISEB, em compensação ela se constituirá praticamente no emblema e na “palavra de ordem” da instituição, estando presente explicitamente na quase totalidade de suas publicações e em todas as suas definições de ordem programáticas (TOLEDO, 1997, p. 41-42).

Vemos que a História do Brasil deveria ser pautada pelas publicações do instituto, visto que o mesmo fora criado pelo governo brasileiro com fins de formar uma mentalidade para o país. Dentre as várias distinções citadas pelo autor em sua obra, uma nos chama a atenção, o conceito de alienação. Esse conceito vem seguido da dependência econômica e é justamente nesse conceito que a figura do escravo está inserida. Segundo Toledo, o ISEB trata o país através do subdesenvolvimento, ele ainda diz que isto está presente em todos os trabalhos isebianos. Os membros do ISEB conforme Toledo (1997, p. 83) pregavam que o país encontrava-se em situação ainda colonial e que por isso existia a dependência econômica.

A dependência, para todos os autores isebianos, se explica em termos de *nação*, ou seja, a dependência dos países subdesenvolvidos se entende basicamente em virtude de suas *relações externas*, pela sua posição de “periferia” ou de “proletariado externo” do mundo desenvolvido ou da área metropolitana.

Toledo cita alguns autores do ISEB, mostrando como os mesmos analisavam a situação do Brasil, e essa determinada situação proporia que o país se encontrava ainda nesse regime colonial, portanto não possuindo autonomia para se tornar um grande país, e dependente que seria de um proletariado externo. Dessa forma:

[...] aquele proletariado [histórico ou externo] vai se localizar [...] nas vastas regiões em que se refinou a estrutura colonial, dando às suas populações a possibilidade de se incorporar ao ocidente só na condição de objeto, não de sujeito da história. (MENDES, *apud* TOLEDO, 1997, p. 83-84).

Podemos perceber que essa mão de obra que viria trabalhar no país serviria somente para o trabalho, um simples objeto que contribuiria para o crescimento da nação, essas pessoas, no caso mais especial os escravos, não eram considerados sujeitos de sua história, eram homens e mulheres a serviço de uma economia que visava cada vez mais o crescimento

interno. Segundo Toledo, os isebianos não podem usar o termo proletariado, pois ele nada tem ver com o conceito de materialismo histórico de classe social. Para esse autor, os isebianos costumam usar esse termo para explicar a situação do Brasil, que eles consideravam semicolonial ou subdesenvolvida.

Segundo Toledo, não sendo o materialismo histórico de classe social o fator para explicar a alienação ou dependência econômica, faz-se necessário pensar em algo mais específico, assim nos diz:

[...] de um lado a metrópole; do outro, a periferia. Daí poder-se invocar, sem maiores preocupações de ordem teórica, a dialética da dominação e da servidão (Senhor e Escravo) para configurar as relações entre centros hegemônicos a áreas periféricas (TOLEDO, 1997, p. 84).

Toledo utiliza da fala de um dos autores isebianos para mostrar como eles faziam a análise do Brasil e de sua mão de obra, mas precisamente, a escravidão.

“Colonizador”[...] é sujeito, ao passo que o colonialismo é objeto; o primeiro é titular de direitos e privilégios, o segundo só tem obrigação e deveres e, quanto aos direitos, apenas aqueles que o Senhor lhe concede. O escravo não é sujeito e não tem direito porque, como diria Hegel, não é “reconhecido” pelo Senhor. Não é visto por ele como se fosse também sujeito (CORBISIER, *apud* TOLEDO, 1997, p. 84-85).

Esse escravo que era considerado coisa ou objeto não tinha um lugar social, não era sujeito de sua história. “Escravo e colônia ficam, pois, reduzidos à condição de “objetos”, de “coisas”, enquanto senhor e metrópole estão na categoria de *sujeito e liberdade*” (TOLEDO, 1997, p. 85).

Nelson Werneck Sodré, no seu livro “Formação Histórica do Brasil” (2002, p. 272), ao abordar o declínio da escravidão no Brasil, nos fornece dados quanto ao número de escravos que adentraram o país naquele momento quando da proibição do tráfico negreiro.

Em 1850, com a lei de Eusébio de Queirós, o Brasil sanciona o fato consumado da suspensão. No ano anterior havia entrado 54.000 escravos em nosso país. Em 1850, esse número cai a menos da metade. Em 1851, para 3.000. Em 1852, para 700. O tráfico estava liquidado.

Sodré (2002, p. 272), deixa evidente sua visão quanto à figura do escravo “coisa”, e que compartilhava da mesma visão de outros intelectuais do ISEB.

A suspensão efetiva dos fornecimentos externos não tem, quanto ao mercado de mão-de-obra, efeitos extraordinários: o estoque interno e seu crescimento vegetativo são suficientes para atender a demanda. É que esta, pelos motivos antes alinhados, ia em declínio. A área de mais rápido desenvolvimento, a do café, procede a transformação no regime de trabalho e substitui o escravo pelo colono.

A nova historiografia não compartilha do pensamento de Gilberto Freyre e dos membros do Instituto Superior de Estudos Brasileiros o ISEB, mas nos apresenta uma nova maneira de se observar o escravo na sociedade brasileira, já que vários historiadores começaram a partir da década de 1980 a estudar a história das classes consideradas inferiores, dentre elas, os escravos.

Segundo Luciano Mendonça de Lima, os historiadores pertencentes à nova historiografia opõem-se a pensar o escravo como uma “coisa” que não possuía um lugar social ou que não tivesse ao menos certo controle sobre sua vida, eles foram agentes sociais que construíram a história, pois eram pessoas que foram escravizadas.

[...] são as ações humanas que explicam as configurações históricas em análise, não havendo aí nenhum espaço para qualquer tipo de determinismo, quer seja divino, quer seja científico. Porém, os homens são entes abstratos, desencarnados no tempo e no espaço. Pelo fato de serem criaturas históricas é que eles tanto constroem as condições em que atuam como são condicionados por elas, a partir de relações estabelecidas no todo social entre os indivíduos e grupos, levando a uma tensão dialética entre liberdade e determinação, estrutura e processo. Por outro lado, como os homens são ao mesmo tempo racionais e valorativos, essas relações têm múltiplas dimensões, tais como as econômicas, culturais, jurídicas, políticas, morais etc, termos esses que se relacionam de maneiras particulares e dentro de determinados campos de possibilidades, portanto sem nenhuma espécie de sobreterminação (LIMA, 2008, p. 23).

Kátia de Queirós Mattoso, no seu livro “Ser Escravo no Brasil” (1990), nos diz que o escravo foi um agente social que inserido na sociedade possuiu condições materiais e afetivas, tendo trabalhado em várias funções tanto no campo como na cidade e que para se obter determinado trabalho o mesmo devia se mostrar obediente, dócil e humilde. Não existiu dessa forma um único modelo, mas várias formas de ser escravo no Brasil.

São as tensões continuadas dessa integração difícil que obrigam a própria vida do escravo a adaptar-se às relações de tipo escravista e o levam a todos os esforços, todas as humildades, todas as obediências e fidelidades para com os senhores infalíveis. Humildade, obediência, fidelidade: sobre este tripé vai ser encenada a vida desses homens, mercadorias muito particulares

pois, apesar de tudo, os compradores-proprietários terminam sempre por se aperceberem de que os escravos também são homens e uma certa espécie de intimidade se pode estabelecer com eles, se são fiéis, obedientes e humildes (MATTOSO, 1990, p. 102).

Segundo Kátia de Queirós Mattoso o escravo do Nordeste tinha seu caráter manipulado pelo senhor, pois este vivia em um sistema patriarcal e paternalista, o mesmoadquiria status de pertencer à família do senhor, ocupando assim um lugar social, sentindo-se protegido pelo senhor. Embora essa proteção fosse um jogo de trocas do senhor para com o escravo dessa forma: “Dá-me tua lealdade e eu te darei a proteção e a identidade de minha família” (MATTOSO, 1990, p. 103). Kátia Queirós de Mattoso continua discorrendo sobre essa relação e afirma que o mundo dos senhores era um e o do escravo outro, mundos socialmente e culturalmente diferentes, levando assim a conflitos que foram sempre existentes.

Essa relação de senhores e escravos se dava de forma conflitante não importava a localidade. Whisses Estrela de Albuquerque Abreu, em sua dissertação “Senhores e Escravos do Sertão” (2011), concorda com Mattoso, ao afirmar que esse tipo de conflito existia, pois afirma que no sertão senhores e escravos se contrapõem: o senhor o dominador, dono da terra e de vários bens entre eles, o escravo que não aceita essa dominação. Abreu chama essa relação de “[...] dualidade que também fez parte do alto sertão paraibano” (ABREU, 2011, p. 17).

Os estudos dessa nova historiografia mostram como Gilberto Freyre equivocou-se ao tentar amenizar essa relação do senhor com o escravo, pois segundo Kátia Queirós de Mattoso, essa “[...] aparente amenidade das relações que se estabelecem entre senhores e escravos [...]” (MATTOSO, 1990, p. 103). O mostrar-se muitas vezes humilde, é na verdade uma das formas de resistência que o escravo encontrou para se contrapor ao sistema que o escravizava e que lhes roubava toda uma dignidade de caráter moral e cultural.

Os escravos criaram mecanismos que lhes possibilitaram lutar contra a escravidão, nesse ambiente que muitas vezes parecia de plena conveniência.

Aconteceram então os suicídios, as fugas, as revoltas individuais ou coletivas. Ao senhor resta somente o recurso á violência e à repressão. [...] no nordeste, reputada terra acolhedora para os escravos, onde a adaptação era fácil, fugas e revoltas são mais numerosas, mais violentos os conflitos. Os senhores, tão paternais vivem na realidade o temor constante das reações imprevistas dos negros (MATTOSO, 1990, p. 103).

No Nordeste embora houvesse esse regime paternalista, ocorreram constantes lutas entre senhores e escravos, sendo assim, a escravidão não foi branda. Segundo Abreu (2011), o espaço do sertão se constituía de alianças e pactos, mas também de lutas e conflitos, lugar em que os escravos, como cita Kátia de Queirós Mattoso se rebelaram contra os senhores na luta contra o sistema escravista. Esse escravo que lutava também se constituía como agente social, pois lutava diariamente por uma vida mais digna e por sua liberdade nessas terras do sertão nordestino.

Mesmo estando sob extrema violência e dominação, conseguimos perceber no escravo um sujeito capaz de construir redes de solidariedade, de ressignificar as suas práticas culturais, construir família, de acumular bens, de se organizar em grupo, atuando e se movimentando nas mais variadas formas (ABREU, 2011, p. 20).

Sidney Chalhoub em seu livro “Visões da Liberdade” (1990, p. 35) trata do contexto da liberdade nos últimos anos da escravatura no Brasil. O autor reconhece que os negros viveram em um sistema violento, onde foi necessário muitas lutas por sua liberdade, e demonstra que sofreram todos os tipos de abusos na condição em que se encontravam, ou seja, a de cativo, dessa forma,

[...] são encontros cotidianos com negros espancados e supliciados, com mães que têm seus filhos vendidos a outros senhores, com cativos que são ludibriados em seus constantes esforços para a obtenção da liberdade, com escravos que tentam a fuga na esperança de conseguirem retornar a sua terra natal. As histórias são muitas e seria preciso uma dose inacreditável de insensibilidade e anestesia mental para não perceber aí muito sofrimento. O mito do caráter benevolente ou não-violento da escravidão no Brasil já foi sobejamente demolido pela produção acadêmica das décadas de 1960 e 1970 [...].

Na citação, vemos que Sidney Chalhoub (1990), crítica à maneira que Gilberto Freyre tratou a relação senhor e escravo, o mesmo diz que essa relação não foi amena e que a nova historiografia já veio desmistificando esse pensamento. Esse mesmo autor faz uma crítica a Fernando Henrique Cardoso, pois segundo ele, o sociólogo em suas leituras, trata o escravo como “coisa”, tirando deste toda uma autonomia quanto a sua história, quanto ao seu pensar e agir, diminuindo-o de forma a colocá-lo como um ser que age por outros e não por si próprio, porque não possui essa capacidade. Dessa forma,

A condição jurídica de coisa, entretanto, correspondia à própria condição social do escravo. A reificação do escravo produzia-se objetiva e subjetivamente. Por um lado, tornava-se uma *peça* cuja necessidade social era criada e regulada pelo mecanismo econômico de produção. Por outro lado, o escravo auto-representava-se e era representado pelos homens livres como um ser incapaz de ação autônoma. Noutras palavras, o escravo se apresentava, enquanto ser humano tornado *coisa*, como alguém que, embora fosse capaz de empreender ações humanas, exprimia, na própria consciência e nos atos que praticava, orientações e significações sociais impostas pelos *senhores*. Os homens livres, ao contrário, sendo *peças*, podiam exprimir socialmente a condição de ser humano organizando e orientando a ação através de valores e normas criados por eles próprios (CARDOSO, *apud* CHALHOUB, 1990, p. 37-38).

Vemos na fala de Cardoso todo um pensamento voltado para a figura do escravo como sendo uma coisa que agia conforme outros e que não possuía um lugar social, pois não era considerada uma pessoa. Cardoso nega esse lugar social do escravo na sociedade. Sidney Chalhoub continua sua crítica às fontes que foram utilizadas por Fernando Henrique Cardoso e que contribuem para o pensamento do escravo coisa.

Segundo Chalhoub, Fernando Henrique Cardoso, no seu livro “Capitalismo e Escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul” (1977) utiliza-se de várias fontes para elencar o pensamento de que o escravo não foi um agente social, mas sim uma coisa. Chalhoub nos informa que dentre as fontes utilizadas por Cardoso está uma citação do livro de Perdigão Malheiro, onde este autor aborda a situação do escravo do ponto de vista jurídico. Dessa forma: Segundo Malheiro (*apud*, CHALHOUB, 1990, p. 36). “reduzido à condição de coisa, sujeito ao *poder e domínio* ou propriedade de um outro, é havido por morto, privado de todos os direitos, e não tem representação alguma”.

Segundo Chalhoub, Cardoso associa a condição jurídica do escravo descrita por Malheiro à condição social do mesmo, como se ambas as coisas fossem uma só. Dessa forma a ideia do escravo coisa acaba entrando para a história como uma verdade, pois não foi dado ao escravo nesse tipo de historiografia o lugar do cativo agente de sua história. Ainda conforme Chalhoub, o livro de Cardoso foi produzido dentro de todo um rigor científico, dessa forma esse pensamento do escravo coisa permaneceria por muito tempo até ser desmistificado pela nova historiografia.

Fernando Henrique Cardoso utilizou-se de outras fontes para elaborar seu pensamento do escravo coisa.

Uma boa parte das fontes citadas por Fernando Henrique Cardoso no processo de construção da teoria do escravo-coisa constitui-se em relatos de

viajantes. Lá estão Saint-Hilaire, Nicolau Dreys, John Luccock e alguns outros que se aventuraram pelo sul do país no século passado. Não há nada de inerentemente errado em utilizar tais fontes, porém é possível errar radicalmente ao interpretá-las; [...] (CHALHOUB, 1990, p. 38-39).

Podemos perceber pela fala de Chalhoub que por muito tempo o pensamento do escravo como uma coisa perdurou na historiografia e principalmente em pensadores do próprio século XIX, e que ainda se fez presente na década de 1970 no Brasil, quando a partir daí a nova historiografia foi se constituindo e analisando documentos e novas fontes, onde se foi compreendendo o escravo como sujeito de sua história e não mais como rebelde ou uma simples coisa.

O século XIX como já se sabe foi um momento de mudanças significativas bastante profundas no interior da sociedade brasileira. Os escravos passaram, a partir desse momento, a conhecer seus direitos, ir atrás de uma vida digna onde os mesmos pudessem ser respeitados.

Segundo Thompson, no século XVIII, os homens possuíam uma consciência clara e usos que eram chamados de “costumes”. “Na verdade, alguns desses “costumes” eram de criação recente e representavam as reivindicações de novos “direitos” (THOMPSON, 1998, p. 13). Conforme Thompson o século XVIII foi um momento marcado por constantes mudanças na Europa, especialmente na Inglaterra. Dentre essas modificações, a chamada classe inferior sofria pressão para reformar sua cultura. Essa reformulação se deu, segundo Thompson, quando a classe superior desejou dominar as práticas culturais que a classe inferior possuía. Um exemplo que Thompson cita é a transmissão oral, pois a mesma a partir desse momento, segundo o mesmo, estava sendo ultrapassada pela alfabetização: “[...] o século XVIII viu abrir-se um hiato profundo, uma profunda alienação entre a cultura patriciana e a da plebe” (THOMPSON, 1998, p. 13). Thompson nos diz que a cultura que antes era conhecida como “costume” estava sempre sofrendo mudanças; os homens estavam mudando e suas práticas culturais também, dessa forma e conforme Thompson, essas modificações acabaram por gerar conflitos entre classe superior e inferior, pois nesse momento novas ideias e novos paradigmas estavam surgindo. Conforme Thompson (1998, p. 17) essa cultura não se fazia somente por atitudes, comportamentos, pois,

[...] uma cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole: é uma arena de elementos

conflitivos, que somente sob uma pressão imperiosa [...] assume a forma de um “sistema”.

Thompson ao abordar a cultura no cotidiano do século XVIII e início do XIX, nos diz que estavam acontecendo reformulações nos costumes e que isso estava implicando em novas relações entre aquele que detinha o poder e o subordinado, já que a partir desse momento as práticas culturais elaboradas pela classe inferior estavam desafiando a classe superior; os homens e mulheres, conforme sua explanação, estavam criando novas formas de se defender, na vida cotidiana, no trabalho; se a educação lhes era proibida, segundo Thompson eles poderiam transmitir seus conhecimentos as outras gerações através da transmissão oral. Conforme Thompson, os mais necessitados estavam naquele momento imbuídos em lutar por uma liberdade, uma defesa para que suas práticas culturais fossem respeitadas, para que eles mesmos pudessem ser respeitados em sua cultura, na expressão de uma opinião, enfim, na vida como um todo.

Podemos utilizar da tese de Thompson de que as classes inferiores possuem uma cultura, e a colocando para o Brasil, veremos que no caso brasileiro, mais especificamente nas relações senhores e escravos, querendo ou não, muito da cultura da civilização europeia mesclou-se e recriou-se com a cultura negra africana; houve um sistema de trocas culturais quando o negro imprimia uma luta por sua liberdade e criou formas de resistência diretas ou sutis. Ao defender-se dos desmandos do seu senhor, o escravo africano mostrou que possuía uma cultura, um pensamento formado com relação à sua existência social, demonstrando assim que não eram somente os senhores da elite imperial brasileira que possuíam práticas culturais. Da mesma forma, os escravos sofriam influência em alguns momentos da elite e suas formas de dominação, pois segundo Thompson as classes consideradas “inferiores” não estavam fechadas a isso. Dessa forma, os mesmos podiam fazer uma defesa ao controle que muitas vezes o senhor desejava imprimir sobre eles.

Thompson ao falar da cultura das classes subalternas deseja que as mesmas não se resumam somente a “[...] significados, atitudes, valores”. (THOMPSON, 1998, p. 17). Essas classes, segundo Thompson, devem se pautar também através de relações sociais onde se estabeleçam certas resistências a exploração. Um ambiente onde possa haver o trabalho, mas onde os trabalhadores não enfraqueçam aos desmandos do patrão, ou no caso dos escravos, do senhor. Pela lógica de possuir uma cultura, os subordinados têm ideia do que realmente importa para eles. E se for preciso lutar e resistir eles irão fazê-lo, mesmo que seja dentro de certos limites.

Percebemos pela fala de Thompson, que existia sobre esses homens e mulheres uma lei, e essa lei deveria ser respeitada. Só que mesmo isso acontecendo eles estavam ligados uns aos outros pela cultura, e sempre haveria de haver lutas, fosse por liberdade, por trabalho ou por uma vida melhor, pois eles tinham um pensamento formado. O escravo quando lutava por sua liberdade estava na verdade querendo reivindicar para si um direito que lhe era próprio por natureza, eles sabiam que nasciam escravos, mas que na verdade isso foi algo imposto por outros homens, por uma cultura de dominação.

A historiografia recente sobre a Escravidão está repleta de histórias em que o cotidiano do negro vem sendo descoberto e sempre há novidades quanto ao escravo como agente histórico. Hoje analisamos uma historiografia que desmistifica a ideia do escravo como passivo ou que agisse somente por rebeldia, ou mesmo do escravo “coisa”. O escravo foi um lutador, foi agente de sua história, em busca de uma vida digna, de liberdade. Esse mesmo escravo construiu formas de lutas contra a escravidão, pois possuía o pensamento de que embora fosse pesado lutar contra o sistema que o cercava, ele podia fazê-lo, baseado em ideias formadas dentro de uma cultura, a cultura dos mais pobres que sabiam resistir. Analisaremos a seguir o lugar do cativo na sociedade paraibana e seu eventual esquecimento por partes de muitos historiadores.

CAPÍTULO 2 ASPECTOS PARTICULARES DA ESCRAVIDÃO NA PARAÍBA NO FINAL DO SÉCULO XIX

A escravidão na Paraíba não foi muito diferente das outras regiões do país, mas teve suas particularidades. Neste capítulo analisaremos a escravidão na Paraíba do Norte problematizando o papel do escravo na sociedade paraibana no final de século XIX. Abordaremos seu eventual esquecimento por parte de historiadores, que muitas vezes não lhe deram seu devido lugar na história. Buscaremos compreender um pouco da relação senhores e escravos em âmbito local, procurando dessa forma entender quais atitudes o escravo da província da Paraíba do Norte, mas especificamente do sertão, buscou ter para obter uma vida livre de castigos com outra realidade mais digna de ser vivida.

Conforme nos informa Lima, Rocha e Barbosa Lima, a Paraíba foi colonizada em 1585 por portugueses e espanhóis. Esta província era grande produtora de açúcar, que segundo os autores era muito apreciado na Europa. A mão-de-obra utilizada na Paraíba no século XIX foi o braço escravo conforme nos diz os mesmos autores Lima *et al.* (2008, p. 40):

Do século XVI ao XIX, milhares de pessoas de vários povos foram capturadas em suas terras de origem e transportadas, pelo Oceano Atlântico, numa viagem que durava cerca de 35 dias até o porto de Recife. Só então, eles eram comprados por aqueles que residiam na província da Paraíba.

Os escravos desempenhavam todos os tipos de trabalho na Paraíba do Norte. Na zona litorânea segundo os autores, predominou os engenhos como fonte de riqueza para o senhor e trabalho para o escravo, no sertão o trabalho era constituído principalmente pela pecuária. Conforme Lima, Rocha e Barbosa Lima, esses homens e mulheres trabalhavam também de forma excessiva. Os escravos que chegaram a Paraíba foram considerados bens, isto é, não eram considerados seres racionais e, por essa razão, segundo os autores, eles eram vendidos, hipotecados, alugados e podiam sofrer violências, fosse ela física ou psicológica.

Mas, esses escravos que foram durante muito tempo explorados por seus senhores não se acomodaram: “Muitos se rebelaram sabotando a produção, se suicidando, assassinando feitores, capitães-do-mato ou seus donos, ou, ainda, fugindo e organizando quilombos”. (LIMA *et al.*, 2008, p. 41). Os escravos como sabemos foram agentes de suas histórias e recorreram conforme nos diz os autores, aos tribunais buscando direitos contra a violência imposta pelo senhor. O século XIX foi marcado por vários processos impetrados por escravos

contra senhores, pois a partir de 1871 com a lei do Ventre Livre, os escravos que possuíssem economias podiam assim comprar sua carta de alforria.

Um exemplo que os autores citam é o da parda Filipa, que em 1856 tinha 17 anos, e residente no engenho Maraú, que pertencia ao Mosteiro de São Bento. Esta escrava conseguiu comprar sua carta de alforria pela quantia de 400\$000 réis. A exemplo dela, muitos outros escravos buscaram sua liberdade, fosse no litoral ou no sertão.

O século XIX foi um momento de muitos conflitos, revoltas, sublevações, principalmente na segunda metade. Esses conflitos atingiram de forma significativa a Paraíba.

Na segunda metade do século XIX operava-se uma mudança na correlação de forças sociais e políticas, significando um novo rearranjo na geografia do poder nacional entre as elites, os grupos subalternos e o Estado Imperial, processo esse caracterizado por transformações de natureza econômica, política e ideológica, com nítidas e substanciais variações regionais. De um lado, as elites proprietárias do norte, que viviam as dificuldades advindas do que se convencionou chamar de “crise da grande lavoura”, quadro esse agravado devido à queda no preço do açúcar e do algodão no mercado internacional. De outro, a ascensão das novas elites cafeeiras do centro-sul, que se aproveitavam da proximidade da Corte para consolidar interesses cada vez mais hegemônicos (LIMA, 2006, p. 27).

Segundo Mendonça Lima, esse momento de mudanças econômicas e políticas gerou certo medo na elite nortista de que pudessem perder todo o seu prestígio e poder. A partir desse momento, eles procuraram criar mecanismos para favorecerem a si mesmos, pois acabaram perdendo espaço para as elites do Centro Sul, já que o café encontrava-se em alta no mercado mundial. Isso se tornou perigoso, pois ainda segundo Lima liberavam-se energias que podiam facilmente fugir do comando das autoridades. Um desses fatores poderia ser o fato de o escravo encontrar caminhos para lutar contra a escravidão e foi isso que eles fizeram. Dentro desse contexto social, o debate na província da Paraíba se intensificava quanto à relação senhor e escravo. Dessa forma,

[...] havia o grupo que continuava apegado aos interesses da propriedade e da exploração escrava. Para estes escravocratas empedernidos, as relações entre senhor e escravo não deveriam sofrer grandes intervenções do Estado, a não ser em assuntos muito pontuais. [...] Um segundo grupo defendia a imigração de europeus, subvencionada pelo Estado, para substituir ou trabalhar ao lado dos escravos, preferencialmente como parceiros ou então através de formas particulares de assalariamento. [...] Por último, os que apresentavam como alternativa para a crise a transformação dos homens pobres livres em trabalhadores disciplinados para o trabalho sistemático da lavoura (LIMA, 2006, p. 29).

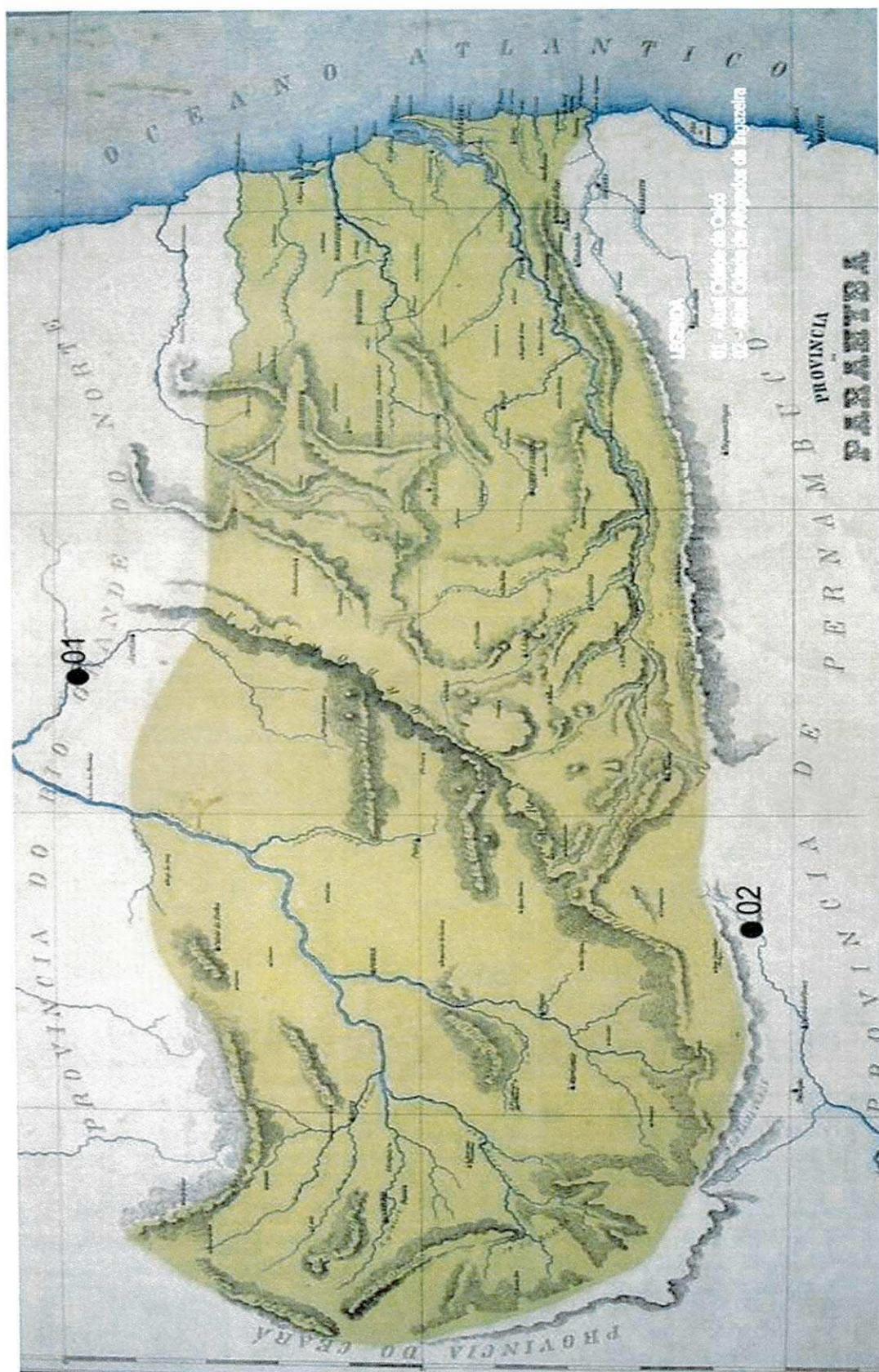
Podemos perceber pela fala de Mendonça Lima, que a crise que afetou o Brasil no final do século XIX atingiu também a Paraíba. A elite se viu dividida quanto ao rumo que o trabalho escravo iria tomar em terras paraibanas. A relação senhor e escravo acabou se tornando alvo das várias discussões existentes dentro desse contexto histórico. O escravo estava no centro de todo esse debate. Conforme nos diz Mendonça Lima, mesmo em meio a todo esse contexto social envolto em conflitos, o escravo acabou por encontrar brechas para lutar por sua liberdade. Veremos mais adiante qual o lugar que o escravo paraibano ocupou nessa sociedade do final do Oitocentos.

Antes mesmo de dar um caminho lógico a nosso objetivo, é necessário entender que a Paraíba não abrangia somente a área do litoral, mas abrangia também uma vasta região que se estendia do litoral ao sertão no século XIX. Maria da Vitória Barbosa Lima, em sua tese “Liberdade Interditada, Liberdade Reavida: escravos e Libertos na Paraíba escravista (Século XIX)” (2010A), nos informa que:

Convém esclarecer que o termo sertão do século XIX e anteriores não tinham a mesma acepção conforme hoje é conhecida. O sertão era toda a área que não fazia parte do distrito da capital e de Mamanguape, isto é, a zona da mata litorânea (LIMA, 2010A, p. 239).

Lima (2010A, p. 240) continua nos informando quantos aos sertões que existiam. “Existiam o sertão do Cariri, o sertão do Seridó, o sertão do Piancó e de Piranhas para identificar as grandes áreas [...]”.

Figura 1. Mapa da Província da Paraíba no século XIX



Fonte: Apud SOARES, 2012, p. 34.

2.1 Os escravos e o esquecimento por parte da historiografia paraibana

O escravo paraibano teve seu lugar na sociedade da época com todos os outros escravos presentes ao longo do Brasil. O que podemos perceber então é que o mesmo foi deixado no esquecimento por vários historiadores paraibanos. Neste tópico analisaremos trabalhos realizados acerca da escravidão, uns que trazem o escravo como agente histórico e outros que nem sequer deram aos escravos um lugar de destaque na sociedade, deixando-os assim no esquecimento.

Solange Pereira da Rocha, em sua tese “Gente negra na Paraíba Oitocentista: População, Família e Parentesco Espiritual” (2007), procurou evidenciar o lugar de homens e mulheres escravizados, dando aos mesmos a colocação de agentes históricos. Essa mesma autora procurou entender também os laços de parentesco que os cativos podiam estabelecer para uma vida melhor ao longo do segundo período do século XIX.

Segundo Rocha, muitos historiadores paraibanos deixaram o escravo fora da historiografia paraibana, ou deram-lhe apenas um papel secundário, não discutindo sua importância para a formação da sociedade da época ou mesmo não lhe dando a categoria de agentes históricos capazes de pensar e agir em benefício próprio. Ela começa explanando sobre o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP) e outras instituições que desde o final do século XX, ainda segundo ela, vêm trazendo discussões acerca da população negra na Paraíba. Ela destaca como alguns membros do IHGP e outros historiadores acadêmicos pensaram o papel dos escravos na sociedade Oitocentista.

Rocha cita o autor Maximiano Lopes Machado que viveu no período da escravidão. Esse autor segundo Rocha, coloca o negro a margem dos acontecimentos. Quase que não se tem no seu livro “História da Província da Paraíba” (1977), referências a esses personagens que participaram de forma ativa do processo de liberdade. Rocha faz uma crítica aos escritos de Machado, porque o referido autor não dá um lugar social ao escravo, não o coloca como participante do processo. “Estes trabalhadores foram citados apenas como parte de bens pecuniários de senhores e das ordens religiosas” [...] (ROCHA, 2007, p. 53). Vemos que a crítica de Rocha (2007, p. 54) se intensifica quando ela traz sua fala para dar importância ao escravo como participante da construção da Paraíba.

Porém, se os negros não estavam em grande número, eles se fizeram presentes desde as primeiras expedições até o fim da escravidão no país, desenvolvendo as atividades que concorreram para construção material e cultural da sociedade paraibana.

O escravo para Rocha é um agente histórico que participou de todo um complexo projeto de lutas pela liberdade e por melhorias de vida, não se abatendo contra o poderio de seus senhores. Machado, ao contrário, o coloca somente como um bem material.

Outro autor que Rocha critica é Irineu Joffily, membro do IHGP que também vivenciou o período escravocrata. Este autor, segundo Rocha dá ao escravo um papel relevante em comparação a Machado, pois traz alguns relatos no seu livro “Notas sobre a Paraíba” (1977), sobre as ações dos quilombos. Conforme Rocha, Joffily aborda a área do sertão paraibano, analisando a (re)ocupação deste espaço pelos portugueses, dando ênfase ao estudo da cultura sertaneja. Ele traz a figura do negro escravo não somente como trabalhador ou como um bem, embora segundo nos diz Rocha, o mesmo tenha dito que a presença negra na Paraíba nos períodos colonial e imperial foi muito pequena, dando a entender que na realidade ter escravos não se fazia necessário, mesmo sendo adquiridos,

Pelo orgulho que tinham algumas famílias de demonstrar opulência pelo número de cativos que possuíam, e dos quais só em última extremidade se desfizeram, como na grande seca de 1877 (JOFFILY, *apud* ROCHA, 2007, p. 55).

Assim, de acordo com Irineu Joffily, está intrínseca toda uma lógica de que o escravo não foi importante para a sociedade paraibana, que na realidade o único lugar que lhe foi dado foi o de ser ostentado, por uma pequena elite local, ou seja, apenas mostrar a riqueza de seus senhores. Dessa forma, Rocha o critica por não mostrar a importância do negro para a sociedade e por minimizar a presença negra no sertão dando a entender que eles não eram importantes para a economia e nem pra o contexto social do Oitocentos³.

Solange Pereira da Rocha cita outro autor que não faz menção aos escravos como agentes históricos, e os deixam no esquecimento. Segundo a mesma, Horácio de Almeida em seu livro “História da Paraíba” (1978) não admitiu nem o lugar dos escravos como trabalhadores. Quanto aos negros,

[...] foram raramente mencionados e, quando isso ocorre, o autor evidencia sua opinião sobre os senhores de escravos, vistos como homens bondosos. [...] Nem mesmo a abolição da escravidão foi considerada pelo autor como uma conquista ou mudança social importante, porque, nas poucas linhas dedicadas ao tema, afirma que a “realidade social do negro” escravo foi

³Solange Pereira Rocha, em sua tese, o critica porque ele ameniza o lugar do negro na sociedade sertaneja paraibana ao afirmar de que quase não se tinha escravos nessas terras. Segundo essa mesma autora o censo de 1872 mostra um grande número de cativos de origem africana no sertão paraibano.

substituída pela escravidão continuada do trabalho no eito, como recebimento de baixos salários, insuficientes para a sobrevivência (ROCHA, 2007, p. 58).

Vemos na análise de Rocha, que este autor não deu aos escravos seu lugar na história da Paraíba. Deixou o negro fora de um contexto social no qual as atitudes dos mesmos contribuíram para a conquista da liberdade, uma conquista feita de lutas, estratégias contra a escravidão. Os escravos foram conforme já nos informou Rocha, agentes de sua história, que contribuíram com toda uma dinâmica de combate contra o sistema escravista.

Outra autora que Rocha faz uma crítica é Waldeci Porto, uma advogada que também foi membro do IHGP. Em seu livro “Paraíba em branco e preto” (1976), segundo Rocha, ela tem uma visão bastante preconceituosa dos negros. A mesma deu a entender que a presença branca foi superior à negra. Conforme a fala de Rocha (2007, p. 62), essa autora abordou em seu livro e enalteceu o papel dos colonizadores e ainda foi bastante preconceituosa ao escrever sobre a escravidão no Brasil e na Paraíba:

Suas interpretações estavam relacionadas às posições ideológicas e históricas predominantes no IHGP, cuja escrita visava, sobretudo, construir uma identidade específica para a Paraíba, buscando enaltecer as ações dos colonizadores brancos e destacando o papel “civilizador” dos mesmos, por terem, não[sic] visão da autora, prestado um bom serviço ao retirarem as pessoas negras do seu continente de origem e oferecido uma vida bem superior a que eles anteriormente, mesmo que no Brasil vivessem na condição de escravos.

A autora mostra todo o seu preconceito ao afirmar que foi certo o que os portugueses fizeram, ou seja, retirar os negros de suas terras para se tornarem escravos no Brasil. Outro pensamento da autora conforme Rocha é quando a mesma coloca a escravidão no Brasil e na Paraíba como sendobranda. Dessa forma a imagem que Waldeci Porto tem dos escravos conforme Rocha (2007, p. 63) nos diz é:

A imagem fixada é de um povo escravizado, bem adaptado ao trabalho compulsório, que quase nunca protestou contra sua situação social, visto como grupo subserviente, resignado, dócil, que se deixava proteger pelo bom senhor.

Alguns dos autores citados até aqui por Rocha em sua tese não compreenderam e não deram ao escravo paraibano seu lugar de construção na Paraíba colocando-os à margem do

esquecimento, como se os mesmos em nada tivessem contribuído para o crescimento da Província paraibana no século XIX. Isso acabou por ficar marcado na história da escravidão, pois só recentemente é que historiadores como a mesma, Solange Pereira da Rocha, Luciano Mendonça de Lima, Wlisses Estrela, Ana Paula Cruz e outros estão restituindo o lugar de agentes históricos aos escravos paraibanos.

No livro “A Paraíba no Império e na República. Estudos de História Social e Cultural” (2005), Luciano Mendonça de Lima aborda a cidade de Campina Grande no século XIX com o intuito de investigar o silêncio que se formou em torno da presença escrava naquela cidade e dar voz a esses mesmos escravizados mostrando-os como sujeitos de sua história sempre em busca de melhorias de vida. Numa de suas falas fica nítido como os escravos lutaram contra o sistema da escravidão não somente em Campina Grande, mas em todo o Brasil.

Aqui, como de resto em inúmeras experiências por esse Brasil afora, os escravos se recusaram a ser tratados como coisa, não formaram um zero à esquerda de duas existências. De diversas maneiras, eles contribuíram para construir –e desconstruir –a história do município. Alguns, após anos de exaustivo trabalho, usaram de muita paciência e astúcia para conseguir a tão sonhada carta de alforria. Outros apoiados numa extensa rede de solidariedade, foram às barras dos tribunais litigar a liberdade com seus senhores. Os mais “afoitos” fugiram, cometeram pequenos furtos e até atentaram contra a vida de seus senhores. A maioria buscou estabelecer cotidianamente, muitas vezes no fio da navalha, espaços de autonomia econômica, social e cultural no horizonte do próprio sistema escravista (LIMA, 2005, p. 48).

De acordo com Mendonça Lima, os escravos estabeleceram vários meios para se rebelar contra a escravidão, eles usufruíram desses meios com os quais puderam lutar contra esse sistema e mostraram que sabiam pensar, agir. Dessa forma não podiam ser coisas andantes, foram pessoas que sabiam exatamente o que fazer para buscar a liberdade, uma vida livre da escravidão. Embora muitos senhores segundo Mendonça Lima, tentassem de todas as formas burlarem a lei a seu favor nas várias causas imprimidas por escravos em busca de justiça, os mesmos sabiam, ainda conforme Mendonça Lima, desafiar os senhores, porque acabaram compreendendo que a lei também os favorecia e isso está bem nítido na luta dos mesmos por uma vida liberta dos castigos da escravidão. Dessa forma os negros souberam [...] “agenciar uma extensa rede de solidariedade, a começar pela comunidade negra formada por cativos e libertos” (LIMA, 2005, p. 50).

Diana Soares de Galliza, em seu livro “O Declínio da Escravidão na Paraíba 1850-1888” (1979), faz um estudo do trabalho escravo na Paraíba em destaque para o final do

século XIX. Esta autora aborda muito mais o braço escravo como potência para o crescimento da província paraibana do que propriamente o lugar de sujeito histórico que o cativo possuiu. Em seu estudo, a mesma faz um balanço da escravidão na Paraíba e aborda com destaque o declínio do sistema nesta província. A mesma também nos informa que no censo de 1872 a Paraíba possuía muitos escravos. Assim essa é outra autora que discorda de autores antes citados, que diziam que a Paraíba não possuía muitos escravos nessa época.

Segundo Galliza, o tráfico interprovincial de escravos e as complicações econômicas ocorridas pelo declínio dos produtos produzidos pela Paraíba, tais como o açúcar e o algodão contribuíram para que a quantidade de escravos diminuísse. Dessa maneira.

Na segunda metade do século XIX a população escrava da Paraíba declinou paulatinamente. A província tinha 28.566 escravos em 1852; 21.526 em 1872; 19.778 em 1884 e 18.785 em 1886. [...]. A diminuição mais acentuada dos escravos masculinos foi em decorrência, sobretudo, do tráfico interprovincial de cativos, que deslocou mais homens do que mulheres para a lavoura cafeeira (GALLIZA, 1979, p. 36).

Vemos na análise da autora, que a Paraíba possuiu um grande número de escravos até a crise da economia nortista. Essa autora nos informa que foi o negro o responsável por sustentar a economia, possibilitando dessa forma o seu desenvolvimento. Embora na segunda metade do século XIX, o número de escravos diminuísse isso ocorreu pelo fato de que a economia paraibana perdeu espaço no mercado brasileiro e mesmo internacional. O café, segundo Galliza, foi o grande responsável por levar muitos homens e mulheres, principalmente homens, para a zona cafeeira. Podemos elencar através da fala da autora que a força de trabalho escravista não foi insignificante, o silêncio em torno dos escravos não deveria ter ocorrido, já que a partir desse estudo, podemos perceber como os negros se fizeram presente nas terras paraibanas, ocupando um lugar de suporte com sua força de trabalho para o crescimento da província.

Podemos perceber através da discussão feita, que a escravidão na Paraíba no final do século XIX sofreu certo desprezo por parte de muitos historiadores que não restituíram ao escravo seu lugar tanto na construção desta província ou como agente de sua história deixando-os assim no esquecimento e fora da história desta localidade por muito tempo. Só recentemente que os estudos sobre eles mostraram homens e mulheres que não desistiram de lutar pela vida, por liberdade, e que foram à força motor de crescimento econômico para o desenvolvimento deste lugar. Esses mesmos escravos sabiam utilizar de meios para conseguir

viver em um mundo onde seus direitos fossem respeitados, o mesmo direito que temos hoje, ser livres por natureza.

2.2. O espaço chamado sertão, a terra mais distante do litoral

Neste tópico faremos uma análise do sertão como espaço de ocupação. Analisaremos como se deu o povoamento dessas terras e como os historiadores pensaram esse lugar em seus estudos.

Utilizaremos autores que elaboraram trabalhos sobre o sertão paraibano: Ana Paula da Cruz Pereira de Moraes (2011), Wlisses Estrela de Albuquerque Abreu (2011), Diana Soares de Galliza (1979), Maria José Sobreira (2012), Maria da Vitória Barbosa Lima (2010), Maria Orlandina Izidro Jacó (2005) e Maria Vilma Vieira de Andrade (2005).

Abreu (2011, p. 27) nos fala do sertão dessa forma:

O sentido mais provável pelo qual tenham designado o *sertão* é pelo fato de ter se aplicado a regiões interiores de determinados territórios. Ao passo em que o colonizador caminhava para o interior do território, ele ia chegando ao chamado sertão. Neste sentido, o sertão, pode ser concebido como região interior, prevalecendo para este termo o sentido de localização.

Conforme o autor, o sertão é aquela área mais afastada do litoral e que por essa razão poderia ser um lugar a ser desbravado, conhecido e conquistado. Conforme Galliza (1979), o povoamento do Sertão se deu na segunda metade do século XVII, e a pecuária foi a responsável para que esse espaço pudesse ser ocupado.

Segundo Abreu, no dizer de Seixas:

A Casa da Torre da Bahia foi a primeira a “ocupar as terras do Piancó, Piranhas e Rio do Peixe, a partir de 1664, quando o coronel Francisco Dias d’Ávila, transpondo o S. Francisco, subiu o rio Pajeú, [...] daí se comunicando com a bacia do Piranhas” (ABREU, 2011, p. 29-30).

Percebemos que Abreu nos indica que família ocupou primeiramente essas terras do sertão paraibano, depois conseqüentemente vieram outras. Conforme Galliza, famílias importantes começaram a usufruir dos rios que banhavam o sertão, essas pessoas foram [...] “favorecidos pelos cursos dos rios Piranhas, Pajeú, Piancó, do Peixe e outros [...]

estabeleceram currais e fazendas criatórias no sertão, começou o povoamento da região e a expansão da pecuária” (GALLIZA, 1979, p. 76-77).

Podemos perceber pela fala de Galliza, que os cursos dos rios constituíram um bom lugar para a ocupação de pessoas e animais e que os homens souberam aproveitar-se disso para constituírem seu lugar de domínio. Segundo Abreu, as ribeiras dos rios traziam alguma segurança para os homens, pois neste espaço encontravam água, dessa forma podiam alimentar-se e também cuidar dos seus animais. Percebemos que Abreu concorda com Galliza ao afirmar isso:

As ribeiras constituíam-se assim, em lugares propícios ao povoamento, sendo por muito tempo o referencial espacial utilizado pelos sertanejos. Subindo, descendo ou margeando rios, o sertanejo falava de um rio (ABREU, 2011, p. 37).

Este espaço possuidor de rios contribuiu para a sobrevivência de seus desbravadores. Foi nesse espaço que homens e mulheres exerceram um lugar de conflitos contra o sistema escravista.

Segundo Ana Paula da Cruz Pereira de Moraes (2011), a América portuguesa possuía muitas terras e com a Paraíba não foi diferente. O sertão, a grande área mais afastada do litoral, também possuía um grande número de espaços prontos para a exploração. Dessa forma:

O sertão passa a ser, também, para muitas pessoas influentes, um novo lugar, aberto para efetivação de sua fidalguia e de enriquecimento e, para os mais humildes, a oportunidade de ter suas próprias cabeças de gado, depois de trabalhar alguns anos para alguém. Para os escravos, a possibilidade de conseguir a alforria (MORAES, 2011, p. 23).

Desta forma, os homens neste espaço, fossem eles ricos ou pobres, buscavam uma maneira de crescimento financeiro. O sertão se tornou o espaço onde maiores conquistas sociais poderiam ser conseguidas. Ao falar dos escravos, Moraes diz que os mesmos podiam conseguir sua alforria, demonstrando assim que neste espaço do sertão os escravos não estavam alheios às suas chances de tornarem-se homens livres. O escravo sertanejo podia tentar uma vida melhor, pois sabia seu lugar. Dessa forma, fica nítido na fala de Moraes que os escravos eram sujeitos históricos, pois sabiam exatamente pelo que estavam lutando, sabiam o que queriam.

Conforme Moraes, neste espaço do sertão de ribeira no século XVIII, feito de muitas terras e sonhos de homens e mulheres, os habitantes podiam adquirir novas maneiras de viver, pois se encontravam afastados de toda uma política civilizacional portuguesa. Sendo assim: “[...] os sertanejos podiam ter desenvolvido, no Sertão Paraibano, um ritmo cultural e social próprio” (MORAES, 2011, p. 27).

Não pensemos que a ocupação dessas terras foi tranquila. Assim nos explica Abreu (2011, p. 35):

Percebemos que o processo de ocupação do sertão paraibano não se deu pacificamente. O colono lutaria contra os indígenas, eliminaria os animais do semiárido, amanharia o campo, formaria o seu rebanho. Não estava ele sozinho, já trazia consigo seus escravos e também sua família. E este estabelecer-se no sertão foi contínuo.

Percebe-se que adentrar essas terras não foi tarefa fácil para os desbravadores, pois existiam os índios Tapuias, os iço-pequenos e outros que habitavam esse lugar, e resistiram de várias maneiras e formas contra invasão às suas terras. Além desses agentes históricos, os colonizadores iriam ter que desbravar essas terras para poderem alojar-se e aqui construir uma nova vida com possibilidades de engrandecimento social.

Para que esse engrandecimento acontecesse foi necessário muito trabalho, e a mão de obra escolhida a princípio foi a indígena. Segundo Moraes, esses eram outros atores que deixaram sua marca na história, com muitas lutas e resistências.

Mas nossa discussão se volta mesmo para a escravidão negra no sertão. “A escravidão desinseria o indivíduo de suas raízes, desconectava o escravo das redes de sociabilidade que conhecia e o inseria em outras” (MORAES, 2011, p. 59). Podemos perceber pela fala da autora que a escravidão retirava o escravo de sua terra natal, a África, e o inseria em lugares estranhos para o mesmo, e o sertão paraibano foi um desses lugares. Ainda conforme nos diz Moraes (2011, p. 59), ao adentrar essas terras, esse cativo poderia estar já com uma certa adaptação:

[...] a vinda do cativo ao Brasil e todo o processo que o procedia, já engendrava, no escravo que chegava ao sertão, uma capacidade adaptativa, tendo em vista as imensas experiências de desterritorialização, viagens, vendas pelas quais passou, que o ajudava a vivenciar e dar resposta ao processo de dessocialização que lhe impunham, buscando desnortheastá-lo para dominar.

Segundo Moraes a importação de escravos para o Brasil foi mais intensa nos séculos XVII e XVIII, esses provenientes da África Ocidental. Mas lógico que isso não impedia que negros de outros lugares da África também vissem para o Brasil. Sendo assim:[...] afora remessas esporádicas, o Brasil só recebeu, regularmente, escravos da África Oriental a partir do início do século XIX (ALENCASTRO, *apud* MORAES, 2011, p. 66).

Esses escravos africanos vieram de diferentes lugares da África para trabalharem no Brasil, não foi diferente com as terras paraibanas, e conseqüentemente o sertão:

As pessoas que foram escravizadas na Paraíba, do final do Século XVI ao XIX, eram provenientes de diferentes povos africanos, entre os quais se destacaram os bantos, da região da atual Angola, que abrangia três grandes áreas, nas quais se encontravam variados grupos étnicos como os congos, gabãos, cabindas, bacongos, benguelas, ovimbundos, cassanges, angolas, cabundas, rebolos e muitos outros (LIMA *et al.*, 2008, p. 40).

Medeiros e Sá (1999, p. 70), nos informam quanto ao trabalho do negro no sertão da pecuária.

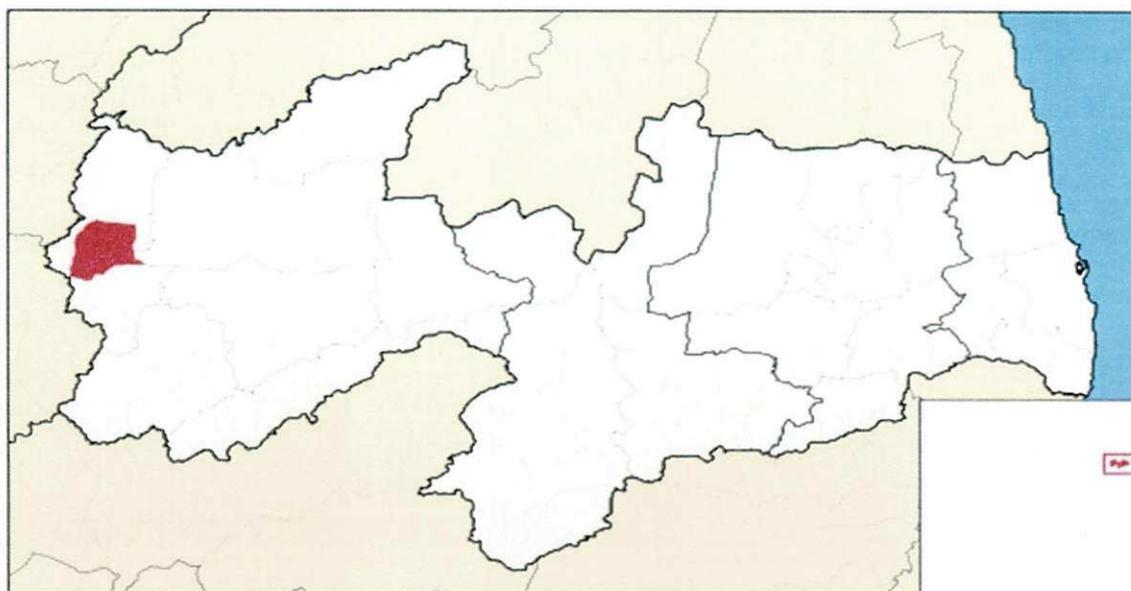
Eles estão presentes na região como trabalhadores nas fazendas de gado. Aparecem como “fábricas”, isto é, como auxiliares de vaqueiros. Às vezes, eles próprios são vaqueiros. Além dos serviços corriqueiros da fazenda, sua ocupação principal é cuidar do gado para não se tornar selvagem ou barbatão (como se dizia na época), numa região que não conhecia fronteiras.

Conforme a fala das autoras e segundo nos informou Abreu, os escravos participaram de todos os tipos de trabalho no sertão, dos domésticos a construção. Abreu concorda com Medeiros e Sá quanto à figura do escravo vaqueiro, pois um dos tipos de trabalho praticado pelos escravos foi o de aboiar o gado. “O escravo é vaqueiro-boiadeiro, sabe aboiar. Aprendeu o canto que direciona o animal” (ABREU, 2011, p. 51). Ainda conforme Abreu esse escravo trabalhava muitas vezes acompanhado de seu senhor e filhos.

Podemos perceber pela explanação dos autores, que o sertão nordestino paraibano foi um lugar de chances, pois muitos vieram a essas terras para conquistarem um espaço onde pudessem viver. Vemos também que conquistar essas terras não foi tarefa fácil, pois houve muita luta pela posse deste espaço. Percebemos também que o negro foi retirado de sua terra para trabalhar como escravo no sertão. Neste lugar conviveram senhores e escravos, que mantiveram diversas relações. Veremos isso mais aprofundado no terceiro capítulo deste trabalho. No próximo tópico vamos conhecer a Vila de Cajazeiras presente no sertão da Paraíba, lugar onde senhores e escravos conviveram.

2.3. A Cajazeiras no sertão paraibano

Figura 2. Mapa do Estado da Paraíba. Podemos perceber pelo ponto em destaque a cidade de Cajazeiras situada no interior do sertão paraibano.



Fonte:

http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/1/12/Paraiba_Municip_Cajazeiras.svg/500px-Paraiba_Municip_Cajazeiras.svg.png. Acesso em: 16/01/ 2014.

No site do IBGE, consta que o município de Cajazeiras está situado entre a sub- bacia hidrográfica do Rio do Peixe, e a bacia do Rio Piranhas. No livro “História dos Municípios Paraibanos” (2013), Ceballos e Santana (2013, p. 9) nos informam que Cajazeiras faz divisa com as seguintes cidades: “Ao Norte com Santa Helena e São João do Rio do Peixe, ao Sul com São José de Piranhas, à leste com Nazarezinho e São João do Rio do Peixe e à Oeste com Bom Jesus e Cachoeira dos Índios”.

Essas mesmas historiadoras nos informam que essas divisas só foram possíveis devido doação de terras, de uma sesmaria:

Foi a partir da concessão de uma sesmaria a Francisco Gomes de Brito e José Rodrigues da Fonseca, pelo então governador da Capitania Luiz Antônio Lemos de Brito, que no século XVIII deu início à cidade de Cajazeiras (CEBALLOS; SANTANA, 2013, p. 9).

Após obterem a posse da sesmaria, segundo as autoras, a terra que hoje constitui a cidade de Cajazeiras foi doada a Luiz Gomes de Albuquerque. Segundo Heliodoro Pires no seu livro “Padre Mestre Inácio Rolim: Um trecho da colonização do Norte brasileiro e o Padre

Inácio Rolim” (1991), Luís Gomes de Albuquerque era pernambucano e membro de uma das mais importantes famílias daquela região, foi, segundo Pires, o patriarca dessas terras cajazeirenses.

Heliodoro Pires (1991) cita o livro de João Lyra Tavares “Apontamentos para a história territorial da Paraíba” (1910) para mostrar o número da sesmaria doada a Luís Gomes de Albuquerque:

A sesmaria tem o número 634 e traz a data de 7 de fevereiro de 1767; foi concedida pelo governo de Jerônimo José de Melo. Luís de Albuquerque pediu “as sobras da Lagoa de S. Francisco com três léguas de comprimento e uma de largura ou uma de comprimento e três de largura” (TAVARES, *apud* PIRES, 1991, p. 50).

Neste livro do Padre Heliodoro Pires, existem notas de Sebastião Moreira Duarte⁴ que vem fazer algumas retificações que por engano o primeiro cometeu. Um deles, segundo Sebastião Moreira Duarte, foi que Luís de Albuquerque já habitava a lagoa S. Francisco antes mesmo de lhe ser concedida a sesmaria, ou seja, ele não foi habitar essas terras depois de concedida a sesmaria, como disse o Padre Heliodoro Pires em livro já citado neste trabalho. Conforme Ceballos e Santana, Luís Gomes de Albuquerque foi o pai de Ana Francisca de Albuquerque.

Segundo o historiador Deusdedit Leitão, em seu livro “O Educador dos Sertões” (1991), Luiz Gomes de Albuquerque deu de presente de casamento as terras do que hoje é a cidade de Cajazeiras, a sua filha Ana Francisca de Albuquerque, por ocasião de suas núpcias com Vital de Sousa Rolim. É importante saber que Vital de Sousa Rolim, segundo nos diz Leitão, foi morar a princípio nas terras do sogro no sítio que se chamava Serrote. “Só vinte anos depois Vital Rolim obteria a legitimidade da posse nas terras que lhe foram doadas” (LEITÃO, 1991, p. 20).

Leitão fornece em seu livro o documento de doação das terras feita ao casal:

[C]azamos a nossa filha Anna Francisca de Albuquerque com Vital de Souza Rolim, muito a nosso contentamento e por ser nossa vontade de que estamos satisfeitos e lhe damos de dote dois escravos, Miguel e Isabel e das terras que possuímos neste Riacho da Lagoa de São Francisco e suas ilhargas, lhe damos meia legua de terra, a qual meia legua tomará, onde tem a suacaza e corraes, pegando de uma ipueira que tem abaixo da casa, pelo riacho de

⁴Sebastião Moreira Duarte usa como fonte para retificar os escritos do Padre Heliodoro Pires o escritor e historiador Deusdedit Leitão, mas não cita em suas notas o nome do livro desse historiador. Apenas uma sigla denominada (N. d. E) que é um estudo inédito de Deusdedit Leitão.

Cajazeiras acima já onde completar a meia legua servindo o caminho que vai para São José de extrema no comprimento e largura; estremando com terras da Mattafresca e lagoa das Lages (LEITÃO, 1991, p. 20-21).

Conforme Ceballos e Santana (2013, p. 9) a cidade de Cajazeiras está:

Localizada no alto sertão da Paraíba, distante 476km da capital do estado, João Pessoa, Cajazeiras em 1859, na época do **Brasil Império**, pela lei provincial nº 5 de **29 De Agosto**, tornou-se um distrito denominado “Cajazeiras”, ainda subordinado ao município de **Sousa**. Quatro anos depois, em **22 de novembro de 1863**, a lei provincial nº 92 desmembra Cajazeiras de Sousa e eleva o distrito à categoria de vila. Finalmente, em **10 de julho de 1876** Cajazeiras é elevada à categoria de cidade, tornando-se município da **Paraíba**.

Segundo Ceballos e Santana, Ana Francisca de Albuquerque foi a mãe de Pe. Inácio de Sousa Rolim. A mesma Ana Francisca, deveria vir a ser segundo Pires (1991, p. 51) “[...] a mãe ou a vovó dos cajazeirenses, a que ficará na História com o nome de ‘Mãe Aninha’”. Já seu esposo Vital de Sousa Rolim foi figura importante na cidade, pois: “Quem deu este nome de Cajazeiras foi Vital de Sousa Rolim” (PIRES, 1991, p. 59).

“O Padre Rolim nasceu a 22 de agosto de 1800, conforme esclarece o batistério juntado ao processo canônico de sua ordenação sacerdotal [...]” (LEITÃO, 1991, p. 26). Segundo Ceballos e Santana ao construir uma “Casa Escola” na fazenda dos mesmos acabou por dar início ao município de Cajazeiras. Ainda conforme as mesmas, quando a “Casa Escola” passou a ser denominado colégio, atraiu pessoas que acabaram por construir suas casas em torno desse prédio e, dessa forma, foram formando o povoado de Cajazeiras. “A cidade de Cajazeiras nasceu sob os alicerces da educação e da religiosidade, marcas que perduram até os dias atuais”. (CEBALLOS; SANTANA, 2013, p. 10). Por ter tomado essa atitude de preocupação com sua cidade e com a educação ao construir um colégio, Padre Rolim é a figura mais importante para esta localidade, pois segundo Leitão (1991, p. 28) nos diz:

Com quase cem anos de idade podia voltar-se para o passado e verificar a trajetória do progresso da sua cidade como obra sua, nas conquistas mais expressivas do seu desenvolvimento, como distrito de paz, paróquia, vila, termo judiciário, comarca e, finalmente, com a elevação à categoria de cidade, que era, na velha organização municipal, o galardão maior do seu progresso.

Nota-se a importância do Padre Inácio para a formação da cidade de Cajazeiras. Essa cidade teve seu diferencial, pois as cidades geralmente eram fundadas em torno de uma Igreja. Com este município não foi assim, pois segundo Ceballos e Santana, Cajazeiras teve seu ponto de origem em torno da escola, depois tornado Colégio pelo Padre Rolim. Nesta localidade, também existiram os escravos. Os mesmos teciam suas relações com os senhores em busca da tão sonhada liberdade e de uma vida melhor sem as amarras da escravidão.

Foi nesta Vila de Cajazeiras em fins do século XIX, mais precisamente nos anos de 1864 a 1871, ou seja, na segunda metade do Oitocentos, que analisamos através de fontes oficiais, tais como: cartas de compra e venda de escravos e cartas de alforria, em que situações esses cativos da Paraíba do Norte presentes nesta vila, estavam envolvidos. Em sua monografia “A participação da mão-de-obra escrava na Vila de Cajazeiras no Séc. XIX”, Maria Orlandina Izidro Jacó (2005) nos informa que era comum nesta Vila a venda de escravos, e conseqüentemente também serem emitidas as cartas de alforria, que serão para nós fonte de nosso trabalho.

No ano de 1867, o senhor José Ribeiro Campos residente na Vila de Cajazeiras, vai ao cartório de notas para conceder a liberdade a seu escravo João, de criação, preto de 58 anos de idade e que foi recebido como herança de seu finado pai Joaquim Ferreira da Silva. O mesmo concede a liberdade ao escravo, livrando-o das amarras da escravidão, o tornado dessa forma um homem livre e garante que em momento algum irá questionar essa carta de liberdade, sendo assim, assinaram as testemunhas como comprovante de sua validade⁵. O escravo João a partir daquele momento era um homem “livre”. O que teria motivado seu senhor a lhe dar a liberdade? Será que o escravo João foi tão amigo de seu senhor a esse ponto de ganhar uma escritura de alforria? Sabemos que os escravos foram agentes de suas histórias, nesse caso com em tanto outros, os mesmos poderiam fingir uma aparente obediência ou docilidade, mas lógico que isso não elimina a amizade que poderia surgir entre senhor e escravo. Liberdade doada ou liberdade comprada pelo escravo? Como agiam os escravos na Vila de Cajazeiras? Quais resistências os mesmos podiam exercer em busca da liberdade, de uma vida digna?

Convido neste momento você, leitor, para juntos entrarmos nessa Vila de Cajazeiras do final do século XIX buscando entender o lugar do cativo naquela localidade e quais meios o mesmo usou para se libertar dos horrores da escravidão.

⁵ Cf. Livro de Nota 1864: Documento nº 24, página 02: Escritura de Liberdade que faz José Ribeiro Campos como tudo abaixo se declara.

CAPÍTULO 3 SENHORES, ESCRAVOS E LIBERDADE NA VILA DE CAJAZEIRAS

No sertão paraibano os escravos se fizeram presente e se envolveram também com afinco em busca de melhorias e da própria liberdade. Empreenderemos uma discussão acerca do lugar que o escravo paraibano sertanejo ocupou nessas terras, quais tipos de resistências os mesmos imprimiram principalmente na Vila de Cajazeiras. Quais arranjos o mesmo poderia construir para que sua vida fosse melhor. Discutiremos seu lugar social nessas terras sertanejas na segunda metade do Oitocentos, procurando compreender que relações o mesmo podia estabelecer com o senhor.

3.1 Senhores e escravos, uma relação possível

Como já pudemos ver, o sertão foi um lugar onde homens e mulheres vieram viver e construir todo um poderio em busca de riquezas. A conquista deste espaço não se fez sem a mão de obra escrava. Segundo Abreu (2011, p. 71), eles se fizeram presente trabalhando em vários setores:

Os escravos estavam a trabalhar em todos os setores produtivos da região. Eles figuravam como importante parcela entre a riqueza dos senhores, estando presentes nos trabalhos domésticos, nos relacionados à construção e conservação de benfeitorias (currais, cercas, açudes, cacimbas, entre outros), na condução das boiadas, na criação de uma variedade de animais (carneiros, ovelhas, bodes, galinhas, etc.), no trato com a lavoura, na edificação de moradias, na vigilância das propriedades e de outros escravos, entre as mais variadas tarefas.

Podemos perceber pela fala do historiador, que os escravos foram uma força motora muito intensa nas terras paraibanas. Segundo esse mesmo autor, a escravidão na ribeira do Rio do Peixe poderia permitir ao escravo certa “liberdade”, já que na lida com o gado, o mesmo ficava livre para percorrer essas terras. Ainda conforme a mesmo, essa “liberdade” também ocorria por causa da grande extensão de terras aqui existentes. O escravo vaqueiro tinha que conduzir o gado por este espaço percorrendo grandes distâncias e, dessa forma, esse fator poderia contribuir para que o mundo de senhores e escravos se estreitassem. Podemos perceber que Moraes (2011, p. 80), ao falar do sertão de Piranhas no século XVIII, também nos diz que o gado pode ter sido um fator de aproximação nessas relações entre senhores e escravos:

Essa proximidade entre o senhor e escravo, tanto física como, possivelmente, na lida com o gado, somada às características do sertão, de ter ambiente ermo e distante de certas amarras da cultura dita [sic] “civilizada”, talvez tenham contribuído para que houvesse arranjos peculiares entre senhores e escravos.

Podemos perceber pela contribuição de Moraes, que as relações entre senhores e escravos ocorreram no sertão, e esse é só um exemplo desses arranjos. Mesmo mantendo uma relação conflituosa ou pacífica com seu senhor, segundo Moraes (2011, p. 80), “[...] a visão que se tinha do escravo era a mesma, em ambos os lugares, pois eles eram vistos como uma ‘espécie inferior’, portanto sendo tratados como tal. É de nosso conhecimento que senhores e escravos sempre mantiveram relações pacíficas ou violentas. Nossa documentação é composta de documentos oficiais. Nenhum deles traz escravos enfrentando seus senhores em algum tribunal. A documentação traz outro tipo de relação: a da afetividade, demonstrada assim em uma das cartas de alforria do ano de 1865:

No primeiro dia do mês de abril do ano de mil oitocentos cessenta e cinco neta [sic] Vila de Cajazeiras comarca de Sousa; da província da paraíba do Norte em meu cartório havia (ilegível) quim Pereira de Albuquerque [...] por ele me foi entregue uma carta de alforria para ser lançada em notas [...] e disse assim uma escrava molata de nome Luise filha de uma minha escrava que, a [...] confesso que dela fiz, tendo eleita minha escrava idade de trese dia de nacida a qual de minha muito livre e espantâha vontade a foro na pia Batismal gratuitamente, [...] ponho liberdade por este papel[...]. Sitio Catole de Cima vinte e nove de Fevereiro de mil oitocentos quarenta e oito [...] Serafim Gomes de Albuquerque.⁶

Podemos perceber na dita carta de alforria que o senhor Serafim Gomes de Albuquerque afirma ser a dita escravinha eleita sua. Isso nos leva a crer que a escravinha podia ter algum laço parental com seu senhor que a deixa forra na pia batismal de forma gratuita, dessa forma demonstrando um carinho especial pela citada cativa. Não sabemos se ele era ou não pai da criança, se era casado ou solteiro, o que podemos notar é que no sertão laços são estreitados entre senhores e cativos, [...] “até porque a distância da vigília dos grandes centros abria brechas para a construção desses laços sem tanto pudor” [...] (MORAES, 2011, p. 81-82). Podia ser que Serafim Gomes de Albuquerque tivesse tido uma filha com sua escrava da qual não sabemos o nome, e tivesse decidido dar uma vida melhor a sua estimada para que fosse livre para todo o sempre, impedindo dessa forma que a mesma

⁶Cf. Livro de Nota 1864: Ficha 02, página 02. Carta de alforria que faço lançar em notas como abaixo declaro.

retornasse a escravidão. Mas isso não nos leva a crer que na Vila de Cajazeiras só houvesse esse tipo de relação, pois em todo o período da escravidão senhores alforriavam seus escravos ou mesmo os poderiam maltratar. Existem ainda outras possibilidades. Não queremos dizer que Serafim Gomes de Albuquerque, foi um senhor bondoso por libertar sua escravinha Luise. O dito senhor teve este gesto de aparente bondade para com a mesma, mas e com outros escravos que possivelmente possuía? Será que os trataria da mesma maneira? Acreditamos que não. Moraes ao falar da certa liberdade que o escravo vaqueiro poderia ter no sertão nos diz que mesmo ele possuindo alguma liberdade [...] “não significa dizer que, no sertão, a escravidão era melhor ou pior, porque isso implicaria dizer que existiria uma escravidão boa e outra ruim, e não cremos nisso” (MORAES, 2011, p. 80), dessa forma isso também se aplica as relações domésticas entre senhores e escravos.

Podemos pensar que no sertão essas relações se davam de diferentes maneiras. “O que havia eram relações entre senhor e escravo e que se baseavam em trocas de favores”. (MORAES, 2011, p. 88). Percebemos isso em uma escritura de liberdade que encontramos em nossa documentação:

Aos des dias do mes de Março de anno de Nascimento do Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e secenta e cinco nesta Villa de Cajazeiras [...] em meo cartorio appariceo Antonio Pinheiro de Araujo morador nesta Villa [...]; e por elle me foi apresentando a carta de liberdade de theor seguinte: Digo eu abaixo assignado que entre os mais bens que possuo mança e passifica posse livre e desibargado bem assim meu escravo mulato cria de casa de nome José de idade de quatrose [...] annos, que em minha terça o fasso e liberto [...] e desde já mi desafasso de todo dominio que em dito escravo tinha; tás somente assistime enquanto a minhe existencia, e por ser verdade por não saber ler nem escrever pesso ao Senhor [...] David de Sousa Rolim este por mim passace assignasse. Caiçara de Pedra [...]. A pedido de Senhora Bonifacia Martins Pereira [...]⁷.

No ano de 1865, encontramos a senhora Bonifacia Martins Pereira, alforriando seu escravo José, de 14 anos. Podemos pensar que José tendo somente essa idade não possuiria pecúlio suficiente para comprar sua alforria, mas como entendia o sistema onde estava inserido, mostrou-se obediente e doce na relação cotidiana com sua senhora. Para que dessa forma ficasse mais evidente para sua senhora que merecia sua alforria. Dessa forma podemos pensar que sua mãe, escrava ou liberta, tivesse conseguido juntar o pecúlio para comprar a liberdade de seu filho, e talvez depois de muita negociação tivesse conseguido que a dita

⁷ Cf. Livro de Nota 1864: Documento nº 34, página 56: Escritura de Liberdade lançada em Notta do Escravo José que foi de Bonifácia Martins Pereira que adiante se segue.

senhora o alforriasse, já que muitos pais de escravos faziam isso para não se separarem de seus entes queridos. Sabemos que a qualquer momento, o escravo podia ser vendido, hipotecado, sofrer maus tratos. Imaginamos que isso causava grande medo a ambos, tanto a sua possível mãe quanto a ele. Há também a possibilidade que a senhora tivesse afeição pelo cativo, pois deixa evidente na carta que este era cria da casa. Podemos pensar que muitos senhores por possuir afeição pelos cativos o alforriavam para vê-los livre da escravidão. Mas esta carta nos revela algo importante que não pode passar despercebido. A dita carta não nos revela nenhum valor dado por José e nem por sua mãe pela carta de alforria. Mas a senhora Bonifacia diz que deixaria o escravo livre, se desfazendo de toda a posse sobre o mesmo, e impõe uma condição: que o mesmo deveria assisti-la até sua morte. O que podemos perceber é que esta carta é sob condições, uma troca de favores, demonstrando assim que foram constantes na Vila de Cajazeiras cartas desse tipo, já que em nossa documentação encontramos outras.

Documentos encontrados no cartório Antonio Holanda em (Cajazeiras)⁸

Cartas de alforria sob condições	Cartas de alforria doadas	Cartas de alforria compradas
06	06	04

Vemos que 16 alforrias constam em nossa documentação de 1864 a 1867, sendo seis delas sob condições.

MATTOSO (1990, p. 208) nos diz que:

No Brasil, o *statuliber*, o alforriado sob condição, foi sempre considerado livre perante a lei. O direito dá-lhe personalidade jurídica. Contudo, o pleno gozo e exercício da liberdade são retardados até caírem todas as clausuras enumeradas na carta de alforria. O escravo *statuliber* brasileiro é equiparado ao menos não-emancipado. Pode, assim, adquirir bens, está livre dos castigos corporais e de todas as punições impostas aos escravos. Ante os tribunais, não é julgado como escravo. O liberto sob condições não pode ser

⁸ Encontramos em nossa documentação outros tipos de cartas tais como: de permuta, de destrato, testamento lançado em notas, cartas de hipoteca e cartas de doação, todas contendo escravos. Diferenciamos as cartas acima para mostrar que na Vila de Cajazeiras, a liberdade podia acontecer de diferentes maneiras. As cartas sob condições deixavam evidente que continham uma exigência, a de que o escravo deveria servir ao senhor até a sua morte. As cartas de doação de alforria, nós a intitulamos dessa forma porque não contém nenhum valor apresentado pelo escravo, ou seja, aparentemente parecem serem doadas aos cativos por seus senhores. As cartas de alforria compradas contém um valor, mostrando que o cativo, homem ou mulher comprou a sua liberdade por determinada quantia.

vendido, alienado, hipotecado. Não pode, por isso, voltar à condição anterior de escravo, é uma pessoa inteiramente à parte; veremos, porém, como os senhores conseguirão contornar este aspecto da lei. Em caso de prática de delito, o *statuliber* responde direta e pessoalmente às acusações. Seus filhos nascem livres. Seu trabalho deixa de ser considerado escravo.

Podemos perceber pela fala de Mattoso que este escravo iria se manter em um lugar social, de nem totalmente escravo, nem liberto completamente, estando sob o jugo de seu senhor, pois teria que cumprir as cláusulas que foram estipuladas no momento da negociação. O cativo que se submetia a esse tipo de condição sabia que estava preso a seu senhor, mas também estava ciente que tinha melhores direitos que os outros escravos, como Mattoso deixa claro na citação. Dessa forma, pensamos que o escravo José por ser talvez querido de sua senhora e cria da casa, tivesse “ganhado” sua alforria, porque a mesma o quisesse proteger contra os maiores tormentos da escravidão. Ele não seria em momento algum vendido, ou hipotecado, sofrer violência, não ficaria distante dos seus e nem de sua senhora. Dessa forma seria muito interessante para José, se mostrar gentil e obediente para conseguir essa alforria mesmo sendo sob condições, trabalharia ainda para sua senhora, e estaria em melhor situação que os escravos. Podemos pensar que em muitos casos, essa alforria sob condições podia ser boa para o escravo, pois, dessa forma satisfaria dois desejos “[...] ao mesmo tempo, a sede de liberdade do escravo e o desejo do amo de não perder um bom servidor” (MATTOSO, 1990, p. 209). O escravo que se submetia a essa situação, segundo Mattoso, não podia ser considerado um sujeito passivo, era na realidade alguém que desejava um melhor lugar na sociedade, já sabido que tinha direitos melhores que os escravos, embora o senhor mantivesse um controle sobre sua vida: “[...] “o cativo depende do senhor, mas o senhor também depende do escravo” (MATTOSO, 1990, p. 211-212).

A relação entre senhor e escravo sempre se deu pela violência, afetividade e interesse. Não podemos negar que esses três fatores aconteceram ao longo de todo o período da escravidão. Gilberto Freyre em seu livro “Casa grande e Senzala” (2006) exacerba e naturaliza na afetividade que descreve na relação senhor e escravo.

A casa-grande fazia subir da senzala para o serviço mais íntimo e delicado dos senhores uma série de indivíduos – amas de criar, mucamas, irmãos de criação dos meninos brancos. Indivíduos cujo lugar na família ficava sendo não o de escravos mas o de pessoas de casa. Espécie de parentes pobres nas famílias europeias. À mesa patriarcal das casas-grandes sentavam-se como se fossem da família numerosos mulatinhos. Crias. Malungos. Moleques de estimação. Alguns saíam de carro com os senhores, acompanhando-os aos passeios como se fossem filhos. (FREYRE, 2006, p. 435).

Vemos que Freyre usa uma conjectura muito branda nas relações entre senhores e escravos. Os escravos nem eram consideradas pessoas, mas Freyre assim os descreve intitulado até de parentes. Nitidamente Freyre deseja abrandar essa relação, como se só tivessem existido senhores bons, quando sabemos que a realidade foi bem diferente. A escravidão foi um sistema brutal onde persistiu muita violência. Não devemos de todo modo pensar que não houve relações harmoniosas e de afetividade entre senhores e escravos, houve, mas não com tamanha bondade e benevolência como Freyre descreve; isso seria pensar como já nos disse Moraes (2011) que havia duas escravidões uma boa e outra ruim, quando isso na realidade não existiu.

No livro “Na Senzala, uma Flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava” (2011), Robert W. Slenes traz um estudo realizado qualitativa e quantitativamente sobre a formação de famílias escravas no Brasil, principalmente no Sudeste. Ele cita vários autores estrangeiros e brasileiros que demonstram uma visão muito preconceituosa quanto à formação da família cativa e a vida sexual dos mesmos no Brasil. Muitos deles viam-nos como seres incapazes de formar uma família porque não possuiriam uma maneira organizada de convivência, e existiria forte promiscuidade. Segundo Slenes, os autores brasileiros tinham outra visão também preconceituosa, o da má influência do negro na vida familiar do brasileiro.

O objetivo de Slenes ao fazer seu estudo foi mostrar que na senzala também existiram esperanças para o cativo; que o mesmo, embora vivesse em um sistema brutal e violento fora capaz de construir uma família, ter esperanças de um futuro menos doloroso ao lado dos seus. Os escravos, dessa forma, sabiam ser solidários quando o outro precisava. Os escravos sabiam tecer relações com seus senhores em busca de algo melhor para suas vidas, sendo importante assim, para a formação de sua identidade, já que não teriam esquecido quem eram, nem suas práticas culturais. Os escravos não deixavam, dessa forma, de ter esperanças de uma vida digna e menos violenta.

No Brasil, o fogo doméstico dos escravos, além de esquentar, secar e iluminar o interior de suas “moradias”, afastar insetos e estender a vida útil de suas coberturas de colmo, também lhe servia como arma na formação de uma identidade compartilhada. [...] “na chama reluzente do lar escravo, eis a flor” (SLENES, 2011, p. 256).

A esperança para o cativo, nunca estava fora de seus pensamentos, ser livre para viver uma vida melhor, era algo constante na vida do escravo. O mesmo sabia tecer relações que lhe proporcionariam algo mais justo em sua vida de escravizado. Podemos pensar que foi pensando dessa maneira que a escrava Isabel, apresentada logo abaixo, foi alforriada. Mas é importante perceber que esse pensamento partiu primeiramente de sua mãe e por influência da mesma, conseguiu convencer seu suposto pai.

Isabel foi uma cativa de quatorze anos de idade que foi alforriada por seu senhor no dia 26/12/1864. Na escritura de alforria, seu senhor Antonio Luiz de Albuquerque, disse que a deixava livre e de sua espontânea vontade o fazia. Dois detalhes na carta nos chamam a atenção. O primeiro deles foi que Isabel tinha sido batizada e alforriada na pia batismal e o outro, que este senhor lhe dava plenamente a liberdade e nem ele nem seus herdeiros teriam alguma posse sobre a mesma.

Na carta de alforria que acabamos de mencionar, encontramos a escrava Isabel que foi alforriada por seu senhor Antonio Luiz de Albuquerque. Percebemos que mesmo tendo sido alforriada no dia de seu batizado, a mesma não se afastou dos domínios de seu senhor, ela estava presente no cotidiano da casa grande de Antonio, pois o mesmo foi passar em notas no cartório sua alforria, 14 anos depois. Não acreditamos que Isabel pudesse ser amante do senhor Antonio, porque se assim o fosse, o mesmo não teria interesse algum em batizá-la e alforriá-la e ainda proibir todos os herdeiros de exercer alguma posse sobre ela. Não sabemos se no momento da transcrição em cartório Antonio estava solteiro, casado ou viúvo, pois esses dados não são informados na dita carta. Acreditamos, porém que a mãe de Isabel que não é citada na carta, seria escrava ou mesmo liberta, que pertencera a Antonio. Esta sim poderia ser sua amante e para satisfazer sua vontade e dar uma vida melhor à filha, Antonio tinha decidido alforriá-la para que não sofresse os tormentos do cativo. Mas também sabemos que outras possibilidades existem.

Poderia ser que Isabel tornando-se uma moça de 14 anos estivesse chamando a atenção de seus meio-irmãos, ou mesmos de outros escravos da casa, e o pai querendo protegê-la resolve passar em notas sua alforria, para que a mesma possa se ver livre de impertinências praticadas pelos mesmos. Acreditamos que Isabel, dita mulata pela documentação pesquisada, filha de negra com branco seria sua filha e que o mesmo desejando lhe dar uma vida melhor, mais digna, dava sua liberdade porque, no Império brasileiro, onde ser negro implicava uma vida cheia de preconceitos, a mesma pudesse ao menos gozar de sua liberdade sem sofrer os martírios que a escravidão implicava na vida dos escravos. Somente um sentimento forte faria o dito senhor alforriar uma escrava, logo em uma época onde

escravos estavam escassos e eram caros; perder duas mãos que trabalhariam bastante seria perder muito. Por isso acreditamos na afetividade de um pai para com sua filha, mesmo esta sendo ilegítima. Acreditamos que como Isabel era filha do dito senhor, este a trataria de uma forma melhor, mas nunca como Freyre descreve essa relação de afetividade. O máximo que ela teria, seria uma vida menos dura, onde pudesse através do papel ter sua liberdade garantida⁹. Não podemos negar que a afetividade poderia surgir entre senhores e escravos, mesmo que acabassem sendo muitas vezes pautadas por interesses, principalmente da parte do escravo.

Outro documento nos chama a atenção quanto ao tipo de relações que poderiam se estabelecer entre senhores e seus escravos, ou até entre cativos de outros senhores. Em 1866, o Padre Serafim Gomes de Albuquerque, vai à fazenda Capoeira para trocar sua escrava Joanna por outra escrava pertencente à Dona Anna Josepha de Jesus. Dona Anna Josepha de Jesus tornou-se muito amiga da escrava Joanna que pertencia ao Padre Serafim Gomes de Albuquerque. Esta a encontrava sempre e se conheciam há tempos e mantendo o desejo de possuir a dita cativa em sua companhia, Dona Anna foi ao encontro do Padre Serafim para negociarem uma troca: uma escrava por outra. Acreditamos que não foi somente uma conversa, muitas vezes se comunicaram para chegar a um acordo. Dessa forma, no dia 26 de março de 1866, o dito Padre leva sua escrava Joanna, e Dona Anna Josepha de Jesus traz a presença destes, sua cativa Samianna, e em presença do tabelião e das testemunhas oficializam a troca. A partir desse momento, Dona Anna Josepha de Jesus teria até o dia que quisesse a companhia de sua amiga Joanna. Joanna como escrava talvez pensasse consigo que mantendo uma relação de amizade com sua senhora poderia conseguir sua alforria em breve, mas isso iria depender de muita negociação¹⁰.

Esse escravo do sertão mostra que também foi agente de sua história, pois criou mecanismos onde pudesse relacionar-se com seu senhor em busca de sua liberdade. Acreditamos que o espaço sertão daria certa liberdade ao cativo na busca de seus interesses, pois, de acordo com Moraes (2011, p. 90-91), já no século XVIII:

[...] a liberdade de ação de cativos e libertos era maior no sertão, inclusive, é permitido pensar a importância da flexibilidade da ação desses escravos no

⁹ Cf. Livro de Nota 1864: Documento nº 30, página 50. Escritura de alforria que faz Antonio Luiz de Albuquerque, a sua escrava Isabel tudo como adiante segue.

¹⁰ Cf. Livro de Nota 1864: Documento nº 51, página 82. Escritura de Permutta que o Padre Serafim Gomes de Albuquerque e D. Anna Josepha de Jesus tudo como adiante segue.

sentido de sua autonomia no agir. Ora, no sertão, escravo e liberto estavam misturados a brancos humildes ou mesmo de posses que, já vimos, viviam em uma sociedade de escassez, de um cotidiano modesto. Portanto, a disparidade que envolvia libertos e cativos e brancos não era exagerada como nas cidades mais importantes, ou nos lugares onde circulava mais riqueza. Ademais, o controle dos hábitos e valores culturais europeus era mais debilitado.

Percebemos pela fala de Moraes que o sertão dava ao escravo uma autonomia. Este podia, dessa forma, elaborar estratégias de controle sobre sua vida, tentando ao menos ter um convívio social menos duro na escravidão. Observamos que na Vila de Cajazeiras nos anos 60 do Oitocentos, os escravos mantiveram uma relação com o senhor na vida cotidiana. Dessa forma podiam-se criar mecanismos que lhes possibilitassem algo de bom, ou mesmo algo lhes facilitassem uma maior liberdade. Não queremos com isso afirmar que a escravidão em terras cajazeirenses foi boa ou facilitada, mas por estar o escravo em constante relação com seu senhor, o mesmo poderia conseguir meios para que sua vida fosse distinta, e isso se dava pela negociação entre ambos. A seguir veremos como se deu a compra e venda dos escravos nessas terras, valores dos mesmos, que famílias podiam adquirira aqueles que eram considerados um bem de grande valor.

3.2 Na Cajazeiras do sertão: a compra e venda de escravos

Nas escrituras de compra e venda dos anos de 1864-1871 da Vila de Cajazeiras, podemos perceber escravos sendo vendidos como bens, hipotecados, trocados e até doados, deixados como herança em testamentos e, dessa forma, sendo tratados como “coisas”. Os escravos que encontramos em nossa documentação vieram muitos de outras províncias do Império. Assim nos diz a autora Jacó (2005, p. 14).

Os escravos que chegavam até a Vila de Cajazeiras evidentemente, depois de vindos da África, geralmente eram procedentes de Vilas da mesma região ou das províncias vizinhas como do Seridó da Província do Rio Grande do Norte.

Nessas mesmas escrituras de compra e venda de escravos, podemos encontrar muitas informações quanto às famílias que podiam adquirir escravos, a idade dos mesmos, valores pelos quais foram vendidos, seu estado civil. Dessa forma tentaremos compreender um pouco

do contexto social e econômico desta Vila nos anos 60 do Oitocentos, ou seja, segunda metade do século XIX.

O escravo, como uma das mercadorias mais valiosas da época, para ser negociado na Vila de Cajazeiras, era necessário o registro em cartório e depois o pagamento do imposto na coletoria, na presença de no mínimo duas testemunhas, que assinavam o documento comprovando a importância de sua presença tanto nas escrituras de compra e venda de escravos, como em cartas de alforria (JACÓ, 2005, p. 10).

Pela fala de Jacó e por nossa pesquisa, observamos que os escravos desta Vila de Cajazeiras foram negociados de forma privada, já visto essas vendas terem sido registradas em cartório. Conforme Mattoso (1990, p. 73-74), a venda de cativos se dava de duas maneiras: ou em leilões públicos ou vendas de forma privada.

Contudo, note-se que, no século XIX, e sobretudo no período em que o tráfico se torna ilícito, as vendas privadas de escravos tendem a substituir as vendas públicas. A enorme transferência de mão-de-obra servil provenientes do norte e do nordeste após 1850 parece ter sido feita através de vendas de caráter privado. No entanto, não se deve excluir inteiramente a possibilidade de concorrência de ofertas nos mercados da época, quando a demanda é forte. A venda em leilões não desaparece completamente após 1850 [...].

Percebemos na explanação da autora que essa compra e venda de escravos de forma privada se intensificou quando da proibição do tráfico negreiro. Nossa documentação consta justamente da segunda metade do século XIX, portanto quando essa proibição já estava em vigor. Além da proibição, esse tipo de venda se intensificou porque nesse momento novas chances surgiram para aqueles que tinham capital. Segundo Mattoso, nesse momento, senhores endividados seriam obrigados a vender escravos para dessa forma conseguir capital para liquidar suas dívidas. No nosso entender e ainda conforme Mattoso, esse tipo de venda era melhor para os senhores porque teriam chance de passar adiante escravos que por razão de doença ou idade não lhes serviriam mais. Outro fator que contribuiu para as vendas privadas foi ainda, segundo Mattoso, o aparecimento das instituições bancárias, pois as mesmas criaram novas possibilidades para aqueles que possuíam dinheiro, levando-os assim a investir em outros bens que não fossem necessariamente cativos. Observamos na documentação que os escravos que residiam nesta Vila foram negociados em cartório, portanto uma maneira privada de se adquirir escravos. Mas isso certamente não se aplica a outras regiões do sertão

ou mesmo da Paraíba. E ainda desconhecemos outros períodos da escravidão em Cajazeiras, por isso não podemos afirmar que sempre se deu dessa forma.

Em nossa documentação percebemos que aqueles que possuíam cativos iam ao cartório e lavravam em notas diante do Tabelião e das testemunhas as escrituras de compra e venda, além de pagar a vista pela compra do escravo. Segundo Mattoso, em geral, as pessoas que compravam escravos à vista, eram aquelas que se serviriam dos cativos para uso doméstico, ou mesmo para aluga-los. “É uma modalidade de venda essencialmente urbana” (MATTOSO, 1990, p. 83).

O preço do escravo é um jogo de variáveis, algumas das quais totalmente alheias ao próprio escravo e outras, ao contrario, intimamente ligadas à sua pessoa. O preço do escravo depende da concorrência, da distância entre o porto de embarque e o ponto de venda, da especulação, da conjuntura econômica, depende ainda de sua idade, sexo, saúde, de sua qualificação profissional. A concorrência que as grandes potências fazem umas às outras nos mercados de escravos representa papel determinante na formação do preço do cativo (MATTOSO, 1990, p. 77-78).

Percebemos pela fala da autora que muitos fatores contribuiriam na compra e venda do cativo. O período também influenciou neste fator. Mattoso faz uma comparação entre os preços do açúcar, do escravo e do café para exemplificar o momento que marcava a segunda metade do Oitocentos. Foi um período de constantes mudanças na economia e na mão de obra. Segundo a mesma, o período de 1850 a 1888 foi o momento em que a inflação foi muito alta, tendo seu ápice em 1850 a 1869, sendo esse momento afetado tanto pelo fim da guerra do Paraguai como da alta inflação que fazia o preço se elevar e é nesse momento que, “[...] o preço do cativo atinge seu ápice nos anos 1860 e 1870, para logo baixar sensivelmente, após a década de 80”. (MATTOSO, 1990, p. 93). A escravidão que aos poucos vinha desaparecendo no Brasil afeta o preço do cativo na década de 80, pois o preço cai e segundo Mattoso, isso acontece pelo fato de estarem chegando ao país o trabalhador livre, que desde os anos 60 do Oitocentos já estavam se fazendo presente no país. No quadro demonstrativo apresentado pela autora, veremos o período que nos interessa, os anos de 1860.

Variação preços dos escravos, açúcar e café no Oitocentos na Bahia (em reis)

Anos	Escravos		Açúcar		Café	
	Preço (médio)	Índice	Preço (arroba)	Índice	Preço (arroba)	Índice
1860	650 000	357, 1	6 675	536, 1	6 735	341, 4
1870	650 000	357, 1	6 510	522, 9	6 030	484, 3

Fonte: Mattoso (1990, p. 95).

Esse quadro demonstra a variação dos preços na Bahia. A mesma autora nos alerta que esses dados não podem ser tomados como medidas reais. Porque faltam muitas informações com relação a outras variáveis quanto à figura do escravo. Ela ainda nos apresenta outra tabela onde podemos observar os preços mínimos e máximos dos escravos na Bahia.

Preços mínimo e máximo de escravos na Bahia (em reis)

Anos	Preço mínimo		Preço máximo		Média	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
1860	40 000	50 000	2 000 000	2 500 000	980 000	1 225 000
1870	50 000	40 000	2 000 000	2 500 000	975 000	1 230 000

Fonte: Mattoso (1990, p. 96).

Variável dos preços dos escravos na Vila de Cajazeiras (em reis)

Escritura de compra e venda	Escritura de Alforria	Preço	Idade	Ano
	Herança		70 anos	1866
	Herança	Duzentos mil réis	45 anos	1866
	x	Quatrocentos mil réis	58 anos	1866
x		Oitocentos e oitenta mil réis	12 anos	1864
x		Um conto de réis	14 anos	1865
x		Um conto e cinquenta mil réis	21 anos	1865
x		Seiscentos mil réis	8 anos	1866
x		Um conto e sessenta mil réis	27 ou 28 anos	1866
x		Um conto de réis	19 anos	1867
x		Oitocentos mil réis	30 anos	1869
x		Um conto e duzentos mil réis	17 anos	1869
x		Um conto e quatrocentos mil réis	16 anos	1870
x		Quatrocentos mil réis	30 anos	1871
Hipoteca		Um conto e duzentos mil réis	16 anos	1866

Tabela sobre os escravos da Vila de Cajazeiras baseada em tabela elaborada por Jacó (2005).

Percebemos valores diferenciados para a região da Bahia e da Vila de Cajazeiras, portanto são não homogêneos os preços que envolviam os cativos no Brasil nessa época. A tabela representando a Bahia não nos apresenta fatores importantes quanto a variáveis como

saúde, sexo, idade, qualificação profissional. Na vila de Cajazeiras, o fator que nos chama a atenção, são escravos jovens sendo vendidos por quantias mais altas que os cativos de meia idade. As escravas também tem um valor elevado. Podemos dessa forma constatar, que a idade foi a principal variável para a compra e venda de escravos em Cajazeiras.

Analisamos que escravos mais jovens foram vendidos por altas quantias, principalmente os do sexo masculino na Vila de Cajazeiras. Quanto à qualificação profissional desses cativos não se tem quase nenhuma informação. Encontramos apenas uma carta de compra e venda do ano de 1869, onde Manoel Gonçalves Dantas Gomes vende sua escrava Vicência nação brasileira, cor crioula, cozinheira, de idade 30 anos por preço e quantia de 800 mil réis. Este é um preço elevado para uma escrava nessas terras, talvez sua qualificação profissional tivesse influenciando no seu valor comercial¹¹.

Os escravos que pertenceram a esta Vila foram considerados bens de valor comercial, assim como em todo o Brasil. Moraes ao falar do sertão de Piranhas no século XVIII corrobora conosco. “Logo, os escravos, aqui, eram cotados como “coisa”, mesmo que desempenhassem atividades que só podiam ser desenvolvidas por seres humanos e, por isso, eram tão valiosos” (MORAES, 2011, p. 65). Podemos perceber que os mesmos realmente eram tratados como coisas nas fontes documentais que encontramos no decorrer de nossa pesquisa, e também o quanto foi valorizado no seu preço. As escrituras ou cartas de compra e venda que encontramos no cartório Antonio Holanda (Cajazeiras) nos dão uma ideia do quanto o escravo que habitou essas terras foi engrandecido no seu valor comercial; muitos deles sendo vendidos por altas quantias tanto homens quanto mulheres. Um desses exemplos é o escravo Joaquim, de dezessete anos de idade, crioulo, natural desta freguesia, que no ano de 1870 foi vendido a um senhor da província do Ceará pela quantia de um conto e quatrocentos mil réis, demonstrando assim que para se possuir escravos era necessário ter cabedal¹².

As escrituras de compra e venda de escravos nos mostra um pouco do perfil dos escravos que habitaram essa terra. Geralmente eram escravos solteiros, em nenhuma das escrituras que pesquisamos foi revelado algum escravo ou escrava que fosse casado, mas isso não quer dizer que não houve escravos que fossem casados nesta Vila. Eles podem ter existido, mas não em nossa documentação. Algumas poucas escrituras não diziam o estado

¹¹ Cf. Livro de Nota 1864: Documento n° 100, página, 156. Escripura (ilegível) venda de escrava que fas Manoel Gonçalves Dantas Gomes a Gonçalo José Thomas de Aquino.

¹² Escripura publica da venda do escravo Joaquim que fas João Francisco de Albuquerque a Gradvohl x. Irmão

civil do cativo. JACÓ (2005, p. 13) ao fazer uma análise sobre a Vila de Cajazeiras no Oitocentos nos diz,

[...] que a importância do estado civil de quem estava sendo negociado e provavelmente a condição de não ter laços sentimentais com outros escravos beneficiava o comprador. De certa forma poderia evitar motins, rebeliões ou outros movimentos de resistência.

É nítido na fala de Jacó que escravos que possuíam algum vínculo sentimental, certamente iriam revoltar-se, opor-se, quando da venda de um dos parceiros. Diante disso, comprar escravos solteiros evidenciava uma maior chance de adaptação do cativo a outro lugar, que desejando ou não, o mesmo iria habitar.

No livro de Sidney Chalhoub, “Visões da Liberdade” (1990), o autor trabalha em seu primeiro capítulo a resistência cativa. Entre eles, aqueles escravos que não aceitavam ser separados de seus amigos ou entes queridos. Não aceitavam ser retirados de seu lugar de vivência e ir para outro lugar desconhecido. Dessa forma praticavam a resistência, fosse ela por meio da fuga, ou recorrendo aos tribunais, a negociação ou outras. Um caso presente na obra de Chalhoub serve para exemplificar que escravos que tinham algum vínculo de parentesco muitas vezes se revoltavam quando da venda de seu ente querido. Para os senhores não importava quem seria vendido, afinal, o escravo visto como coisa é vendido sem a preocupação daqueles que assim o fazem, se iriam ou não destruir uma família, um laço entre irmãos, ou mesmo mãe e filho. O mesmo autor cita vários exemplos de escravos que resistiram a serem vendidos e lutaram até na justiça em busca de não se separar de seu ente querido ou da terra natal.

O historiador traz o relato do processo que envolvia a liberta Maria Ana do Bonfim, que veio da Bahia para o Rio de Janeiro em busca de sua filha Felicidade que foi vendida e separada de sua mãe.

[...] para evitar que Felicidade continuasse a servir como cativa, Maria Ana do Bonfim havia conseguido que Guimarães lhe alugasse a própria filha. Essa seria uma solução provisória até que as duas negras arransassem o dinheiro para comprar a liberdade de Felicidade (CHALHOUB, 1990, p. 50).

Dentro desse contexto descrito a nós por Chalhoub, e ainda segundo ele, existem vários outros elementos, como empréstimos, ajuda de outros negros para conseguir a alforria e senhores que de certa forma tentaram lucrar em nome do amor e carinho que sentiam mãe e

filha. O importante é ressaltar que a liberta Maria Ana do Bonfim, não se conforma com a venda de sua filha e sai de sua terra, a Bahia, em busca de libertá-la, pois a mesma ainda se encontrava nas amarras da escravidão. Certamente, Felicidade resistiu a ser vendida para uma terra distante, onde também não contaria com o convívio familiar de sua mãe. Dessa forma percebemos que, ter laços parentais implicaria uma dor maior ao cativo quando da venda do companheiro. Podemos pensar como Jacó, que seria muito mais proveitoso para o comprador de escravos escolher aqueles que fossem solteiros, sem nenhum laço sanguíneo para evitar aborrecimentos que com certeza o comprador futuramente teria de enfrentar.

Nas fontes pesquisadas percebemos que os senhores, vendedores e compradores iam ao cartório para registrar a venda. Podemos observar que os preços desses escravos variavam conforme o perfil do escravo. Cativos mais jovens e em idade adulta e aptos para o trabalho geralmente eram os mais caros. Podemos perceber isso na compra do escravo Vicente. O cativo Vicente tinha dezesseis anos de idade, crioulo, quando foi vendido por seu senhor João Gonçalves da Costa a um comprador da província do Ceará, pela quantia de um conto e quatrocentos mil réis em 1870¹³. Esse mesmo comprador que residia na capital do Ceará comprou mais outros três escravos a senhores diferentes quase nessa mesma quantia. Esse fator da juventude também se aplicava às escravas, como no caso da escrava Antonia, de cor cabra, de dezenove anos, pertencente a Manoel Ribeiro da Silva, que em 1867 à vende ao Tenente Sabino de Souza Côelho pela quantia de um conto de réis¹⁴. Que talentos teria tal escrava para ser comprada por tão alta quantia em terras cajazeirenses e por pessoas dessa mesma localidade? Talvez os escravos estivessem escassos como em todo o Norte Imperial, pois é sabido que cada vez mais a mão de obra escrava estava desaparecendo dessa região do Império. “Ao longo da segunda metade do século XIX, o número de escravos na Paraíba declinou” (GALLIZA, 1979, p. 111).

Conforme a historiadora esse declínio foi causado por vários fatores, dentre eles [...] “a proibição do tráfico internacional e o escoamento de escravos do Norte para a lavoura cafeeira do Centro-Sul”. (GALLIZA, 1979, p. 111). Podemos, dessa forma concluir que, com poucos escravos na Paraíba e no sertão, não haveria outro fator se não a elevação do preço desse escravo que a cada dia se tornava escasso.

Os cativos ainda crianças também eram vendidos em altas quantias, como no exemplo do escravo Valentino. O escravo Valentino era apenas uma criança de oito anos de idade em

¹³ Cf. Livro de Nota 1864: Documento n° 131, página 186: Escripura publica de venda do escravo Vicente que fas João Gonçalves da Costa a Gradvohl x. Irmão.

¹⁴ Cf. Livro de Nota 1864: Documento n° 60, página 95: Escripura publica de compra e venda de escrava que fas o Tenente Sabino de Souza Côelho, a Manoel Ribeiro da Silva como adiante se declara.

1866 quando seu senhor Antonio Alexandre Alves Mangabeira resolve vendê-lo a Antonio Evangelista de Sousa pela quantia de seiscentos mil réis. Como criança que era, talvez nem soubesse o que estava acontecendo, mas teria certeza de uma coisa, mudaria de casa, de companheiros de cativeiro, e talvez não visse mais sua mãe e amigos. O que um acontecimento como esse poderia influenciar na vida do pequeno cativo? Não sabemos! Mas podemos pensar que tirado de seu convívio ainda criança poderia revoltar-se contra o sistema que o tornava cativo, e pela pacificação ou violência lutar contra a escravidão¹⁵.

Esses escravos comprados e vendidos na Vila de Cajazeiras certamente contribuíram para o desenvolvimento desta localidade. Dessa forma é importante destacar que,

[...] durante o período em que Cajazeiras foi considerada vila, sua economia estava toda voltada para o meio rural. As fazendas sustentavam a economia. Enquanto muitas áreas investiam no desenvolvimento urbano, essa vila se submetia a urbanização, sem abrir mão da sustentação dada pelas fazendas (ANDRADE, 2005, p. 43).

Não seria considerado errado de nossa parte pensar que em muitas dessas fazendas em torno da Vila de Cajazeiras, encontravam-se esses agentes históricos, os escravos, trabalhando em vários setores contribuindo dessa forma para a localidade na qual estavam inseridos e também buscando uma melhor vida para si, já que pudemos perceber que nas cartas de alforria que analisaremos mais adiante, houve casos de escravos que compraram suas alforrias. Como isso foi possível? Segundo Medeiros e Sá (1999). O escravo tinha permissão para juntar um pecúlio, dessa forma tendo uma chance de conseguir sua liberdade.

O escravo foi utilizado por famílias nesta Vila, que possuíam um alto poderio econômico. Um nome muito persistente tanto nas escrituras de compra e venda como de alforrias, sendo algumas vezes testemunhas dessas cartas, é o da família Albuquerque. Isto nos leva a compreender que eram possuidores de uma das maiores fortunas dessa região, [...] “provavelmente o sistema escravista em muito lhes beneficiava” (JACÓ, 2005, p. 12). Estavam sempre comprando, vendendo, alforriando ou trocando escravos. Havia também outros sobrenomes importantes como os Sousa e os Jesus. Quanto à família Rolim, estavam mais envolvidos com escrituras de aforamentos vitalícios. Nos documentos que analisamos Vital de Sousa Rolim compra um escravo a Thomé da Guerra Passos, de nome Fortuoso de

¹⁵ Cf. Livro de Nota 1864: Documento nº 13, página 03: Escritura de venda de um escravo de nome Valentino, que á Antonio Evangelista de Sousa faz Antonio Alexandre Alves Mangabeira pela quantia de seiscentos mil réis tudo como abaixo se declara.

idade de dezessete anos. O escravo de cor crioula brasileiro foi comprado pela quantia de um conto e duzentos mil réis, demonstrando dessa forma um grande poder econômico¹⁶.

Os escravos que habitaram essas terras do sertão e da Vila de Cajazeiras foram vendidos, hipotecados, doados, alforriados. Mesmo sendo tratados como mercadorias os mesmos souberam construir maneiras de lidar com a escravidão, buscando uma vida digna e de melhorias. Esse escravo tratado como mercadoria não se acomodou diante do sistema escravista, não se deixou abater pela opressão, pois foi agente de sua história. Analisaremos a seguir como agiram esses sujeitos históricos e como influenciaram numa maneira nítida de resistência sua busca pela liberdade.

3.3. Liberdade em Cajazeiras: um ideal possível!

Os escravos ao longo da história da escravidão não foram vistos como pessoas, mas como uma mão de obra, como coisa, que podia a qualquer momento ser vendida, trocada, podia sofrer violência. Mesmo estando sob o jugo da escravidão eles mostraram que não adotariam para si esse pensamento formado pela elite branca. Resistiram de todas as formas possíveis contra o sistema que os oprimia. Foram em busca de sua liberdade! Liberdade essa que é a primeira forma de resistência contra o sistema escravista.

Na vila de Cajazeiras através das fontes que encontramos, percebemos que os escravos, nesta localidade, negociaram muitas de suas cartas de alforria e, dessa forma, não aceitando a escravidão como forma de vida. Viam-se como pessoas que eram e acreditavam que tinham o direito de ir e vir e construir suas histórias. É importante destacar que nos documentos pesquisados, encontramos cartas de alforria somente do ano de 1864 a 1867, não sabemos o porquê nas escrituras a partir de 1868 a 1871 que compreende todo o período de nossa pesquisa, não houve mais senhores “doando” alforrias ou escravos negociando sua liberdade. Este aspecto é algo que não compreendemos.

Conforme o pensamento elaborado por E. Thompson, no século XVIII, na Inglaterra, os homens e mulheres considerados da classe inferior estavam a partir daquele momento elaborando novas maneiras de se opor a uma elite que detinha praticamente todos os poderes na sociedade. Ao confrontar-se com a elite essas pessoas estavam resistindo e mostrando que possuíam uma vida social, possuíam suas práticas culturais e que dessa forma deveriam ser respeitados em sua maneira de conceber o ambiente em que vivem. Com base nesse

¹⁶ Cf. Livro de Nota 1864: Documento nº 94, página 148: Escritura de venda do escravo Fortuoso que fas Thomé da Guerra Passos a Vital de Souza Rolim.

pensamento, podemos pensar que, a partir do momento que os escravos começam a questionar sua condição de cativo, eles estão automaticamente resistindo à escravidão mostrando que são seres pensantes, que não aceitam ser tratados como coisas. Dessa forma, vão resistir de todas as maneiras possíveis. Não irão se deixar abater só porque o sistema escravista os retirava de seu lugar social. “Isto porque a história dessas pessoas não é feita somente de submissão e com suas ações foram agentes históricos” (SILVA, 2010, p. 134).

Nos anos 60 do Oitocentos na Vila de Cajazeiras, percebemos escravos resistindo à escravidão através de cartas de alforria. Percebemos a ação desses mesmos cativos para adquirir sua liberdade, adquirir um direito que lhes foi tirado pela ação da escravidão. Antes de entrarmos nesta Vila no Oitocentos vamos entender um pouco da carta de alforria.

A liberdade pela alforria é um dispositivo legal. Pode ser concedida solenemente ou não, direta ou indiretamente, expressamente, tacitamente ou de maneira presumida, por ato entre vivos ou como última vontade, em ato particular ou na presença de um notário, como ou sem documento escrito. Mas se não há uma ata, faz-se necessário que haja testemunhas comprovantes da alforria. Em geral, esta é concedida em documento escrito, assinado pelo senhor ou por um terceiro, a seu pedido, se ele é analfabeto. Para evitar contestações, tornou-se hábito que o documento seja registrado no cartório em presença de testemunhas. Com muita frequência ocorre, porém, que se passem anos entre a concessão da alforria e seu registro em cartório. Muitas delas são outorgadas por manumissão em testamentos ou nas pias batismais (MATTOSO, 1990, p. 177-178).

Compreendemos pela fala de Mattoso que a carta ou escritura de alforria se constituía para o escravo uma fonte legal instituída pela lei, aqueles que a conseguiram teriam a chance de viver totalmente livre, pelo menos dessa maneira pensava o cativo. Moraes em seu livro “Em busca da Liberdade. Os escravos no Sertão do Rio Piranhas 1700-1750 (2011)”, nos informa que no Livro 4 do Código Philippino ou ordenações do Reino do Portugal, consta que o escravo forro não tinha o direito de se opor ou ser ingrato com aquele que lhe devolveu a liberdade, dessa forma, segundo Moraes, era evidente que a intenção seria que o liberto fosse mantido junto de seu senhor, para ali permanecer sob os olhares do mesmo. Essa, a nosso ver, foi uma maneira de controlar a vida do liberto, numa declaração nítida de que o governo imperial sempre prestigiou a elite brasileira e que sempre fazia as suas vontades.

Percebemos em nossa pesquisa que muitas informações podem ser adquiridas quando se lê um documento.

A observação de uma Carta de Liberdade, também chamada de Carta de Alforria, pode nos levar a crer se tratar apenas, no seu conjunto, de uma certidão emitida por uma autoridade competente da época: o tabelião. E, sendo, o mesmo, membro do grupo intermediário da nobreza, tal documento não poderia revelar nada mais que palavras pré-definidas e iguais em todos os documentos de seu tipo. Entretanto, levando em consideração o método indiciário, é possível perceber algo mais (MORAES, 2011, p. 93).

Moraes deixa evidente para nós que existe algo a mais nos documentos e que isso nos dá a base de muitas informações. Nesses documentos podemos evidenciar o lugar social do escravo em determinada época e obter informações muito importantes que constituíam na descrição do mesmo, assim como a maneira como se dava a escravidão naquela localidade. Poderemos perceber a partir dos exemplos descritos abaixo que os mesmos foram agentes de suas vidas, que não abaixaram a cabeça diante do sistema que controlava o seu status social.

Eleonora Félix da Silva em sua Dissertação de Mestrado: “Escravidão e Resistência Escrava na “Cidade D’ Arêa” Oitocentista” (2010), traz a nosso conhecimento a resistência cativa na cidade de Areia do Oitocentos. Essa historiadora nos apresenta dois autores que abordaram em seu livro a resistência escrava. Silva cita João José Reis e Eduardo Silva que no seu livro “Negociação e Conflito – A resistência negra no Brasil escravista” (1989). Segundo a mesma eles trabalham com a ideia de que,

[...] os cativos resistem ao domínio senhorial através do conflito, porém, igualmente, por meio da “política do compromisso e da negociação”. Essa noção remete às atitudes dos escravos no sentido de “barganhar” melhores condições de vida, sendo as conquistas do cativo fruto de suas intervenções e não necessariamente produtos de concessões senhoriais. [...] defendem que entre Zumbi (mito do herói rebelde) e o “pai João” (negro em submissão conformada) estava o escravo que negociava (SILVA, 2010, p. 137).

Dessa forma, percebemos que a resistência escravista não estava somente voltada para a violência ou embate entre senhores e escravos. Estava na negociação, através do cativo que se comprometia com seu senhor, que no encontro cotidiano de cada dia tentava adquirir meios em sua relação com o seu dominador para conseguir sua liberdade. Na Vila de Cajazeiras percebemos algumas cartas de alforria sendo “doadas” aos escravos. Algumas dessas cartas não dizem com todas as palavras que o cativo estava comprando sua carta de liberdade, mas podemos pensar que estavam sendo compradas mesmo que fosse omitida essa informação. Não acreditamos que os senhores cajazeirenses fossem tão bons quanto de distribuir cartas de alforria, pois o sistema escravista foi muito cruel, o escravo custava caro e não acreditamos

em generosidade, mas sim na negociação que negros imprimiam em busca da tão sonhada carta de liberdade.

Reaver o domínio sobre o seu corpo, o seu tempo e sua vida é o desejo de todo ser humano que os tenha perdido. Vivendo no cativeiro, muitos escravos, africanos e crioulos, buscavam a liberdade para que possam construir novas perspectivas de futuro (LIMA, 2010A, p. 116).

Vemos pela explanação da autora que todo escravizado sonhava em ser livre, pois isso implicaria reaver aquilo que o mesmo não possuía: o domínio sobre si mesmo. Pensando dessa forma foi que o cativo Raimundo elaborou estratégias para conseguir sua alforria na Vila de Cajazeiras.

Em 1866, aos 58 anos, o cativo Raimundo pensava e a ainda sonhava com sua liberdade, desejava realizar coisas que como escravo não podia. Há muito tempo era escravo pertencente à Dona Mariana Francisca. Aos poucos, o mesmo foi elaborando estratégias de convivência com sua senhora, fazia todos os mandados sem se opor, demonstrando obediência. Obediência essa que na realidade era uma maneira de no tempo oportuno convencer sua senhora a lhe vender sua alforria. O mesmo negociava de forma silenciosa na sua maneira de agir, e quando podia conversava com Dona Mariana Francisca a respeito de sua liberdade, fez isso inúmeras vezes.

No seu cotidiano, Raimundo além de trabalhar nos domínios de sua senhora, provavelmente quando tinha algum tempo livre obtinha alguma renda para juntar o pecúlio suficiente para algum dia comprar sua escritura de liberdade.

Em se tratando de mulher ou homem escravizado, os esforços seriam redobrados para adquirir uma renda extra e acumular recursos pecuniários para a compra de sua própria liberdade ou de pessoa da sua família (ROCHA, 2007, p. 294).

Certamente, depois de juntar anos a fio a quantia necessária para comprar sua liberdade, e depois de muito tempo de negociação com sua senhora, conseguiu realizar seu desejo. O tão sonhado dia chegou! Dona Mariana Francisca pediu ao senhor Bernardo José de Lima Suassuna que escrevesse a carta de alforria do dito escravo Raimundo e lhe entregasse para que daquele dia em diante o mesmo fosse livre como se assim o tivesse sido desde o nascimento. A dita senhora não o fez de graça, mesmo mantendo uma boa relação com seu cativo, cobrou do mesmo a quantia que ambos tinham combinado.

Raimundo não cabia em si de felicidade e foi rapidamente ao cartório da Vila de Cajazeiras para passar em notas sua tão sonhada liberdade. Ele a conseguira! Comprou-a pela quantia de 400 mil réis. Para o agora liberto Raimundo, não importava o preço pago, importava somente que na sua concepção iria gozar de plena liberdade, poderia reaver, na sua maneira de pensar, o domínio sobre si mesmo e dessa forma viver a vida que sempre sonhou¹⁷. Conseguir uma alforria nunca foi fácil para o escravo, mas muitos conseguiam realizar esse sonho. Dessa forma observamos que:

[...] a alforria era fruto de negociação, não necessariamente pacífica, entre senhores e seus escravos. Ela possuía toda uma simbologia e significado que permeava uma liberdade legalizada e o poder de ir e vir, tendo sua condição de liberto comprovada àqueles que a contestavam pelo caminho (MORAES, 2011, p. 98).

A liberdade para o escravo estava no papel, possuir o direito de ir para onde desejasse, ser dono de seus próprios passos. Por isso, essa luta, essa resistência violenta ou silenciosa de negociação para consegui-la. Não pensemos de todo modo que o liberto estava totalmente livre dos desmandos da escravidão. O negro sofria preconceito pela sua cor, pela sua condição de liberto. Se houvesse qualquer embargo entre um negro e um branco, o negro seria penalizado.

No Brasil, as mulheres e os homens escravos [...], tinham que se mostrar submissos aos ditames e desejos de seus possuidores, para convencê-los que mereciam ser “premiado” por seus “bons serviços” e pela “obediência” ao longo da vida, [...] além de terem que executar trabalhos, precisavam, ser considerados exemplares. Liberdade via alforria não era para todos. Mesmo esses que tinham chances, necessitavam “vestir” máscaras, para convencerem seus donos (ROCHA, 2007, p. 300).

Vestir máscaras como nos disse Rocha, fazer-se obediente, ser exemplo, dessa forma devem ter pensados muitos cativos e também a escrava Maria.

Maria era cativa pertencente a Damião Ribeiro Campos e sua mulher Maria Isabel de Jesus. No ano de 1865, aos 24 dias do mês de novembro, a dita escrava foi ao cartório da Vila de Cajazeiras passar em notas sua escritura de liberdade, ou carta de alforria. Maria tinha sido obediente por toda sua vida, tinha “vestido” máscaras para conquistar o afeto e confiança de seus donos. No teor de sua escritura vemos a declaração que por virtude da mesma e pela

¹⁷ Cf. Livro de Nota 1864: Documento nº 23, página 01: Carta de livirdade [sic] que vai lançada em nota a requerimento do liberto Raimundo como tudo abaixo assinado.

morte de seus donos a deixavam livre. Podemos pensar que Maria adquiriu a confiança dos mesmos, pois deixam claro na carta de liberdade que a mesma merecia ser livre. De todo modo é importante perceber que Maria criou meios de se adaptar ao cativeiro, resistindo de todo modo aos sofrimentos em busca de conseguir sua liberdade. Na presente carta não é citado o valor da compra da liberdade, mas acreditamos que a cativa Maria a negociou com seus senhores. “As alforrias por compra (simples, condicionadas ou coartadas) ou concedidas (condicional ou incondicional) são compreendidas pela historiografia como negociadas [...]” (LIMA, 2010A, p. 130). A autora estava baseada em outros trabalhos realizados acerca da escravidão no Brasil.

A escrava Maria demorou meses para ir ao cartório de notas, pois sua escritura tinha sido escrita no dia 17/01/1865 na Fazenda Nova. Talvez algum de seus senhores ainda estivesse vivo, ou a mesma não tinha o pecúlio suficiente para comprar sua alforria, pois acreditamos que mesmo numa carta de alforria não contendo o valor da compra isso não significava dizer que não foi comprada. Pode ser que os senhores cajazeirenses quisessem que fossem assim para dessa forma tentar transparecer certa bondade por parte dos mesmos. Outra data nos chama a atenção na escritura da escrava Maria: a do pagamento do selo na coletoria, pois não contém o nome da escrava Maria, como se fosse outra pessoa que tivesse pagado os 200 mil réis de imposto. Esse acontecimento datava do dia 14 de Agosto de 1865¹⁸.

Percebemos como no caso do escravo Raimundo e da escrava Maria e de tantos outros cativos que, em terras cajazeirenses, os escravos resistiram ao sistema, negociando sua alforria, não se aceitando como escravos. Dessa forma os mesmos teceram relações onde conseguiram através de seu bom comportamento e serviços prestados adquirirem suas alforrias. O escravo que ocupou essas terras viveu sempre em busca de reaver o domínio sobre sua vida, buscando um espaço onde pudesse ser livre e viver de forma digna.

Percebemos na documentação que as liberdades compradas nem sempre são realizadas diretamente pelo ex-escravo. Não sabemos ao certo os meios que estes sujeitos históricos praticavam para adquirir valores monetários, mas é um aspecto que não nos deixa de surpreender. Como apresentado acima, podemos supor que muitas destas formas de liberdade foram adquiridas por meio das proximidades, das afetividades, existentes entre senhor e escravo. Isto fica claro nas situações encontradas para o escravo Raimundo e Maria, que adquiriram sua liberdade por sua proximidade com seus senhores, mesmo que esta liberdade fosse adquirida simbolicamente apenas após a sua morte no caso específico da escrava Maria

¹⁸ Cf. Livro de Nota 1864: Documento nº 42, página 68: Escritura de Liberdade lançada em Nottaz da Escrava Maria que foi de Damião Ribeiro Campos e de sua mulher Maria Isabel de Jesus, tudo como abaixo se segue.

com seus donos. Ou percebemos estas formas de liberdade em casos mais curiosos, como o de Isabel e Luise, alforriadas ainda recém-nascidas na pia batismal.

Não pensemos, contudo, que no sertão não houve outras formas de opor-se ao sistema escravista. Não encontramos outras maneiras de resistência na Vila de Cajazeiras, tais como processos crimes. Se houve ou não, não é de nosso conhecimento, pois acreditamos que muitos documentos podem ter se perdido ao longo da história. Mas em outras localidades do sertão existiram outras formas de resistências.

No livro “População negra na Paraíba: Educação, História e Política” (2010), em seu artigo Maria da Vitória Barbosa Lima, fala da resistência escrava no sertão da Paraíba em fins do século XIX. A mesma procura mostrar que os escravos foram agentes de suas histórias, dessa forma resistindo de maneira muitas vezes violenta. Lima cita como formas de resistência e que aconteceram na Paraíba em fins do século XIX, as fugas, agressões, suicídios e homicídios. “A fuga era considerada como o expediente mais comum contra a violência do trabalho forçado, manifestado pelo escravizado” (LIMA, 2010B, p. 70). Ao longo da segunda metade do século XIX, os escravos continuaram resistindo. Veremos casos que não compreendem nosso recorte temporal, mas mostram de forma nítida que os escravos não aceitavam a escravidão e iriam resistir a ela de todas as maneiras possíveis.

Um desses exemplos citados por Barbosa Lima ocorreu em Pombal no ano de 1873. O escravo Antônio fugiu da casa de seu senhor Clementino José de Souza, e “[...] deve ter contado com cumplicidades e solidariedades para manter-se em liberdade e distante do jugo do seu senhor” (LIMA, 2010B, p. 71). Esse escravo foi posteriormente capturado e punido por seu senhor, depois de três a quatro dias conforme Barbosa Lima, o mesmo faleceu. Ainda conforme a mesma autora, os escravos que eram capturados pela justiça pública, primeiramente eram levados à cadeia e depois entregues ao seu senhor.

Outro caso famoso no sertão da Paraíba é trabalhado por Wlisses Estrela em sua dissertação “Senhores e Escravos no Sertão: Espacialidades de poder, violência e resistência, 1850-1888” (2011) e Maria José Sobreira em sua monografia intitulada “As Dimensões da Liberdade: Os escravos Lucia e Miguel contra as amarras da Escravidão na Povoação de São João do Rio do Peixe, 1870-1888” (2012). Esse processo crime tem como protagonistas, além dos escravos citados, o Dr. Sousa, Dona Anna e os outros escravos que pertenciam aos mesmos. Conforme Sobreira os senhores possuíam alguns escravos que sofriam constantes castigos. Dentre eles: “Lucia e Miguel resistiram a seus senhores e lutaram por uma mudança em suas vidas. Dois escravos com as mesmas experiências de cativo, e duas formas de resistências”. (SOBREIRA, 2012, p. 55).

Conforme Sobreira, a escrava Lucia denunciou sua senhora à justiça porque a mesma juntamente com a escrava Maria a surraram sem um motivo justo. A dita escrava estava exausta dos maus tratos que recebia na fazenda Livramento em São João do Rio do Peixe e decidiu denunciar sua senhora, demonstrando dessa forma que escravos no sertão recorriam à justiça quando da relação violenta que poderiam passar em companhia de seus senhores. O outro personagem deste processo é o escravo Miguel que adotou a fuga como forma de resistência. Segundo a pesquisa de Sobreira, o escravo Miguel investiu muitas vezes na fuga, mas sempre capturado era surrado e acabou por falecer de tanto sofrer castigos. O que podemos perceber através dessas histórias de resistências no sertão é que mesmo aqui os cativos não se acomodaram, não aceitaram de forma branda a escravidão.

Os exemplos dos escravos Antônio e Miguel que buscaram a fuga demonstra que como pessoas que eram não aceitavam serem maltratados, iriam fugir para tentar viver uma vida digna. Lamentamos que tiveram um fim trágico como muitos escravos no Brasil. Quanto a figura da escrava Lucia, vemos uma mulher corajosa, que estava como nos disse Thompson, angariando novos direitos. Lucia percebeu que a lei estava aos poucos dando voz aos cativos, dessa forma, não aceitou ser maltrata e recorreu aos tribunais para lutar por justiça, por uma liberdade que lhe traria ao menos o direito de viver sem sofrer tantos castigos físicos.

Percebemos, portanto, que os escravos do sertão e da Vila de Cajazeiras souberam elaborar estratégias de resistência à escravidão, não aceitando esse sistema que os tirava toda dignidade humana. Mostraram-se agentes de suas histórias capazes de recriar mecanismos que lhe possibilitaram conseguir sua liberdade, demonstrando que não foram somente coisas que trabalhavam. Elaboraram táticas de relacionar-se com o senhor em busca de melhorias para sua vida e conseguir a tão almejada liberdade, que todo ser humano por natureza possui.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de nossa pesquisa pudemos perceber a história de muitos escravos que não se acomodaram diante da escravidão. Lutaram e resistiram de muitas formas para conseguir sua carta de alforria. No sertão e na Vila de Cajazeiras, Província da Paraíba do Norte, eles se fizeram presentes: trabalhando, servindo, seduzindo e conseguindo sua liberdade. Dessa forma, e com a grande contribuição da História Social, buscamos problematizar as múltiplas relações que os escravos mantiveram com seus senhores na Paraíba imperial, procurando entender seus lugares de vivências e ações, na tentativa de compreender as diversas maneiras utilizadas pelos mesmos para atingir seus objetivos.

A história do escravizado no Brasil percorreu muitos caminhos até chegar à nova vertente historiografia na década de 1980. Os escravos que já foram considerados coisas, sujeitos que agiam pela rebeldia ou que se comportaram de forma passiva, hoje são reconhecidos por historiadores mais recentes como autores de suas próprias histórias. Ao elencar o lugar de sujeito dos escravos, estamos dando voz aos documentos que encontramos ao longo da pesquisa e que foram reveladores quanto ao tipo de resistência que os escravos da Vila de Cajazeiras do Oitocentos souberam imprimir sobre seus senhores em busca da liberdade.

Com a nova historiografia elencando a vivência do cativo, pudemos perceber através de toda a discussão feita no primeiro capítulo que os escravos foram considerados agentes de suas vidas, que não mais a história da escravidão iria vê-los como aqueles que só sabem agir por pura rebeldia ou para os economicistas, como “coisas”. Esses escravos estavam buscando melhorias de vida, e dessa forma, aproveitaram-se do momento enunciado na segunda metade do século XIX, período histórico em que as forças políticas, econômicas e sociais estavam em embate, para mostrar que são pessoas, que sabiam ir atrás de seus objetivos, que são possuidores de uma cultura, de um pensamento todo voltado para seu bem estar, pois conforme Lima (2006), eles aproveitaram-se desse momento para botarem em prática sua luta pela liberdade. Portanto, os escravos não podiam ser pessoas passivas ou mesmo “coisas”, pois seria dizer que não houve participação dos mesmos em ações de resistência e que não eram “racionais”. Os homens e mulheres escravizados se revelaram através de todo um cotidiano envolto em lutas, resistindo e mostrando sua participação e contribuindo dessa forma para sua própria vida.

Ao adentrar a história da escravidão na província da Paraíba do Norte, pudemos perceber no segundo capítulo que o esquecimento proporcionado pelos historiadores da antiga historiografia não se fez válido, porque muitos outros historiadores recentes com o apoio da História Social mostraram o lugar de sujeito do escravo, apresentando-os como participantes, como trabalhadores. Observamos a partir de seus discursos que os mesmos cativos, contribuíram muito para o crescimento da Paraíba em fins do século XIX, dando sua colaboração e, dessa forma, contribuindo para o crescimento social, cultural e econômico desta província. Ao adentrarmos o sertão paraibano encontramos um lugar novo, distante; e como foi dito, constituiu-se para muitos vindos de fora do Império um crescimento econômico e social. É onde encontramos escravos que não se aceitaram como cativos, mas elaboraram estratégias de convivência para que sua vida cotidiana não fosse tão cruel e onde pudessem ir em busca de uma vida melhor, com liberdade.

As relações escravistas entre senhores e seus escravos se desenvolveram na Vila de Cajazeiras nos anos 60 do Oitocentos. Percebemos através de nossa análise das fontes no terceiro capítulo que as relações que predominaram principalmente nas cartas de alforria e de troca, se constituíram relações aparentemente pacíficas entre senhores e seus escravos. Estes escravos souberam negociar sua alforria através de uma vida de obediência, de não embate contra seu dominador. O escravo Raimundo para obter sua alforria negociou com Dona Mariana Francisca, mas se o mesmo não fosse obediente ou mesmo dócil, ela não teria concedido, afinal era sua dona, tinha poder sobre ele. Nesse momento de negociação percebemos Raimundo sendo sujeito de sua história, pois como não se aceitava escravo resolveu negociar para, dessa forma, conseguir conquistar a confiança de sua senhora. E ele conseguiu, pois se tornou livre!

O escravo José de 14 anos foi alforriado “sob-condições” por sua senhora e ainda foi intitulado cria da casa. Houve negociação em sua liberdade. A estratégia do dito escravo foi conquistar o carinho e confiança para que sua liberdade pudesse ser concretizada. Já a escrava Maria se mostrou aparentemente passiva no cotidiano com os senhores, mas na realidade estava imprimindo uma luta silenciosa para conseguir conquistar seus donos. Conquistando sua confiança e obedecendo encontraria um caminho mais fácil para sua liberdade. Esses e tantos outros exemplos de escravos que não aceitaram a escravidão, e que não foram passivos, mas agentes de suas vidas, tentaram através de toda sorte de artimanhas, de uma aparente passividade ou mesmo de forma insubmissa, através de fugas e violência, elaborar meios para alcançar uma vida “digna”. Uma vida em que exerceriam outro tipo de liberdade, pois os negros não encontrariam meios na sociedade de alcançarem a liberdade dada aos brancos.

Uma vez escravo, mesmo que apresentasse a carta de alforria, seria mal visto pela mentalidade escravocrata da época. Viveriam assim um simulacro de liberdade. Mas que para o escravo já seria o primeiro passo de uma vida melhor.

Quando encontramos a escrava Joanna, acreditamos que ela podia nutrir um sentimento de amizade por Dona Anna Josepha de Jesus, mas também estaria interessada em conseguir sua liberdade e a mesma, como pessoa consciente de sua vida, sabia que tendo uma amiga como dona estaria mais propensa a ganhar ou mesmo comprar sua liberdade. Acreditamos que para essa escrava seria mais fácil negociar. É importante ressaltar que não encontramos nenhum outro tipo de fonte na Vila de Cajazeiras que não fosse a da negociação, expostas nas cartas de alforria. Não encontramos escravos imprimindo outro tipo de resistência à escravidão na Vila de Cajazeiras. Não conhecemos outros períodos da escravidão na Vila de Cajazeiras, e nem podemos de todo modo afirmar que não houve embates entre senhores e escravos. Aliamos as fontes bibliográficas com as fontes documentais para entender que tipo de resistência os cativos desta terra praticaram para se opor à escravidão. Percebemos que os escravos nesta Vila praticaram a primeira resistência à escravidão, o de não se aceitarem como cativos e através da negociação alcançar, muitos deles, sua liberdade.

Por fim, salientamos que este trabalho é de suma relevância para o meio acadêmico, pois nos permite compreender e conhecer o sertão paraibano em fins do século XIX. Permite-nos conhecer também uma parte da história da escravidão nessas terras, mais especificamente na Vila de Cajazeiras nos anos de 1864-1871, onde encontramos senhores e escravos em suas relações pessoais. Uma relação pautada por interesse de ambas as partes, como já foi dito por autores: o senhor muitas vezes necessitava do cativo, como o cativo precisava estar nos domínios de seu senhor. O escravo negociava e muita vez fingia uma aparente docilidade e obediência para conseguir atingir seu maior sonho que era a liberdade. Portanto, diante daquilo que foi exposto, acreditamos que atingimos nosso objetivo, mas também pensamos que novos olhares e novos caminhos podem ser descobertos por outros, se tiverem a vontade e curiosidade de adentrar essas terras cajazeirenses, descobrindo senhores, possuidores de riquezas e de gentes; e escravos que possuíam o desejo natural de serem livres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LIVROS, MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES E TESES

ABREU, Wlisses Estrela de Albuquerque. **Senhores e escravos do sertão: espacialidades de poder, violência e resistência (1850-1888)**. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande 2011.

ANDRADE, Maria Vilma Vieira de. **Terras, Escravos e Homens Livres: Fazendas em torno da Vila de Cajazeiras**. (Monografia Especialização em teoria e metodologia do ensino de História). Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, 2005.

CEBALLOS, V. G; SANTANA, R, O. Cajazeiras, Paraíba, Brasil. In: Souza. A. C. B. (Org.) **História dos Municípios Paraibanos**. Campina Grande: EDUFPG, 2013. p. 7-19.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CONRAD, Robert. **Os Últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888**. 2ª edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

FREYRE, Gilberto, 1900-1987. **Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51ª ed. São Paulo: Global, 2006. (Introdução à História da Sociedade Patriarcal no Brasil; Vol. 1).

GALLIZA, Diana Soares de. **Odeclínio da escravidão na Paraíba 1850-1888**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPb, 1979.

GINZBUR, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

JACÓ, Maria Orlandina Izidro. **A Participação da Mão-de-obra Escrava na Vila de Cajazeiras no séc. XIX**. (Monografia Especialização em teoria e metodologia do ensino de História). Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, 2005.

LEITÃO, Deusdedit. **O Educador dos Sertões: Vida e obra do padre Inácio de Sousa Rolim**. Teresina: Gráfica Estado do Piauí Impressora e Editora Ltda, 1991. V. 142. (Coleção "Documentos Sertanejos", Série Paraibana, V. 2).

LIMA, Luciano Mendonça. Uma porta estreita para a liberdade: as ações cívicas e alguns aspectos do cotidiano escravo na Campina Grande do século XIX. In: Ó, A. A. do; SOUZA, A. C. B. de; SOUSA, F. G. R. B de; ARANHA, G. B; LIMA, L. M. de. (Orgs). **A Paraíba no Império e na República: estudos de história social e cultural**. 2ª ed. João Pessoa: Idéia, 2005, pp. 47-76.

LIMA, Luciano Mendonça de. **Derramando susto**: os escravos e o Quebra Quilo em Campina Grande. Campina Grande: EDUFPG, 2006.

LIMA, Luciano Mendonça de. **Cativos da “Rainha da Borborema”**: uma história social da escravidão em Campina Grande-século XIX. (Tese) (Doutorado em História)- Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

LIMA, Maria da Vitória Barbosa. Resistências de homens e mulheres escravizados no sertão paraibano (1850-1888). In. Rocha. Solange da. FONSECA, Ivonildes da Silva. (orgs.) **População Negra na Paraíba**: Educação, História e Política. 1ª Ed. Campina Grande: EDUFPG, 2010. pp. 67-82.

LIMA, Maria Vitória Barbosa. **Liberdade interdita, liberdade reavida**: escravos e libertos na Paraíba escravista (século XIX). Tese (Doutorado em História)- Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

LIMA, Luciano M. et tal. ROCHA, S. P; LIMA. M. da. V. B. A. Escravidão na Paraíba. Trabalho Cultura e Resistência. A Escravidão e o processo de Conquista e Ocupação do Interior da Paraíba. In. Souza A. C. B.; Sousa. F. G R. B. (Orgs.). **História da Paraíba** - ensino médio. Campina Grande; EDUFPG; 2008. pp. 37-60.

MATTOSO, Kátia Queirós. **Ser escravo no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MEDEIROS, M. do C.; SÁ, A. N. de M. **O trabalho na Paraíba das origens à transição para o trabalho livre**. João Pessoa: Ed. Universitária da UFPB, 1999.

MORAES, Ana Paula da Cruz Pereira de. **Em busca da liberdade**: os escravos no sertão do Rio Piranhas, 1700-1750. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

PIRES, Heliodoro. **Padre Mestre Inácio Rolim**: Um trecho da colonização do Norte brasileiro e o Padre Inácio Rolim. 2ª ed. Teresina: Gráfica Estado do Piauí - Impressora e Editora Ltda, 1991. (Coleção Documentos Sertanejos, Série Paraibana, Vol. 1).

ROCHA, Solange Pereira da. **Gente Negra na Paraíba oitocentista**: População, família e parentesco espiritual. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

SOBREIRA, Maria José de França. **As Dimensões da Liberdade**: Os escravos Lucia e Miguel contra as amarras da Escravidão na povoação de São João do Rio do Peixe PB, 1870-1888. (Monografia) Licenciatura em História. Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, 2012.

SILVA, Eleonara Felix da. **Escravidão e resistência escrava na cidade d’ Area oitocentista**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2010.

SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor** – Esperanças na formação da família escrava: Brasil Sudeste, Século XIX. 2ª Ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Graphia, 2002. (Memória Brasileira, 6).

SOARES, Maria Simone Moraes. **Formação da Rede Urbana do Sertão de Piranhas e Piancó da Capitania da Paraíba Setecentista**. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

THOMPSON. E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB: Fábrica de ideologias**. 2ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

VAINFAS, Ronaldo. **Os protagonistas anônimos da história: micro-história**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

SITES:

http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/1/12/Paraiba_Municip_Cajazeiras.svg/500px-Paraiba_Municip_Cajazeiras.svg.png. Acesso em: 16/01/ 2014.

<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=250370&search=paraiba%7Ccajazeiras%7Cinfograficos:-historico>. Acesso em: 20/01/2014.

ANEXOS

DOCUMENTOS OFICIAIS ENCONTRADOS NO II CARTÓRIO DE NOTAS, IMÓVEIS, TÍTULOS E PROTESTOS, ANTONIO HOLANDA EM CAJAZEIRAS- PB.

Ano 1864

Cartas de Alforria ou Escrituras de liberdade

Cartório Antonio Holanda (Cajazeiras- PB). Livro de Notas ano de 1864, fls. 07.

Escravo: José.

Senhora: Antonia Francisca do Sacramento.

Data da alforria: 07/04/1864

Data da alforria passada em Notas: 07/05/1864.

Cartório Antonio Holanda (Cajazeiras- PB). Livro de Notas ano de 1864, fls. 09.

Escravo: Joaquim

Senhor: José Pinto Ramalho.

Data da alforria: 31/05/1864.

Cartório Antonio Holanda (Cajazeiras- PB). Livro de Notas ano de 1864, fls. 50-51.

Escrava: Isabel

Senhor: Antonio Luiz de Albuquerque.

Data da alforria: 26/12/1864

Ano 1865

Cartas de alforria ou Escrituras de liberdade

Cartório Antonio Holanda (Cajazeiras- PB). Livro de Notas ano de 1864, fls. 56.

Escravo: José

Senhora: Bonifacia Martins Pereira.

Data da alforria: 08/02/1865.

Data da alforria passada em notas: 10/03/1865.

Cartório Antonio Holanda (Cajazeiras- PB). Livro de Notas ano de 1864, fls. 67-68.

Escrava: Anna

Senhores: Alexandre Maria de Jesus.

Angélica Maria da conceição.

Data da alforria: 18/11/1865.

Data da alforria passada em notas: 24/11/1865

Cartório Antonio Holanda (Cajazeiras- PB). Livro de Notas ano de 1864, fls. 68-69.

Escrava: Maria

Senhores: Damião Ribeiro Campos.

Maria Isabel de Jesus.

Data da alforria: 17/01/1865.

Data da alforria passada em notas: 24/11/1865.

Cartório Antonio Holanda (Cajazeiras- PB). Livro de Notas ano de 1864, ficha 02. Pág.: 02.

Escrava: Luise.

Senhor: Serafim Gomes de Albuquerque.

Data da alforria: 29/02/1848.

Data da alforria passada em notas: 01/04/1865.

Ano 1866

Cartas de alforria ou Escrituras de liberdade

Cartório Antonio Holanda (Cajazeiras- PB). Livro de Notas ano de 1864, fls. 78-79.

Escravas: Francisca e Josepha.

Senhor: Raymundo de José de Francisca.

Data da alforria: 08/ 02/1866.

Cartório Antonio Holanda (Cajazeiras- PB). Livro de Notas ano de 1864. Documento nº 19. Pág.: 02.

Escravo: João.

Senhores: Joaquim Dantas de Oliveira.

José Rodrigues Valença.

Data da alforria: 21/10/1865.

Data da alforria lançada em notas: 07/09/1866.

Cartório Antonio Holanda (Cajazeiras- PB). Livro de Notas ano de 1864. Documento n° 20. Pág.: 02.

Escravo: Maria de Macia Angela.

Senhores: Sousa Juquina José de Lira, Carme de Brito Guerra, José Vicente Ferreira, Manoel Vicente Ferreira, Bernardo José de Lira, João Alexandre de Albuquerque, José Vicente de castro.

Data da alforria: 22/09/1866.

Data da alforria lançada em notas: 24/09/1866.

Cartório Antonio Holanda (Cajazeiras- PB). Livro de Notas ano de 1864. Documento n° 21. Pág.: 02.

Escrava: Tertalina ou Tartulina (Dúvidas quanto ao nome da escrava).

Nome da senhora não mencionado.

Data da alforria: 01/08/1866.

Data da alforria lançada em notas: 19/10/1866.

Cartório Antonio Holanda (Cajazeiras- PB). Livro de Notas ano de 1864. Documento n° 23. Pág.: 01.

Escravo: Raimundo.

Senhora: Mariana Francisca.

Data da alforria: 14/04/1866.

Data da alforria passada em notas no cartório: 29/12/1866.

Ano 1867

Cartas de alforria ou Escrituras de liberdade

Cartório Antonio Holanda (Cajazeiras- PB). Livro de Notas ano de 1864. Documento n° 24. Pág.: 02.

Escravo: João

Senhor: Jose Ribeiro Campos.

Data da alforria: 16/02/1867.

Cartório Antonio Holanda (Cajazeiras- PB). Livro de Notas ano de 1864. Documento n° 34. Pág.: 02.

Escrava: Genoveva.

Senhor: Francisco Antonio de Moraes.

Data da alforria: 22/07/1867.

Data da alforria lançada em notas: 17/08/1867.

Cartório Antonio Holanda (Cajazeiras- PB). Livro de Notas ano de 1864. Documento n° 35. Página não informada.

Escravo: Francisco: Liberdade comprada por sua mãe, a liberta Juliana Maria do Espírito Santo.

Senhores: Salvino José de Lins.

Laurinda Maria de Jesus.

Data da alforria: 30/09/1867.

Cartas de alforria ou Escrituras de liberdade

Ano 1868

—

Ano 1869

—

Ano 1870

—

Ano 1871

Ano 1864

Cartas ou Escrituras de Compra e Venda de escravos

Cartório Antonio Holanda (Cajazeiras- PB). Livro de Notas ano de 1864, fls. 09-10.

Escravo: Jose.

Senhoras: Ignacia Maria da Purificação.

Anna Carolina do Espírito Santo.

Comprador: Nattan Danheser.

Data da compra: 27/06/1864.

Cartório Antonio Holanda (Cajazeiras- PB). Livro de Notas ano de 1864, fls. 11.

Escravo: Gonsallo.

Senhor: José Joaquim de Sousa.

Comprador: Files José Vieira

Data da compra: 28/06/1864

Cartório Antonio Holanda (Cajazeiras- PB). Livro de Notas ano de 1864, fls. 12.

Escravo: Manoel.

Senhora: Valentina Maria do Rosário.

Comprador: João Antonio de Oliveira

Data da compra: 02/07/1864

Ano 1865

Cartas ou Escrituras de Compra e Venda de escravos

Cartório Antonio Holanda (Cajazeiras- PB). Livro de Notas ano de 1864, fls. 62-63.

Escravo: Antonio.

Senhor: Tenente Sabino de Souza Côelho. O mesmo foi ao cartório para passar essa escritura.

Tinha comprado o escravo de Hermenegildo Matos Tomaz.

Data da carta lançada em notas: 23/10/1865

Cartório Antonio Holanda (Cajazeiras- PB). Livro de Notas ano de 1864. Ficha 01.

Escrava: Raimunda.

Senhores: Filhos da finada Leonarda Barbosa de Menezes.

Comprador: José Vicente Castro.

Data da compra: 27/02/1865.

Cartório Antonio Holanda (Cajazeiras- PB). Livro de Notas ano de 1864. Documento n° 05. Ficha n°05. Pág.: 03.

Escrava: Ana.

Senhor: Vitorino Gomes Leitão.

Comprador: Antonio Atico de Sousa Leite.

Data da compra: 22/08/1865.

Cartório Antonio Holanda (Cajazeiras- PB). Livro de Notas ano de 1864. Documento n° 06. Ficha n° 06. Pág.: 02.

Escravo: Luis.

Senhor: Alferes Fortunato José de Almeida Pedrosa.

Comprador: Profiro Domisses.

Data da compra: 28/10/1865.

Ano 1866

Cartas ou Escrituras de Compra e Venda de escravos

Cartório Antonio Holanda (Cajazeiras- PB). Livro de Notas ano de 1864. Documento n° 13. Pág.: 03.

Escravo: Valentino.

Senhor: Antonio Alexandre Alves Mangabeira.

Comprador: Antonio Evangelista de Sousa.

Data da compra: 24/02/1866.

Cartório Antonio Holanda (Cajazeiras- PB). Livro de Notas ano de 1864. Documento n° 22. Pág.: 02.

Escravo: Manoel.

Senhor: Antonio Frederico Borges de Miranda.

Comprador: Manoel Cesario de Albuquerque.

Data da compra: 06/12/1866.

Ano 1867

Cartas ou Escrituras de Compra e Venda de escravos

Cartório Antonio Holanda (Cajazeiras- PB). Livro de Notas ano de 1864, fls. 95-96.

Escrava: Antonia.

Senhor: Manoel Ribeiro da Silva.

Comprador: Tenente Sabino de Souza Coêlho.

Data da compra: 02/12/1867.

Cartório Antonio Holanda (Cajazeiras- PB). Livro de Notas ano de 1864. Documento n° 29. Pág.: 03.

Escravo: Joaquim

Vendedores: Manoel Ferreira de Oliveira, João Francisco de Albuquerque, Carolino Jose de Sousa, Bernardo José de Lira e João de Brito Guerra. (Dúvidas quanto a alguns nomes dos vendedores).

Comprador: João Ferreira Pinto de Mendonça.

Data da compra: 18/05/1867.

Cartório Antonio Holanda (Cajazeiras- PB). Livro de Notas ano de 1864. Documento n° 32. Pág.: 02.

Escravo: Vicente.

Senhor: João Lins de Albuquerque.

Comprador: José Fernandes Moraria.

Data da compra: 18/06/1867

Cartório Antonio Holanda (Cajazeiras- PB). Livro de Notas ano de 1864. Documento n° 33. Pág.: 02.

Escrava: Cosma.

Senhores: Manoel dos Artes de Sousa e Francisco Martins da Silva.

Compradora: Maria Amélia Pinto Nogueira.

Data da compra: 10/08/1867

Ano 1868

Cartas ou Escrituras de Compra e Venda de escravos

Cartório Antonio Holanda (Cajazeiras- PB). Livro de Notas ano de 1864, fls. 112-113.

Escrava: Raimunda.

Senhor: Antonio de Souza Maria.

Comprador: Maria da Nunciação de Albuquerque.

Data da compra: 06/06/1868.

Cartório Antonio Holanda (Cajazeiras- PB). Livro de Notas ano de 1864, fls. 122-123.

Escrava: Raimunda.

Senhora: Maria da Nunciação de Albuquerque.

Comprador: Jovino Ferreira Borges.

Data da compra: 25/06/1868.

Ano 1869

Cartas ou Escrituras de Compra e Venda de escravos

Cartório Antonio Holanda (Cajazeiras- PB). Livro de Notas ano de 1864, fls. 148-150.

Escravo: Fortuoso.

Senhor: Thomé da Guerra Passos.

Comprador: Vital de Sousa Rolim.

Data da compra: 01/09/1869.

Cartório Antonio Holanda (Cajazeiras- PB). Livro de Notas ano de 1864, fls. 156-157.

Escrava: Vicência.

Senhor: Manoel Gonçalves Dantas Gomes.

Comprador: Gonçalo José Thomas de Aquino.

Data da compra: 04/10/1869.

Cartório Antonio Holanda (Cajazeiras- PB). Livro de Notas ano de 1864, fls. 160-161.

Escravo: Miguel. Foi vendido a sua banda.

Vendedor e procurador: Capitão Tertuliano Marinho de Mello.

Senhor: José Modesto de Albuquerque

Comprador: João Ferreira Pinto de Mendonça.

Data da compra: 23/10/1869.

Cartório Antonio Holanda (Cajazeiras- PB). Livro de Notas ano de 1864, fls. 161-162.

Escravo: Miguel.

Senhor: José modesto de Albuquerque.

Comprador: João Ferreira Pinto de Mendonça.

Venderam a banda do dito escravo.

Data da compra: 25/10/1869.

Ano 1870

Cartas ou Escrituras de Compra e Venda de escravos

Cartório Antonio Holanda (Cajazeiras- PB). Livro de Notas ano de 1864, fls. 171-172.

Escravo: José.

Senhor: Ildelfonso Ferreira Filgueira.

Comprador: Gradvohl x. Irmão

Data da compra: __

Cartório Antonio Holanda (Cajazeiras- PB). Livro de Notas ano de 1864, fls. 145.

Escravo: José.

Senhor: Vigário Henrique Leopoldino da Cunha.

Comprador: Gradvohl x. Irmão

Data da compra: 28/04/1870

Cartório Antonio Holanda (Cajazeiras- PB). Livro de Notas ano de 1864, fls. 185.

Escravo: Benedito.

Senhor: Prisciliano Luiz de Albuquerque.

Comprador: José Fernandes Moreira.

Data da compra: __

Cartório Antonio Holanda (Cajazeiras- PB). Livro de Notas ano de 1864, fls. 186-187.

Escravo: Vicente.

Senhor: João Gonçalves da Costa.

Comprador: Gradvohl x. Irmão

Data da compra: 10/09/1870

Cartório Antonio Holanda (Cajazeiras- PB). Livro de Notas ano de 1864, fls. 187-188.

Escravo: Joaquim.

Senhor: João Francisco de Albuquerque.

Comprador: Gradvohl x. Irmão

Data da compra: 12/09/1870.

Cartório Antonio Holanda (Cajazeiras- PB). Livro de Notas ano de 1864, fls. 189.

Escravo: Salviano.

Senhor: Domiciano Gonçalves Maria Braga.

Comprador: Gradvohl x. Irmão

Data da compra: 04/09/1870.

Cartório Antonio Holanda (Cajazeiras- PB). Livro de Notas ano de 1864, fls. 190-191.

Escravo: Antonio.

Senhor: Tenente Sabino de Sousa Coelho.

Comprador: Gradvohl x. Irmão

Data da compra: 19/09/1870.

Cartório Antonio Holanda (Cajazeiras- PB). Livro de Notas ano de 1864, fls. 198-199.

Escrava: Leocadia.

Senhores: José Henrique de Carvalho e Trajano Luiz de Carvalho.

Comprador: Comprador: José Bernardo de Albuquerque.

Data da compra: _

Ano 1871

Cartas ou Escrituras de Compra e Venda de escravos

Cartório Antonio Holanda (Cajazeiras- PB). Livro de Notas ano de 1864, fls. 207-208.

Essa escritura é de dívida tem como garantia a escrava: Rosa.

Senhor: José Ferreira de Almeida.

Recebedor: Manoel José Martins.

Data da compra: 10/03/1871.

Cartório Antonio Holanda (Cajazeiras- PB). Livro de Notas ano de 1864, fls. 209.

Escrava: Rosa.

Senhor: José Ferreira de Almeida.

Comprador: Ildefonso Ferreira Filgueira.

Data da compra: 10/04/1871.

Ano 1864

Carta ou Escritura de Hipoteca

Cartório Antonio Holanda (Cajazeiras- PB). Livro de Notas ano de 1864, fls. 08.

Escravas: Luzia e outra que não foi citado o nome.

Hipotecante: Manoel curvello de Andrade.

Credor: José Furtuoso da Silva.

Data da hipoteca: 30/05/1864

Cartório Antonio Holanda (Cajazeiras- PB). Livro de Notas ano de 1864, fls. 33-34.

Escravas: Gertrudes e Anna.

Hipotecante: Joaquim Ribeiro Campos.

Credor: Joaquim Lopes da Costa.

Data da hipoteca: 22/10/1864.

Cartório Antonio Holanda (Cajazeiras- PB). Livro de Notas ano de 1864, fls. 38-39.

Escravo: Francisco.

Hipotecante: João de Brito Guerra.

Credor: Marcolino Fernandes de Moura.

Data da hipoteca: 07/11/1864.

Ano 1865

—
Ano 1866

Carta ou Escritura de Hipoteca

Cartório Antonio Holanda (Cajazeiras- PB). Livro de Notas ano de 1864, fls. 94.

Escrava: Bernardina.

Hipotecante: Manoel Guedes da Silva.

Credor: Silvino Aureliano de Figueiredo.

Data da hipoteca: 04/10/1866.

Ano 1867
—

Ano 1868
—

Ano 1869

Carta ou Escritura de Hipoteca

Cartório Antonio Holanda (Cajazeiras- PB). Livro de Notas ano de 1864, fls. 157-158.

Escrava: Benevita.

Hipotecante: Manoel Guedes da Silva

Credor: Gonçalo José de Aquino

Data da hipoteca: /10/1869.

Ano 1870

Carta ou Escritura de Hipoteca

Cartório Antonio Holanda (Cajazeiras- PB). Livro de Notas ano de 1864, fls. 202-203.

Escravos: Sebastião e Custódia.

Hipotecantes: Jose Francisco de Albuquerque e sua mulher Dona Maria Sufia

Credor: Casa comercial de Maura Rolim.

UNIVERSIDADE FEDERAL
DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
BIBLIOTECA SETORIAL
CAJAZEIRAS - PARAIBA

Ano 1871

—

Ano 1865

Testamento lançado em Notas

Cartório Antonio Holanda (Cajazeiras- PB). Livro de Notas ano de 1864, fls. 69-71.

Senhora: **Dona Antonia Jachinta de Jesus.**

Deixa forra sua escrava de nome Quitéria.

Deixa a seu sobrinho José: um escravinho de nome Joaquim filho de sua escrava Maria.

Data: 21/08/1865.

Ano 1868

Cartas ou Escritura de doação

Cartório Antonio Holanda (Cajazeiras- PB). Livro de Notas ano de 1864, fls. 115-116.

Escravos: Massiella e José.

Doadores: Antonio Gonçalves de Araújo e sua mulher Dona Barbara de Araújo.

Beneficiário: Major Candido José Hernesto Maurinho.

Data: 21/06/ 1868.

Cartório Antonio Holanda (Cajazeiras- PB). Livro de Notas ano de 1864, fls. 117.

Escrava: Filippa

Doadores: Antonio Gonçalves de Araújo e sua mulher Dona Barbara de Araújo.

Beneficiário: Antonio Guedes da Silva.

Data: 23/06/1868.

Cartório Antonio Holanda (Cajazeiras- PB). Livro de Notas ano de 1864, fls. 118.

Escrava: Maria

Doadores: Antonio Gonçalves de Araújo e sua mulher Dona Barbara de Araújo.

Beneficiário: João Antonio de Oliveira.

Data: 23/06/1868.

Cartório Antonio Holanda (Cajazeiras- PB). Livro de Notas ano de 1864, fls. 119.

Escrava: Cattarina

Doadores: Antonio Gonçalves de Araújo e sua mulher Dona Barbara de Araújo.

Beneficiário: Dona Antonia Maria Gonçalves do Sacramento. Data: 23/01/1868.

Cartório Antonio Holanda (Cajazeiras- PB). Livro de Notas ano de 1864, fls. 120-121.

Escravos: Uma escrava de nome não identificado. Escravo Luis, escravo Felipe e escravo Raymundo.

Doadores: Antonio Gonçalves de Araújo e sua mulher Dona Barbara de Araújo.

Beneficiário: Dona Maria Antonia do Sacramento.

Data: 23/06/1868.

Ano de 1864

Carta ou Escritura de Troca

Cartório Antonio Holanda (Cajazeiras- PB). Livro de Notas ano de 1864, fls. 04-05.

Escravos: Eugenia e Joaquim.

Trocadores: Manoel Rodrigues de Mello e Francisco de Araújo Pereira.

Procurador: João Bento da Silva.

Data da procuração: 27/02/1864.

Data da troca lançada em notas: Aos 21/ 03/1864.

Ano 1866

Carta ou Escritura de Permuta

Cartório Antonio Holanda (Cajazeiras- PB). Livro de Notas ano de 1864, fls. 82.

Escravas: Joanna e Samianna.

Trocadores: Padre serafim Gomes de Albuquerque e Dona Anna Josepha de Jesus.

Data da troca: 26/ 03/1866.

Ano 1869

Carta ou Escritura de Distrato

Cartório Antonio Holanda (Cajazeiras- PB). Livro de Notas ano de 1864, fls. 136-137.

Escravo: Christiano.

Procurador: Dr. José Paulino de Figueiredo de Manoel do Nascimento Costa Francisco vieira
Costa Silva e Antonio Gonçalves da Costa.

De outra José Vieira da Silva.

Data do destrato: 03/05/1869